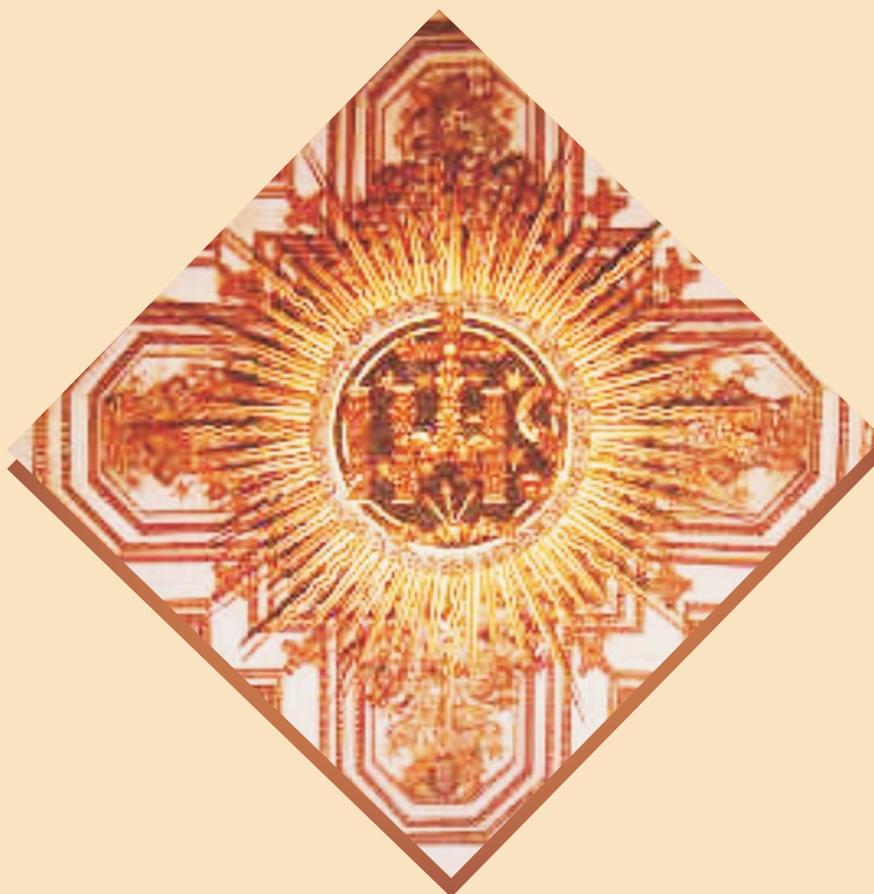


UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PPGH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LÍVIA PEDRO



HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL
Biografia de uma obra

2008

LÍVIA PEDRO

HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL
Biografia de uma obra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lígia Bellini

SALVADOR

2008

LÍVIA CARVALHO PEDRO

HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

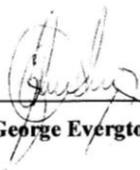
Biografia de uma obra



Prof. Dra. Lígia Bellini (Orientadora)



Prof. Dr. Cândido da Costa e Silva



Prof. Dr. George Evergton Sales Souza

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições contribuíram para a elaboração desta pesquisa. À minha orientadora Lígia Bellini, agradeço o incentivo, a compreensão, a confiança e o exemplo de seriedade, competência e profissionalismo. Aos professores Cândido da Costa e Silva e George Evergton Sales Souza agradeço a colaboração e a participação na minha banca examinadora. Aos professores Lina Aras e João José Reis agradeço as sugestões feitas ao projeto original desta dissertação. Agradeço a atenção de Soraia Ariane e de todos os funcionários, professores e colegas do curso de História da Universidade Federal da Bahia nos oito anos que estudei na graduação e pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Minhas irmãs Márcia e Emília e meus cunhados, Romano e Roberto, me deram tranquilidade e segurança para dedicar meu tempo aos estudos. Minha tia Coriolinda sempre me apoiou com grande entusiasmo; minha mãe Alice torceu por mim.

Agradeço ainda a valiosa colaboração do Padre Carlos Bresciani S. J., do historiador Carlos Bahia e de todos os funcionários do Arquivo da Comissão Inaciana da Bahia (COHIBA), onde adquiri a maioria das fontes utilizadas na elaboração deste trabalho. Também coletei fontes e pesquisei nas seguintes instituições: Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Municipal de São João da Madeira, Arquivo da *Revista Brotéria* de Lisboa, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Biblioteca da Academia de Letras da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Centro de Estudos Baianos – Biblioteca Frederico Edelweiss e Biblioteca da Fundação Clemente Mariani na Bahia.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo traçar uma biografia do livro *História da Companhia de Jesus no Brasil*, escrito pelo Padre Serafim Leite entre 1933 e 1950. Explora inicialmente o processo de formação religiosa e intelectual do autor como membro da Ordem dos Jesuítas, procurando estabelecer relações entre sua trajetória e características da obra estudada. Em seguida, com base na proposta de abordagem da chamada história do livro e da leitura, analisa a obra como resultado de práticas da escrita, examinando sua concepção, o método e as fontes utilizados na sua redação, assim como seu itinerário editorial. Por fim, considerando a necessidade de vincular, em um mesmo projeto, o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos, examina o livro como objeto de práticas da leitura, compondo um quadro do público leitor, das apropriações da *História* e da repercussão do texto.

Palavras-chaves: *História da Companhia de Jesus no Brasil*; Serafim Leite; História do livro; Jesuítas.

ABSTRACT

This dissertation is concerned with the biography of a book — the *História da Companhia de Jesus no Brasil*, written by Serafim Leite from 1933 to 1950. It first explores the author's religious and intellectual formation as member of the Society of Jesus, seeking to establish links between his trajectory and characteristics of the work studied. Then, based upon approaches of the so-called history of the book, it analyses the *História* as the result of writing practices, by examining its conception, the method and sources used, as well as its editorial itinerary. Lastly, considering the need to combine, in the same project, the study of the production, transmission and reception of the texts, it investigates the book as object of reading practices, composing a picture of its public, the book's appropriation by the readers and its repercussions.

Key words: *História da Companhia de Jesus no Brasil*; Serafim Leite; History of the book; Jesuits.

SUMÁRIO

Introdução	06
CAPÍTULO I. O autor da <i>História</i>	30
1. Entre o desejo e a castidade	34
2. A salvação pelos livros	40
3. O ofício de escritor	45
CAPÍTULO II. A produção da <i>História</i>	54
1. A concepção do livro	58
2. O método e as fontes	65
3. Escrita e itinerário editorial	81
CAPÍTULO III. A recepção da <i>História</i>	87
1. O público leitor	88
2. A repercussão da obra	94
3. Usos do livro	97
Conclusão	99
Fontes	102
Referências bibliográficas	112

INTRODUÇÃO

“O que está escrito permanece; sempre pode testemunhar e não se deixa corrigir ou explicar com tanta facilidade quanto a palavra.”

Santo Inácio de Loyola, 1542.¹

“Nenhuma outra Ordem Religiosa como a de Jesus cultivou tanto a História, revelando tanta confiança no seu julgamento.”

José Honório Rodrigues, 1979.²

Esta dissertação tem como objetivo geral traçar uma biografia de um livro: a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Padre Serafim Leite. Composta por dez volumes publicados entre 1938 e 1950, a obra em questão conta a história dos jesuítas no Brasil colonial, a partir da compreensão que os inacianos tinham de si mesmos. Não se trata aqui de um resumo do livro ou de mais um exame crítico acerca do seu conteúdo. Baseado nas “práticas” - um dos elementos centrais da nova história cultural -, este estudo visa analisar o processo de produção e de recepção da *História da Companhia de Jesus no Brasil* e, desta forma, abordá-la como objeto de práticas da escrita e da leitura, respectivamente.

Além dos autores, o processo de concepção, redação, divulgação e difusão de uma obra escrita que antecede o leitor e a leitura pode envolver colaboradores, copistas, glosadores, pessoas responsáveis pela censura e pelo marketing, editores legais e piratas, vendedores, distribuidores e outros profissionais ligados ao mercado editorial, a depender do tipo de texto (manuscrito ou impresso) e do suporte físico (livro ou outro). Já o processo de leitura, interpretação do que foi lido e uso de um texto pode ser feito por diferentes tipos de leitor; e através de várias formas de leitura: em voz alta, silenciosa, em público, privada, lenta ou intensiva, rápida ou extensiva. Sem consumo e apropriação, o texto deixa de cumprir o seu papel social. Abrangendo uma quantidade ilimitada de questões em torno de elementos fundamentais - autor, texto, suporte material, leitor e leitura - as pesquisas sobre o ato de escrever e de ler, nas últimas

1. “Carta de Inácio de Loyola para Pedro Favro”, Roma, 1542, in Jean Lacouture, *Os Jesuítas I: Os Conquistadores*, Porto Alegre, L&PM, 1994, p.127.

2. José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil. 1ª parte: Historiografia Colonial*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, p. 297.

quatro décadas na Europa, deram grande contribuição ao gênero histórico denominado pelos franceses de “história do livro”.³

Considerado um dos maiores expoentes do tema na atualidade, o historiador francês Roger Chartier enfatizou a necessidade de vincular, em um mesmo projeto, o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. E assim trabalhar, ao mesmo tempo, com a crítica textual, a história do livro e a história do público receptor.⁴

Relegada até meados da década de 1990 aos estudiosos de biblioteconomia e às coleções de livros raros nos Estados Unidos, a história do livro ainda é pouco explorada entre nós. Em seu estudo sobre a publicação da *Enciclopédia*, a obra máxima do Iluminismo, o historiador americano Robert Darnton sugeriu uma combinação entre o empirismo britânico e a história total francesa para o desenvolvimento de uma história do livro original na América. Darnton considerou a inadequação das fontes o maior obstáculo para o pesquisador nesse campo do conhecimento histórico.⁵

De fato, o historiador do livro dificilmente tem como saber por onde uma obra já circulou e como ela se relacionava com os hábitos de leitura de determinadas épocas. Embora exista um número ilimitado de objetos escritos sobre uma infinidade de assuntos, autores, editores e leitores realmente não costumam registrar nem tampouco conservar dados sobre a produção e a recepção de obras. Além disso, as fontes oficiais nada revelam sobre a relação dos leitores comuns com os livros.

Entretanto, a regra geral admite exceções. Entre os documentos preservados ao longo dos séculos, podemos encontrar registros sobre a escrita e a leitura de algumas obras. A conservação desses dados ocorre por razões diversas, tais como o impacto social do objeto escrito, a repercussão entre os leitores, a importância histórica do texto, o sucesso editorial do empreendimento e o interesse pessoal de produtores e receptores. Tais aspectos podem oferecer condições de possibilidade para uma abordagem dessas obras de acordo com os preceitos da história do livro, independente dos registros perdidos ou destruídos intencionalmente.

No caso da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, as informações divulgadas pelos jesuítas sobre a redação do livro, as críticas de leitores publicadas em periódicos

3. André Belo, *História & Livro e Leitura*, Belo Horizonte, Autêntica, 2002, capítulo II; e Robert Darnton, *O Beijo de Lamourette*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, parte III.

4. Roger Chartier, *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994, passim; e *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, São Paulo, Editora UNESP, 1999, p. 18.

5. Robert Darnton, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 13-14.

da época e a preocupação da Companhia em preservar dados de sua própria história possibilitaram a elaboração de uma biografia da principal obra de Serafim Leite.

No primeiro capítulo, é examinado o longo processo de formação intelectual do autor da *História* como membro da Companhia de Jesus. A partir de uma cronologia biográfica de Serafim Leite, destacamos também os principais fatos, pessoas e relações que exerceram influência sobre ele como intelectual e historiador.

O segundo capítulo trata das circunstâncias sob as quais a *História* foi concebida, escrita, publicada e divulgada. Procuramos ainda mostrar as vantagens e desvantagens da tutela da Companhia de Jesus para a redação do livro, o uso das fontes pelo autor, os pressupostos teórico-metodológicos e as escolhas feitas por Serafim Leite dentro das regras de censura da Ordem.

No terceiro capítulo, discutimos a leitura, a repercussão e os usos da *História*, destacando a distância entre o meio acadêmico e o público leitor comum, as críticas publicadas sobre o livro e os títulos e prêmios recebidos pelo autor. Por fim, concluímos abrindo espaço para novas abordagens sobre os caminhos do livro e da leitura no Brasil.

Antes de iniciar o estudo da *História*, é conveniente apresentar, com o intuito mais informativo do que analítico para os leitores menos familiarizados com a Companhia de Jesus, os escritos fundamentais da Ordem: os *Exercícios Espirituais*, a *Fórmula do Instituto*, as *Constituições*, o *Ratio Studiorum* e as *Cartas Jesuíticas*.

Os quatro primeiros constituem os documentos essenciais por nós abordados para prestar esclarecimentos necessários sobre a estrutura hierárquica da Companhia, o funcionamento da ordem e o processo de formação intelectual de seus membros. As cartas jesuíticas merecem destaque pela sua importância como fonte histórica, amplamente utilizada por Serafim Leite para escrever a *História* e por quase todos os pesquisadores que desenvolvem estudos sobre a história dos jesuítas no Brasil colonial.

Como os *Exercícios Espirituais*, a *Fórmula* e as *Constituições* foram redigidas em grande parte ou quase exclusivamente pelo criador da Ordem dos Jesuítas, Inácio de Loyola, optamos por fazer uma apresentação contextualizada desses escritos a partir de uma cronologia biográfica do fundador, sem nenhuma intenção de traçar uma biografia do santo. Em seguida, resumimos as trajetórias do *Ratio Studiorum* e das *Cartas Jesuíticas* dentro da Companhia de Jesus.

Nascido Iñigo López de Loyola em 1491, no castelo de sua família em Loyola, no território basco da Espanha, Inácio recebeu a educação privilegiada de sua classe social. Apesar de aceitar a tonsura indicativa de uma carreira eclesiástica, logo se voltou para

os prazeres mundanos e o exercício das armas. Aos 26 anos, entrou no serviço militar.⁶

Em 1521, foi gravemente ferido por uma bala de canhão quando defendia a Praça de Pamplona, então sitiada pelas tropas francesas que invadiram a Espanha. Sofreu várias intervenções cirúrgicas, mas a bala fragmentou a sua perna direita, deixando-o coxo para o resto da vida. Enquanto se recuperava em Loyola, Iñigo leu os únicos livros existentes no castelo de sua família: a *Vida de Cristo* de Ludolfo da Saxônia e a vida de santos na *Legenda Áurea* de Jacopo da Voragine.⁷

A leitura dessas obras e o longo período de convalescença e reflexão deram início à conversão radical de Inácio, para lutar pelo que ele chamaria de Reino de Cristo. Ao deixar o castelo de Loyola, substituiu seus trajes e sua espada pelo bastão de peregrino e roupas de mendigo e se entregou a uma nova vida de orações, penitências, meditações, confissões e mortificações extremas, em direção a Jerusalém. Entre outros lugares, Inácio permaneceu por quase um ano na vila de Manresa, perto de Barcelona, onde escreveu o conteúdo básico dos *Exercícios Espirituais*.⁸

Iniciado em 1522, o livro apresenta uma série de instruções e exercícios para ajudar na “consolação” (entendida pelo fundador como um crescimento no Espírito e não uma conquista psicológica) e no desenvolvimento espiritual dos fiéis e dos próprios jesuítas. Compilados por Inácio a partir das *Sagradas Escrituras* e de sua experiência espiritual, os *Exercícios Espirituais* foram aprovados pelo Papa Paulo III e publicados em Roma, na sua versão final, em 1548.⁹

Roland Barthes definiu os *Exercícios* como um texto múltiplo formado por outros quatro, cuja função consiste em determinar uma escolha. O primeiro texto é o que Inácio dirige ao diretor do retiro; o segundo é o que o diretor dirige ao exercitante; o terceiro é aquele que o exercitante dirige a Deus; e o quarto texto é o que Deus dirige ao exercitante. Os quatro textos preparam e sancionam uma escolha prática - uma decisão onde o exercitante elege entre fazer uma coisa ou outra, sob a intervenção de uma resposta divina. O próprio Inácio deu uma lista das matérias sobre as quais se pode fazer

6. Santo Inácio de Loyola, *Os exercícios espirituais de Inácio de Loyola*, São Paulo, Madras, 2004, pp. 15-16. Para um estudo resumido da vida do santo, ver Ricardo García-Villoslada, *San Ignacio de Loyola: Nueva biografía*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1986; e Cândido de Dalmasas, *Ignatius of Loyola, Founder of the Jesuits: His Life and Work*, St. Louis, The Institute of Jesuit Sources, 1985. Para uma referência bibliográfica completa sobre Santo Inácio, ver Ignácio Iparraguirre (Ed.), *Orientaciones bibliográficas sobre San Ignacio de Loyola*, 2ª edição revisada, Roma, Institutum Historicum Societatis Jesu, 1965, com dois volumes subsequentes editados por Manuel Ruiz Jurado, 1977 e 1990.

7. John W. O'Malley, *Os primeiros jesuítas*, São Leopoldo, UNISINOS; Bauru, EDUSC, 2004, p. 46.

8. Idem, *ibidem*, pp. 47-48.

9. “Introdução pelo Papa Paulo III (1468-1549)”, Loyola, *Os exercícios espirituais*, pp. 21-22. Essa tradução, realizada a partir do original espanhol *Autógrafo*, é a versão corrigida pelo próprio Inácio e usada por ele para ensinar os *Exercícios*. Quanto ao conceito de “consolação”, ver idem, *ibidem*, p. 128.

eleição: o sacerdócio, o casamento, os lucros, a maneira de dirigir uma casa, quanto é preciso dar aos pobres, entre outras.¹⁰

Os *Exercícios Espirituais* constituem a primeira experiência prática a ser feita por todos aqueles que ingressam na Companhia. Através dela, o candidato deve examinar a própria consciência, revolvendo toda a vida passada e contemplando cenas da vida de Cristo, segundo a capacidade de cada um. Usados duplamente como instrumento de prática e de ensino pelos jesuítas, os *Exercícios* são considerados a expressão viva do espírito inaciano, pelo qual se deve regular e interpretar todas as leis da ordem.¹¹

Em 1523, Inácio de Loyola finalmente chegou à Terra Santa, com a intenção de ficar para “ajudar as almas” - a expressão mais usada nos documentos da ordem após a fundação oficial da Companhia. Para os jesuítas, alma era sinônimo da pessoa total e poderia ser ajudada de muitas maneiras, seja provendo alimento para o corpo ou ensinamento para o espírito, priorizando sempre uma melhor relação com Deus.¹²

Entretanto, sem o apoio dos franciscanos para permanecer em Jerusalém, Inácio percebeu a necessidade de se preparar melhor para atingir seus objetivos e decidiu regressar à Europa para estudar. Nos anos seguintes, estudou gramática em Barcelona (1524) e assistiu aulas nas Universidades de Alcalá (1526) e Salamanca (1527).

Nas horas vagas, Inácio continuou a mendigar para sua subsistência e começou a orientar, por meio dos *Exercícios Espirituais* e do ensino do catecismo, um grande número de pessoas que reunia nas ruas. Sua prática pastoral, sem completar os estudos exigidos para a pregação religiosa, e seu estilo de vida mendicante chamaram a atenção dos tribunais eclesiásticos e Inácio acabou processado e preso duas vezes (1527).¹³

Já livre e declarado isento de erro na vida e na doutrina pela Inquisição, Inácio decidiu terminar seus estudos em Paris, onde finalmente conseguiu permissão para exercer sua atividade apostólica, sobretudo o ensino dos *Exercícios Espirituais*. Na França, estudou latim e humanidades no Colégio de Montaigu (1528); e artes e filosofia

10. Roland Barthes, *Sade, Fourier, Loyola*, São Paulo, Martins Fontes, 2005, pp. 40 e 46. Sobre os *Exercícios*, ver também, O'Malley, op. cit., pp. 63-84; e Sabina Pavone, *Los jesuítas: desde los orígenes hasta la supresión*, 1ª edição, Buenos Aires, Libros de la Araucaria, 2007, pp. 27-32.

11. Sobre a prática dos *Exercícios*, ver *Constituições da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação*, São Paulo, Loyola, 1997, Norma Complementar (doravante NC) 08, pp. 259-260; NC 31, pp. 269-270; artigo [65], p. 53; artigo [73], p. 55; artigos [277 e 279], pp. 109-110; NC 46§2 e 47§1, pp. 278-279; NC 126, p. 303; artigo [98], pp. 60-61; NC 128, 3º, p. 303; NC 231, pp. 335-336; e NC 246, 6º, pp. 348-349. Sobre o ensino, ver “Fórmulas”, 01, pp. 21-22; artigos [408-409], p. 140; artigos [648-649], p. 202; artigo [437], p. 145; NC 108§4, p. 295; NC 271, pp.357-358; artigo [196], pp. 85-86; artigo [623], pp. 195-196; NC 306§1, p. 368.

12. O'Malley, *Os primeiros jesuítas*, pp. 49-50 e pp. 39-40.

13. “P. Inácio de Loyola, Fundador da Companhia de Jesus”, Serafim Leite, *MHSI (Monumenta Historica Societatis Iesu)*, *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*, Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1956, p. 21.

no Colégio Santa Bárbara (1529), onde completou a Licenciatura (1533) e recebeu o grau de Mestre (1534). Inácio concluiu sua formação estudando ainda Teologia.¹⁴

Durante a sua permanência em Paris, Inácio uniu em torno de si um grupo de homens letrados - entre eles, Pedro Fabro, Diogo Laines, Nicolau Bobadilha, Afonso Salmeron, Francisco Xavier e Simão Rodrigues, atraídos pelos *Exercícios Espirituais*. Posteriormente, esses acadêmicos formaram o núcleo inicial da Companhia de Jesus e passaram a ser conhecidos como os “primeiros companheiros”.

O valor atribuído pelo grupo fundador aos estudos contribuiu de forma decisiva para a Ordem dos Jesuítas já nascer letrada e partidária da instrução obrigatória nas letras. Isto significava saber ler e escrever em vernáculo e em latim, além de conhecer outros idiomas e de ser capaz de ler obras clássicas em grego, latim e até em hebreu.

Após onze anos de estudos, Inácio de Loyola decidiu voltar à Terra Santa com seus companheiros, para trabalhar na conversão dos turcos; caso a viagem não fosse realizada, eles se colocariam à disposição do Papa. Em 1534, o primeiro grupo de sete companheiros fez os votos de pobreza, castidade e obediência na Colina de Montmartre em Paris, confirmando também o voto de peregrinação a Jerusalém.¹⁵

A tentativa de ir para a Terra Santa levou o religioso para a Espanha (1535) e depois para Veneza (1536), onde se ordenou sacerdote com a maioria de seus companheiros (1537). Impedidos de viajar para Jerusalém, Inácio e seus companheiros se reuniram em Roma, sofrendo novas perseguições inquisitoriais (1538); logo depois, decidiram fundar a Companhia de Jesus (1539).

Visando conseguir a aprovação do Papa para a fundação da nova ordem religiosa, Padre Inácio reuniu um comitê para escrever a *Fórmula* – um documento resumindo a proposta de vida dos primeiros jesuítas para o Sumo Pontífice. Em 1540, a *Fórmula* foi aprovada pelo Papa Paulo III, fundando oficialmente a Companhia de Jesus, sendo confirmada e definida com mais clareza e exatidão pelo Papa Júlio III, em 1550.¹⁶

Composta por nove longos parágrafos, a *Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus* ou “Regra” dos Jesuítas contém o Instituto da vida de Inácio e seus companheiros. Por Instituto os jesuítas entendem a sua forma de viver e atuar e os documentos em que

14. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo I (Século XVI – O Estabelecimento), Porto, Tipografia Porto Médico, 1938, p. 04. Ver, também, William Bangert, S. J., *História da Companhia de Jesus*, São Paulo, Edições Loyola, 1985, pp. 24-25.

15. Idem, *ibidem*, p. 05.

16. A primeira *Fórmula* foi aprovada pelo Papa Paulo III na Carta Apostólica *Regimini militantis Ecclesiae* em 27 de setembro de 1540; o texto revisado foi confirmado pelo Papa Júlio III na Carta Apostólica *Exposcit debitum*, em 21 de julho de 1550. Ver “Fórmulas” de 1540 e 1550, incluindo as duas modificações aprovadas pelo Papa João Paulo II, em 1995 in *Constituições*, pp. 21- 31.

se propõe essa forma legitimamente. Ocupando o primeiro lugar no Instituto, quanto à dignidade e autoridade, a *Fórmula* constitui a essência do direito pontifício da Ordem.¹⁷

Além dos votos de castidade, pobreza e obediência comuns a todas as ordens religiosas, os jesuítas faziam um quarto voto especial de obediência ao Papa, pelo qual se comprometiam a seguir sem recusa ou demora a qualquer lugar para o qual o Sumo Pontífice os enviasse, para combater por Deus e servir somente a Ele e ao Papa, seu Vigário na terra. Não por acaso, a Companhia de Jesus logo se espalhou pelo mundo.¹⁸

Mais que um simples gesto de submissão ao Papa, o quarto voto atendia a uma opção dos próprios jesuítas pelo universalismo, feita antes mesmo da aprovação oficial da Companhia. Representava também um apoio da nova ordem ao Sumo Pontífice e à fé católica, enfraquecidos pelo avanço da Reforma Protestante no mundo moderno.

Contudo, é importante ressaltar que, apesar de inserida no contexto da Contra-Reforma, a fundação da Companhia de Jesus não se resume ao mito da formação de um exército a serviço do Papa para combater os heréticos protestantes. A atuação da Ordem dos Jesuítas extrapolou os limites das lutas confessionais da Europa do século XVI, propagando a fé católica em terras desconhecidas pelos seguidores do protestantismo e influenciando profundamente a história dos continentes por mais de quatro séculos.

Posteriormente, a publicação das *Constituições* da Companhia como declaração da *Fórmula* confirmou a intenção dos jesuítas de se dispersarem pelo planeta, deixando inteiramente ao Sumo Pontífice o cuidado desta distribuição. Os inicianos enviados a qualquer lugar do mundo tinham como missão a defesa e propagação da fé e o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, por meio dos ministérios.¹⁹

John O'Malley reconheceu quatro categorias maiores de ministérios dos Jesuítas, sugeridas pela *Fórmula* e explicadas em outros documentos. São elas: (1) várias formas de ministério da palavra de Deus como a pregação, as preleções sacras, a conversação e publicação, a catequese, as missões na zona rural e o ensino do Cristianismo e dos *Exercícios Espirituais*; (2) o culto, orações e administração dos sacramentos, como a Eucaristia e a confissão; (3) certas obras de misericórdia; (4) e os colégios.²⁰

17. *Constituições*, NC 07, p. 259 e NC 09§1, p. 260.

18. “Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus”, parágrafo 03, 1550, *Constituições*, pp. 24-25.

19. Ver *Constituições*, artigos [603-606], pp. 189-190 e “Fórmulas”, parágrafo 01, 1550, pp. 21-22.

20. O'Malley, *Os primeiros jesuítas*, p. 129. Sobre os ministérios em geral, ver *Constituições*, artigos [636-654], pp. 200-203; NC 263-310, pp. 355-370; artigo [163], pp. 79-80; NC 162-163, pp. 316-317; NC 176§2, p. 321; NC 278, p. 360; artigos [603-617], pp. 189-192; NC 252-253, pp. 351-352; artigos [618-632], pp. 193-199; artigo [666], p. 209; artigos [749 e 752], p. 233; NC 255-261, pp. 352-354; artigo [593], p. 185; artigos [823-824], p. 251; artigos [634-635], p. 200; artigo [362], p. 131; artigo [437], p. 145; artigo [190], p. 84; artigos [813-814], pp. 247-248; NC 223-224, pp. 332-333; NC 276, p. 359; NC 416, p. 418; artigo [4], p. 40; NC 181-186, pp. 323-324. Ver, também, O'Malley, op. cit., pp. 85-377.

O texto da *Fórmula* também autorizava o estabelecimento, pela ordem recém-fundada, de suas Constituições particulares, elaboradas ou modificadas exclusivamente pela Congregação Geral. Composta pelo Superior Geral (o que governa todo o corpo da ordem) com o conselho de seus companheiros, a Congregação Geral é o supremo poder legislativo da Companhia. O Geral tem o poder de decisão do grau e do cargo próprio de cada membro, mas estará sempre dependente da maioria dos votos no conselho, tendo, porém, autoridade para esclarecer dúvidas sobre o Instituto na Congregação.²¹

Eleito primeiro Superior Geral da Companhia de Jesus em 1541, Inácio de Loyola começou a escrever as Constituições em 1547, com a ajuda de seu secretário e de outros padres mais competentes. Para tanto, permaneceu em Roma até a sua morte em 1556, sempre revendo e aperfeiçoando as regras para a estabilização orgânica da ordem.²²

Na tentativa de manter a mesma imagem em todas as províncias da Companhia e, ao mesmo tempo, adequar as Constituições aos diferentes costumes das mais diversas regiões do mundo, o fundador apresentou o texto preliminar para ser discutido e ajustado a quase todos os membros mais graduados da ordem, em 1550. Após acatar inúmeras sugestões e observações, Inácio de Loyola finalmente entregou o texto final em 1553, para ser promulgado e aplicado dentro do contexto de cada província.²³

As Constituições ainda foram submetidas a uma última revisão, durante a reunião da Primeira Congregação Geral em Roma, convocada para eleger o sucessor de Inácio como Geral da Companhia, no ano de 1558. O texto das Constituições em espanhol foi confirmado e aceito por unanimidade pela Congregação, sendo traduzido para o latim e impresso em 1559, com a autorização do Papa Paulo IV e da censura do Vaticano.

Escritas para detalhar cada ponto exposto genericamente na *Fórmula* em função da variedade de situações, as *Constituições da Companhia de Jesus* estão divididas em

21. “Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus”, parágrafo 02, *Constituições*, pp. 23-24. Sobre as autorizações para fazer Constituições e aprovações das mesmas em particular, ver *Constituições*, pp. 33 - 35. Sobre as Congregações Gerais, ver *Constituições*, artigos [677-718], pp. 212-226; artigo [722], p. 228; artigos [773-774], pp. 237-238; artigos [781-788], pp. 239-241; NC 366§3, 1º e 2º, p. 395; NC 384, p. 402; artigo [755], p. 234; artigo [820], p. 250; NC 333, p. 385; NC 21 e 22, pp. 263-264; NC 371 e 372§2, p. 397; NC 364, pp. 394-395; NC 379, p. 400; artigo [206], pp. 90-91; NC 12, p. 261 e NC 19, p. 263. Sobre a eleição, os dotes necessários e os poderes e atribuições gerais do “Prepósito Geral” (ou Superior Geral) da Companhia de Jesus, ver *Constituições*, artigo [677], pp. 212-213; artigos [719-811], pp. 227-246; artigos [694-710], pp. 218-223; artigo [820], p. 250; artigos [683, 685-686], pp. 215-216; NC 347§1, p. 389; NC 362, pp. 393-394; NC 366, pp. 395-396; artigos [666-669], pp. 209-210; artigo [511], pp. 161-162; NC 341§1, 1º e §2, p. 387; artigo [690], p. 217; NC 209, p. 330; e “Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus”, parágrafo 06, pp. 26-27.

22. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*: Tomo I, pp. 09-10.

23. “Prefácio da primeira edição das Constituições”, carta de 1559, *Constituições*, pp. 14-18. Atribuída a Pedro de Ribadeneira, a carta diz: “as nossas Constituições pretendem que sejamos homens crucificados para o mundo e para os quais o próprio mundo está crucificado, homens novos, que se despojaram dos próprios afetos, para se revestirem de Cristo, mortos a si mesmos, para viverem para a justiça”.

dez partes concatenadas, precedidas pelo “Primeiro Exame Geral” - um documento de caráter prevalentemente informativo, destinado a conhecer melhor os candidatos ao ingresso na ordem e a dar a eles uma visão geral da Companhia.²⁴

Intituladas “Constituições com suas declarações”, as dez partes comportam 61 capítulos e 827 artigos. Apesar de permanecer inalterado, o texto das Constituições já passou por várias atualizações, aprovadas pelas Congregações Gerais e feitas por meio de notas apostas ao texto inaciano original. As notas indicam as passagens ou pontos das Constituições que foram revogados, modificados (ou emendados por normas complementares aprovadas nas Congregações Gerais ou pelo direito universal da Igreja) ou declarados (quando interpretados posteriormente pelas Congregações Gerais de determinado modo, que deve ser seguido na sua aplicação).²⁵

Com a mesma preocupação didática característica de todos os escritos de Inácio de Loyola, o autor introduziu as “Constituições com suas declarações” esclarecendo suas finalidades e condições. Além de auxiliar na conservação e desenvolvimento de todo o corpo da Companhia e de cada um de seus membros para a glória de Deus e o bem da Igreja universal, as Constituições deveriam ser completas, claras e breves. Para realizar essas três condições, o fundador redigiu ainda as “Declarações” - indicadas por letras à margem dos artigos, nas quais explica mais detalhadamente o texto.²⁶

Convencido da impossibilidade de manter a uniformidade total da ordem, apesar de as Constituições e Declarações tratarem de pontos imutáveis a serem observados universalmente, Inácio de Loyola sugeriu a redação de outras Ordenações adaptáveis aos tempos, lugares e pessoas nas diferentes casas, colégios e ofícios da Companhia. E advertiu que estas Ordenações deveriam ser observadas por todos nos locais onde elas estivessem em vigor, conforme a vontade do Superior de cada membro da ordem.

Essa maleabilidade de ação, autorizada pela prudência e sagacidade do fundador, foi fundamental para a sobrevivência da Instituição nas diversas regiões do mundo. Diante das dificuldades e oportunidades de cada época, os jesuítas transformaram a flexibilidade permitida numa estratégia vitoriosa de aculturação e domínio que marcou a história da ordem, conseguindo manter, de fato, a uniformidade na medida do possível.

Ao finalizar a introdução, Inácio de Loyola apresentou as dez partes principais que formam o conjunto das Constituições: (1) admissão à provação; (2) demissão dos que foram admitidos, mas não deram boa prova de si; (3) conservação e progresso dos que

24. Para a leitura do texto completo do “Primeiro Exame Geral”, ver *Constituições*, pp. 39-70.

25. *Constituições*, p. 37.

26. “Proêmio das Constituições”, *Constituições*, pp. 71-72

estão em provação; (4) como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia; (5) admissão ou incorporação na Companhia; (6) a vida pessoal dos que foram admitidos ou incorporados na Companhia; (7) as relações com o próximo daqueles que, depois de admitidos no corpo da Companhia, são distribuídos na vinha de Cristo Nosso Senhor; (8) meios de unir com a cabeça e entre si aqueles que estão dispersos; (9) a cabeça e o governo que dela descende; e (10) conservação e desenvolvimento de todo o corpo da Companhia em seu bom estado.²⁷

A última versão publicada das *Constituições da Companhia de Jesus*, renovada e aprovada pela 34ª Congregação Geral em 1995, traz como *Normas Complementares* elementos reformulados da legislação estabelecida depois pelas Congregações Gerais. Tiradas, principalmente, dos decretos das 31ª (1965-1966), 32ª (1974-1975), 33ª (1983) e 34ª Congregações, as Normas Complementares estão organizados sistematicamente segundo a ordem das próprias Constituições e com permanente referência a elas.²⁸

Pouco antes da sua morte, Padre Inácio ainda escreveu sua *Autobiografia*, ditada por ele ao padre Luís Gonçalves da Câmara, entre 1553 e 1555. Nela, ele narrou um resumo de sua vida até 1538, ano em que reuniu seus companheiros para logo formarem uma associação permanente. Inácio foi beatificado em 1609 e canonizado em 1622.²⁹

Já o *Ratio Studiorum* ou “Método Pedagógico dos Jesuítas” não foi escrito diretamente pelo fundador, mas a pedido dele. Durante quase dois séculos, este Código de ensino pautou a organização e o funcionamento de um dos ministérios mais característicos e importantes da Companhia de Jesus: os colégios.

A fundação de colégios para estudantes de fora da Ordem não fazia parte dos planos iniciais de Inácio de Loyola. Mas em 1548, a pedido dos oficiais da cidade siciliana de Messina, o fundador abriu o primeiro colégio da Companhia de Jesus com o objetivo de oferecer um ensino formal gratuito, inclusive aos estudantes da ordem, em

27. Ibidem, p. 73. Ver, também, “Índice”, II-B, *Constituições*, pp. 05-07.

28. “Prefácio do R. P. Peter-Hans Kolvenbach - Prepósito Geral da Companhia de Jesus”, *Constituições*, p. 10. Ver, também, “Decreto Introdutório”, *Constituições*, p. 255. A própria legislação da Companhia de Jesus estabelece que a Congregação Geral seja obrigada a se reunir, sobretudo, para a eleição do Geral - único Superior vitalício da ordem, sendo raras as outras ocasiões que reúnam a Companhia universal. Ver *Constituições*, artigo [722], p. 228. Isto explica a realização de apenas 34 Congregações Gerais em toda a história da Companhia. A 35ª Congregação Geral, iniciada em janeiro de 2008 reunindo 225 delegados (representantes escolhidos das províncias da Ordem) em Roma, elegeu o espanhol Adolfo Nicolás para Geral da ordem, substituindo o R. P. Peter-Hans Kolvenbach que, excepcionalmente, depois de obter o consentimento do Papa e de ouvir seus conselheiros e provinciais, renunciou ao cargo aos 80 anos de idade. Disponível em <www.radiovaticana.org> e <www.anchietanum.com.br>. Acesso em 14/05/2008.

29. O'Malley, *Os primeiros jesuítas*, p. 25. O texto da *Autobiografia* em latim foi publicado na *MHSI, Monumenta Ignatiana: Scripta de Sancto Ignatio de Loyola*, Madri, 1904-1918, vol. I, pp. 31-98. Para a leitura do texto em português, ver *Autobiografia de Inácio de Loyola*, Loyola, São Paulo, várias edições.

troca de alimentação, roupa e acomodação para os professores jesuítas.³⁰

Este arranjo não apenas resolveria o problema do financiamento da educação dos membros mais jovens da Companhia, como levaria instrução nas letras aos filhos dos fundadores de Messina. Para tanto, Inácio selecionou um corpo docente internacional e de raro talento, elegendo Jerônimo Nadal como Superior (ou “Reitor”) do Colégio. O sucesso do empreendimento foi tanto que incentivou a instituição de outros colégios, transformando a Companhia de Jesus na ordem associada à educação por excelência.

Influenciado pelo movimento humanista e por sua própria formação acadêmica, Nadal adotou o método parisiense (*modus parisiensis*) de ensino. Baseado nele e nos primeiros resultados obtidos em Messina, o Reitor escreveu um primeiro plano de estudos da Companhia em 1551, logo enviado a Roma para ser aplicado nos outros colégios que iam se multiplicando pela Europa.

Entre 1552 e 1557, Nadal percorreu quase toda a Europa, como delegado de Inácio de Loyola para explicar e promulgar as Constituições da ordem. Durante este período, ele também uniformizou a organização e o funcionamento dos colégios da Companhia então existentes em vários países europeus. Já como Reitor do Colégio Romano - a casa central de estudos da Companhia em Roma -, Nadal revisou o código de ensino escrito em Messina, elaborando um novo tratado entre 1564 e 1566.³¹

O trabalho iniciado por Nadal foi continuado por Diego de Ledesma, encarregado de rever e ampliar o programa de estudos do Colégio Romano. Concebido como um plano grandioso que deveria servir de norma para todos os colégios da Companhia, a versão escrita por Ledesma, interrompida com a sua morte em 1575, representou a maior contribuição individual na elaboração do *Ratio Studiorum* definitivo de 1599.

Apesar de recusarem incessantemente pedidos para abrirem novos colégios, os jesuítas fundaram com grande êxito centenas de instituições de ensino antes mesmo da promulgação definitiva do *Ratio*. Os colégios cresceram em número e também em importância; muitos deles, rapidamente se tornaram centros culturais da sua região.

Entretanto, a diversidade de costumes e de ação do corpo docente em cada cidade introduziu alterações nas orientações do plano de estudos do Colégio Romano. Mesmo após a promulgação das Constituições, contendo as regras gerais para a fundação de colégios e universidades da Companhia, a necessidade de um código de ensino legal continuou evidente, para assegurar a uniformidade de orientação da crescente atividade

30. Leonel Franca S. J., *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. O “Ratio Studiorum”, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1952, pp. 07-09; e O’Malley, *Os primeiros jesuítas*, pp. 319-321.

31. Idem, *ibidem*, pp. 11-13.

pedagógica dos jesuítas em todo o mundo.³²

Em 1581, a eleição de Cláudio Aquaviva para o cargo de quinto Superior Geral da Companhia foi decisiva para a sistematização definitiva de um código geral de ensino dos jesuítas. De imediato, o Geral reuniu uma comissão encarregada de elaborar uma fórmula de estudos provisória, enviada aos Superiores Provinciais em 1586, para ser criticada pelas autoridades mais competentes dos melhores colégios europeus.³³

Baseado nos relatórios críticos recebidos em Roma, Aquaviva mandou preparar uma nova edição revisada do *Ratio*. Terminada em 1591, a última versão provisória do Plano sofreu mudanças estruturais radicais, sendo enviada para ser testada na prática como um código de leis nos colégios da Companhia, antes de sua aprovação final. Em 1599, acolhidas as críticas resultantes da experiência prática, a edição definitiva do *Ratio Studiorum* foi finalmente promulgada com força de lei em todas as províncias.³⁴

Até a supressão da Companhia de Jesus em 1773, o código de estudos de 1599 permaneceu como lei oficial da ordem, podendo ser adaptado de acordo com as necessidades dos diferentes lugares, épocas e pessoas. As regras para a administração, o currículo e a metodologia dos colégios e universidades dos inicianos determinadas no *Ratio* contribuíram para a formação de uma rede global de ensino. Quando foi extinta, a Ordem dos Jesuítas mantinha 865 estabelecimentos de ensino espalhados pelo mundo, sendo 546 colégios e 148 seminários na Europa; e 123 colégios e 48 seminários nas províncias missionárias.³⁵

Com a restauração da Companhia em 1814 e a reabertura dos colégios, o *Ratio* de 1599 passou por uma revisão e foi enviado a todas as províncias como uma norma diretiva em 1832. Em 1941, foi implantado um novo Código referente apenas aos estudos superiores da Ordem, de acordo com as exigências das universidades modernas. Quanto ao ensino secundário, a diversidade de currículos dos países impossibilitou a implantação de um novo plano universal de estudos semelhante ao *Ratio* de 1599.³⁶

O último documento iniciano fundamental é a correspondência epistolar. Fonte de inestimável valor histórico, as cartas são indissociáveis da trajetória da Companhia. Implantadas por meio de regras nem sempre seguidas por todos os jesuítas, as cartas começaram a ser escritas a partir da fundação da ordem e continuam até os dias atuais.

32. Ver *Constituições*, 4ª parte, artigos [307-507], pp. 117-159; e NC 59-112, pp. 283-298.

33. Franca S. J., *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. O “Ratio Studiorum”, pp. 18-20.

34. Idem, *ibidem*, pp. 21-23.

35. Franca S. J., *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. O “Ratio Studiorum”, p. 24.

36. Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

Abordando os mais variados temas e assuntos, de acordo com os interesses, as necessidades, as atividades e o grau próprios de cada membro na Ordem, as cartas jesuíticas não seguem um padrão único de redação. Contudo, dois pontos comuns a todas elas devem ser observados: a censura e a obrigatoriedade.

Limitados pelas normas preliminares estabelecidas por Inácio de Loyola e, depois, pelas Constituições, os inicianos não eram autorizados a escrever livremente sobre suas obras e ações. As cartas tinham objetivos, funções e destinatários definidos legalmente; e muitas delas ficavam restritas ao âmbito interno e ao alto escalão da Companhia.

As lacunas deixadas pela falta de acesso aos escritos censurados e pela limitação das fontes divulgadas constituem um obstáculo ao aprofundamento dos estudos sobre os Jesuítas. Ainda hoje, inúmeras cartas permanecem inéditas no *Archivum Societatis Iesu Romanum*, o Arquivo Geral da Companhia em Roma.

Impostas a todos os outros escritos produzidos pelos jesuítas, as regras de censura tinham o objetivo claro de produzir uma determinada imagem da Companhia de Jesus, da qual os próprios jesuítas são os maiores responsáveis. Obrigados a seguir um modelo pré-estabelecido de virtude a partir do qual registravam a sua própria história, os jesuítas construíram uma autodefinição polêmica. A atração exercida pela ordem sobre aliados e inimigos resultou não apenas no fortalecimento institucional da Companhia e sua rápida expansão pelo mundo, como também no movimento de contestação aos inicianos de igual força e dimensão, inclusive no meio eclesiástico.

Já a obrigatoriedade exigida dos inicianos em relação à correspondência epistolar não se estendia a todos os outros documentos produzidos pela ordem. Independente da habilidade ou vontade própria, o ato de escrever as cartas jesuíticas era uma imposição a ser cumprida, em função do voto de obediência comum a todas as ordens religiosas.

Com a aprovação oficial da Companhia em 1540, os jesuítas logo se dispersaram pela Europa, Ásia, África e América do Sul. Preocupado em conservar a união entre súditos e superiores pelo vínculo da obediência e o controle da ordem à distância, Inácio de Loyola implantou como sistema de comunicação a correspondência epistolar. Por meio das cartas, o fundador pretendia manter o governo central informado sobre as atividades dos missionários pelo mundo e diminuir os efeitos da dispersão e da diversidade dentro da Companhia. Enquanto escrevia em Roma as Constituições, Inácio antecipou algumas regras para a redação e divulgação das cartas jesuíticas e instituiu dois tipos de missivas: a *carta principal* e as *hijuelas*.

Na carta principal, se narrariam apenas coisas “edificantes”, que pudessem ser mostradas a qualquer pessoa de fora da Companhia. E nas *hijuelas*, cartas privadas para serem lidas exclusivamente por membros da ordem, seriam relatados em separado o que não fosse edificante e “outras particularidades impertinentes para a carta principal”. Inácio definiu como edificantes os relatos das obras pias, pregações, confissões, missões e outras ações que apontassem para a presença divina e estimulassem a fé, a piedade e o aperfeiçoamento espiritual do próximo. E como impertinências os negócios, as doenças, e aspectos de ordem emocional como os sofrimentos e os sentimentos que deveriam permanecer reservados.³⁷

Antes de enviar cópias das cartas recebidas em Roma para outros jesuítas divulgando as atividades da Companhia no mundo, o Superior Geral ou seu secretário refaziam essas cartas, retirando delas tudo que não provocasse apoio e edificação. Com o rápido crescimento global da ordem e, conseqüentemente, do número de cartas recebidas e enviadas esta prática passou a exigir toda uma estrutura de registros, copistas, envios e arquivos.

Numa carta enviada a Pedro Fabro em 1542, Inácio esclareceu como redigia sua correspondência, deixando evidente a sua preocupação com o julgamento da história:

Escrevo uma primeira vez a carta principal. Nela conto coisas edificantes e em seguida, examinando e corrigindo, considerando que todos a verão, reescrevo-a, ou mando escrevê-la outra vez, pois aquilo que escrevemos deve ser mais amadurecido do que aquilo que falamos... Obrigó-me a escrever duas vezes uma carta principal para que nela reine uma certa ordem (...)³⁸

Além da censura editorial praticada pelos Superiores, Sheila Hue acrescentou que, ao copiarem os originais das cartas para divulgação ou impressão, muitas vezes os copistas, tradutores ou editores modificavam o texto original, fazendo desde pequenos cortes até extensas alterações. Daí a existência de várias versões de uma mesma carta, de acordo com o objetivo de sua publicação ou a intenção de seu editor.³⁹

37. *San Ignacio de Loyola, Obras Completas*, Madrid, BAC, 1963, pp. 649-650.

38. Lacouture, *Os Jesuítas: 1. Os Conquistadores*, p.127. Pierre Favre, chamado também Lefèvre e conhecido nos documentos da ordem como Pedro Favro, conheceu o grupo fundador da Companhia em Paris, no Colégio Santa Bárbara. Recebeu ordens sacras em 1534, tornando-se o primeiro sacerdote da Companhia de Jesus. Exerceu suas principais atividades em diversas missões pela Europa, incluindo Portugal. Faleceu em Roma em 1546 e foi beatificado em 1872. “P. Pedro Fabro, Primeiro Sacerdote da Companhia de Jesus”, Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae I*, artigo 02, pp. 23-24.

39. Sheila Moura Hue, *Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, p. 20.

Em 1547, a instituição epistolar jesuítica ganhou um importante reforço, com a nomeação de Juan Alfonso de Polanco para o cargo de secretário do Geral da Ordem. Logo ao assumir suas funções em Roma, Polanco enviou uma carta circular a todos os inicianos, expondo as principais razões para a manutenção de uma correspondência regular entre eles: as cartas serviam para conservar a união, facilitar o governo da ordem e divulgar o trabalho da Companhia para atrair novos membros.⁴⁰

O exemplo vinha de cima. Entre 1524 e 1556, Inácio de Loyola escreveu nada menos que 6.815 cartas, produzindo a mais ampla correspondência entre seus contemporâneos do século XVI. A maior parte dela se encontra preservada e editada em várias obras e em 12 dos mais de 125 volumes da *Monumenta Historica Societatis Iesu*, publicada pela Companhia de Jesus a partir de 1894.⁴¹

Sob a influência de Inácio e Polanco, os primeiros jesuítas enviaram milhares de cartas aos seus companheiros e aos Superiores em Roma, relatando suas experiências, dificuldades, obras e ações. Baseado nesses relatos, Polanco passou a escrever cartas circulares, várias vezes ao ano, a todos os membros da ordem, resumindo as principais realizações dos inicianos ao redor do mundo.⁴² Lidas ou ouvidas por quase toda a Companhia, essas circulares causavam grande impacto e informavam o “modo de proceder” dos jesuítas em cada país onde atuavam. O secretário de Inácio também redigia a maioria das cartas atribuídas aos Gerais, “a pedido” ou “por comissão” dos mesmos. E cobrava relatos edificantes dos membros da Companhia que escreviam pouco ou resistiam ao sistema de comunicação por missivas.

40. Idem, *ibidem*, p. 18. Juan Alfonso de Polanco nasceu em Burgos, na Espanha, em 1517 e entrou na Companhia de Jesus em 1541. Entre 1547 e 1573, exerceu o cargo de Secretário dos três primeiros Gerais da Ordem: Inácio de Loyola (1540), Diego Laínez (1558) e Francisco de Borja (1565). Mais do que um secretário, Polanco participou de todos os atos importantes da Companhia do seu tempo, orientando todas as decisões do generalato até pouco antes de sua morte, em 1576. Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae I*, “P. Juan Alfonso de Polanco, Secretário da Companhia de Jesus”, artigo 03, pp. 24-25.

41. Ver Dominique Bertrand, *La politique de Saint Ignace de Loyola*, Paris, Editions du Cerf, 1985, p. 39. Para a leitura das cartas de Santo Inácio, ver *MHSI, Monumenta Ignatiana, Series Prima, Societatis Jesu Fundatoris, Epistolae et Instructiones*, Matrite, Typis Gabrielis Lopez Del Horno: Tomus I (1524-1548), 1903; Tomus II (1548-1550), 1904; Tomus III (1550-1551), 1905; Tomus IV (1551-1553), 1906; Tomus V (1553) e Tomus VI (1553-1554), 1907; Tomus VII (1554), 1908; Tomus VIII (1554-1555) e Tomus IX (1555), 1909; Tomus X (1555-1556), 1910; Tomus XI (1556) e Tomus XII (1556), 1911.

42. O'Malley, *Os primeiros jesuítas*, pp. 23-29. O autor destaca a importância do *Chronicon Societatis Jesu*, ditado por Polanco a um ou mais secretários entre 1573-1574 e hoje preservado em seis volumes da *MHSI*. Escrita a pedido de Everardo Mercurian – o quarto Geral eleito em 1572, para orientá-lo em seu governo, a crônica de Polanco detalha as atividades dos jesuítas em cada casa, de cada província da Companhia, ano por ano, desde 1537 até 1556. O'Malley também considera crucial o papel de Polanco na elaboração das Constituições, apesar da tradição considerar Padre Inácio como o principal mentor por trás delas. E sugere que muitas palavras, composições e detalhes devem ser atribuídos ao secretário de Loyola, responsável ainda pela tradução latina oficial do original espanhol das Constituições da ordem.

Essa exigência foi fundamental para a produção de inúmeros documentos oficiais e extra-oficiais sobre a Companhia de Jesus. Mas, apesar dos esforços do governo central, nem todos os jesuítas seguiam as normas de registro ou atendiam aos apelos de Roma. Por falta de tempo ou disposição para escrever, vários inacianos não enviavam cartas suficientes ou faziam narrativas fora das regras estabelecidas. Entre eles, segundo alguns relatos, pareciam estar os primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil.

Considerada a mais atuante e influente ordem religiosa no Brasil colonial, a Companhia de Jesus desembarcou na Capitania da Bahia de Todos os Santos no dia 29 de março de 1549, junto com a armada do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa. Sob o comando do Padre Manuel da Nóbrega, vieram mais cinco missionários: os Padres Leonardo Nunes, Antonio Pires, João de Azpilcueta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, depois ordenados sacerdotes.⁴³

A antiga Companhia de Jesus era formada por seis Assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia. Cada Assistência é formada por um grupo de províncias, segundo critérios lingüísticos ou geográficos. A Assistência de Portugal compreendia a metrópole, o Japão, a Província da Índia, a Vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão, além das Missões em Angola, Moçambique e Etiópia. Cada província possui um superior chamado Provincial, que governa todos os colégios e residências dela; cada casa tem ainda seu Superior local, que nos colégios se chama Reitor; de todos os Superiores, apenas o Geral é vitalício.⁴⁴

Quando a então Missão brasileira foi fundada em 1549, as Constituições da Companhia ainda estavam em fase de elaboração na cidade de Roma. Eleito primeiro

43. Nóbrega, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1970, p. 200. Manuel da Nóbrega nasceu em Portugal no ano de 1517 e entrou na Companhia de Jesus já sacerdote, em 1544. Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi escolhido para a empresa do Brasil em 1549, com apenas 31 anos. Primeiro Superior e primeiro Provincial do Brasil, Nóbrega colaborou na fundação da Cidade do Salvador e do Rio de Janeiro e fundou São Paulo. Enquanto Provincial, percorreu todas as Capitânicas do Brasil de então. Depois que passou o cargo de Provincial ao seu sucessor - o Padre Luís da Grã - ficou como Superior das Capitânicas do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente); em 1567, fundou o Colégio do Rio de Janeiro e foi seu primeiro Reitor. Nomeado Provincial do Brasil pela segunda vez, não chegou a tomar posse do cargo, por falecer em 1570. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*: Tomo IX (Suplemento Biobibliográfico II), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 03 e “Nóbrega, Fundador”, apêndice I, pp. 413-433. Sobre os outros cinco missionários que chegaram ao Brasil com Nóbrega, ver Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae I*, artigos 09, 10, 11, 12 e 13, pp. 37-41.

44. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*: Tomo I, Livro I, Capítulo I, p. 12. Sobre a nomeação, autoridade e atribuições gerais do Superior Provincial, ver *Constituições*, NC 341§1, 2º e §2, p. 387; NC 391 e NC 392, pp. 404-405; NC 138, p. 306; artigos [757-758], pp. 234-235; artigo [778], p. 238; NC 343, 2º, p. 388; NC 340§2, p. 387; artigo [797], p. 243; artigos [820-821], p. 250; artigo [791], p. 242; artigo [811], p. 246; artigo [764], pp. 235-236; NC 344§1, p. 388; NC 348§§1-2, pp. 389-390; NC 345§§1-3, p. 388; artigos [662 e 666], pp. 208-209; NC 334§2, p. 385; artigo [773], p. 237; artigo [781], p. 239; NC 363, p. 394; NC 397, p. 406; NC 304, p. 367; artigos [668 e 670], pp. 209-210; NC 355 e NC 356§1, p. 392; e NC 209, p. 330.

Superior Provincial do Brasil em 1553, através de uma carta enviada por Inácio de Loyola, Manuel da Nóbrega só recebeu uma cópia do texto original final das Constituições em 1556, para ser promulgado em toda a Província brasileira.⁴⁵

Sem normas constitucionais e sem tempo, disposição e redatores suficientes para priorizar o registro de suas atividades numa terra quase desconhecida a ser conquistada, os primeiros jesuítas do Brasil logo foram advertidos pela falta de disciplina para escrever e má qualidade das poucas notícias enviadas aos seus Superiores na Europa.

Em março de 1553, Inácio de Loyola exigiu de todos os membros da ordem o cumprimento do voto que mais define a Companhia de Jesus: a obediência. Na célebre “Carta aos Jesuítas Portugueses”, o fundador escreveu:

Podemos tolerar que outras ordens religiosas nos superem nos jejuns, nas vigílias e em outras austeridades... Mas desejo, amantíssimos irmãos, que pela pureza e a perfeição da obediência (...) e pela abnegação do julgamento se assinalem instantaneamente aqueles que, nesta Companhia, seguem a Deus...⁴⁶

Em agosto de 1553, Polanco mandou uma carta ao Padre Nóbrega, a pedido de Padre Inácio, ordenando ao Provincial do Brasil que tomasse as providências cabíveis para que todos escrevessem e enviasse as cartas para Roma. Dizia ter informações incompletas e escassas sobre o Brasil, indicando, em seguida, o que deveria ser informado nas cartas edificantes: (1) em quantos lugares há residências da Companhia, quantos membros há em cada uma delas e o que fazem; (2) como andam vestidos, o que comem e bebem, em que cama dormem; (3) o clima e temperatura da região onde estão, como são seus habitantes, como eles se vestem, como moram, o que comem e quais são seus costumes; e (4) o número aproximado de cristãos e de gentis. E os assuntos que não fossem de edificação, deveriam ser escritos numa carta separada (a *hijuela*).⁴⁷

Mesmo após a promulgação das Constituições da Companhia no Brasil em 1556, Polanco continuou reclamando das cartas brasileiras. Ainda em 1568, quinze anos após

45. Serafim Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae II (1553-1558)*, Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1957, artigo 01, p. 50. Para a leitura da carta de Santo Inácio, nomeando o Padre Manuel da Nóbrega primeiro Provincial do Brasil e o Padre Luis da Grã seu colateral, ver “AL P. Manuel de Nóbrega”, Roma, 09 de julho de 1553, *Cartas de San Ignacio de Loyola*, Tomo III, Madrid, Imprenta de la V. e Hijo de D. E. Aguado, 1877, Carta 317, pp. 234-238.

46. Lacouture, *os Jesuítas: I. Os Conquistadores*, p.117.

47. “Do P. Juan de Polanco por comissão do P. Inácio de Loyola ao P. Manuel da Nóbrega, Brasil”, Roma, 13 de agosto de 1553. Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae I*, carta 74, pp. 519-520.

a circular enviada ao Padre Nóbrega, o secretário do então Superior Geral Francisco de Borja atribuía o problema das missivas brasileiras não só ao extravio ou falta de navios para enviar as cartas, mas também à falta de diligência dos que deveriam escrevê-las.⁴⁸

A chegada das Constituições significou a implantação teórica das normas detalhadas para a escrita dos documentos produzidos pelos jesuítas. Em relação às chamadas cartas *ex-officio* (por ofício), foram estabelecidas as seguintes instruções: os membros da Companhia ficam obrigados a manter freqüente correspondência epistolar com seus Superiores, em particular o Geral e os Provinciais. As cartas servem como meio de comunicação para unir os inicianos entre si e com a “cabeça” e promover o intercâmbio de informações vindas de todo o mundo.⁴⁹ Os Superiores locais e os Reitores devem escrever ao seu Superior Provincial a cada semana, se for possível; o Provincial e os outros Superiores devem escrever todas as semanas ao Geral, se ele estiver perto ou, uma vez por mês, se residindo no exterior. O Geral deve escrever, pelo menos, uma vez ao mês aos Provinciais, e estes aos Superiores locais, aos Reitores e, em caso de necessidade, aos particulares.⁵⁰

Para que as notícias da Companhia cheguem a todos os membros da ordem, os subordinados das diversas casas ou colégios de cada província devem escrever, a cada quatro meses, uma carta edificante em língua vernácula e outra igual em latim. Essas duas cartas devem ser enviadas em duplicata ao Provincial. Este mandará ao Geral um dos exemplares em vernáculo e outro em latim, juntando uma carta sua para contar fatos edificantes omitidas nas primeiras. E tirará quantas cópias das cartas forem necessárias para dar conhecimento delas aos outros membros da Província. O Geral, por sua vez, deve providenciar cópias suficientes das cartas recebidas para serem enviadas a todos os outros Provinciais; e estes, mandarão fazer cópias para os membros da sua província.⁵¹

Nas universidades da Companhia, haverá um síndico geral que informará ao Reitor, ao Superior Provincial e ao Geral acerca das pessoas e das coisas, quando lhe parecer oportuno. O Reitor da universidade escreverá cada ano ao Superior Geral a respeito de todos os professores e dos outros membros da Ordem. O síndico escreverá sobre o Reitor e os outros, uma vez ao ano; e duas vezes por ano ao Provincial, o qual

48. “Do P. Juan Alfonso de Polanco por comissão do P. Francisco de Borja ao P. Gregório Serrão, Baía”, Roma, 24 de dezembro de 1568. Serafim Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae IV (1563-1568)*, Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1960, carta 72, pp. 492-494.

49. *Constituições*, artigo [673], p. 211. O nome “cabeça” é uma referência ao Superior Geral em Roma.

50. *Ibidem*, artigo [674], p. 211.

51. *Constituições*, artigo [675], pp. 211-212.

informará ao Geral o que achar conveniente.⁵²

As cartas das universidades devem ser enviadas fechadas, de modo a ninguém saber o que o outro escreve. Quando o Geral ou o Provincial quiserem informações mais completas a respeito do Reitor e de todos os outros, devem responder a eles, por escrito, o síndico e seus companheiros, os professores, os escolásticos (estudantes) aprovados e os coadjutores (fazem apenas os três votos comuns) formados.⁵³

Os Superiores da Companhia poderão enviar qualquer membro da ordem aonde julgarem necessário, conforme a permissão que lhes foi concedida pelo Papa. O Superior deverá dar instruções completas aos missionários, normalmente por escrito, sobre o modo de proceder nas diversas regiões. E manterá freqüente contato epistolar com eles, para receber informações de cada missão e dar os conselhos e a ajuda possível à distância.⁵⁴

Finalmente, o Superior Geral deverá fazer com que os Provinciais enviem cartas para ele assiduamente, informando sobre o que se passa em todas as províncias; e responderá emitindo a sua opinião sobre o que lhe foi comunicado, tomando as medidas necessárias de acordo com as Constituições.⁵⁵

Embora estabelecidas como definitivas e, muitas delas, ainda estejam realmente em vigor, algumas normas constitucionais sobre a correspondência epistolar logo foram renovadas. O constante aumento do número de jesuítas na Europa e no Ultramar e da quantidade de cartas exigiu uma rápida adaptação aos novos tempos.

Em 1565 - ano da reunião da Segunda Congregação Geral -, a Ordem dos Jesuítas havia evoluído de uma união informal de sete companheiros na Europa para uma organização mundial de milhares de membros; e sob muitos aspectos, já era bem diferente da congregação religiosa fundada em 1540.

Neste mesmo ano, o Superior Geral confirmou a distinção entre cartas de governo ou de negócios internos e cartas de edificação ou de notícias, sem fazer nenhuma alteração nas regras de redação das primeiras. Quanto às cartas de edificação, as normas constitucionais até então estabelecidas determinavam que fossem feitas oito reproduções de cada carta edificante para serem enviadas a todas as outras Províncias e Missões da Companhia. Mas a ligeira expansão da ordem inviabilizou a execução de tantas cópias. Para diminuir o trabalho de reprodução, a Segunda Congregação Geral

52. Ibidem, artigo [504], p. 158.

53. Ibidem, artigo [507], p. 159. Os graus dos admitidos na Companhia serão detalhados posteriormente.

54. Ibidem, artigo [629], pp. 198-199. Ver, também, artigo [618], p. 193.

55. Ibidem, artigo [790], pp. 241-242.

aprovou um decreto substituindo as cartas de edificação quadrimestrais por cartas anuais; a nova norma entrou em vigor em 1568.⁵⁶

Outra modificação na redação das cartas edificantes foi aprovada pela Terceira Congregação Geral (1572) e publicada nas *Constituições* atuais como Norma Complementar. O Superior Geral passou a ter, segundo as circunstâncias, a competência para determinar as normas que devem ser seguidas acerca das cartas a escrever por ofício e das relações ou notícias destinadas à edificação espiritual.⁵⁷

Sobre as cartas privadas, as *Constituições* originais trazem como determinações gerais as seguintes normas, já revogadas: os membros da ordem não devem receber nem escrever cartas aos parentes e amigos, a não ser nos casos em que o Superior permitir; e todas as cartas escritas ou recebidas nas casas da Companhia de Jesus devem ser vistas primeiramente por um encarregado, cabendo a ele a decisão de entregá-las ou não aos seus respectivos destinatários.⁵⁸

Apesar das reclamações e das perdas e extravios de parte da correspondência epistolar inaciana, os jesuítas enviaram centenas de cartas do Brasil aos seus Superiores e companheiros dispersos pelo mundo, entre 1549 e 1759. Como os negócios das Missões ultramarinas portuguesas da Companhia eram tratados na capital do Reino, as cartas brasileiras eram enviadas via Lisboa para o governo central da ordem em Roma.

Antes de reexpedir as cartas vindas do Brasil para Roma, o Superior Provincial de Portugal tinha o poder de abrir e copiar essas missivas, excetuando as destinadas exclusivamente ao Superior Geral. As cópias das cartas edificantes (de notícia) eram então repartidas pelas casas da Companhia; e as de governo (de negócios internos) reenviadas aos ministros régios encarregados de cada uma das missões requerentes.⁵⁹

Depois de lidas em Portugal, as primeiras cartas de Nóbrega já estavam em Roma no final de 1549. De lá, começou a distribuição de cópias para as Casas e Colégios da Companhia na Europa e no Extremo Oriente. As “novas” ou notícias dos primeiros jesuítas do Brasil eram lidas e ouvidas com entusiasmo pelos membros da Ordem. Em 1554, as cartas do Brasil já tinham tradução italiana e algumas edições “impressas”, cuja distribuição era acompanhada por cópias manuscritas das cartas mais recentes.⁶⁰

56. Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae IV*, capítulo I, artigo 1 – cartas, pp. 51-52.

57. *Constituições*, NC 359, p. 393.

58. *Ibidem*, artigo [60], p. 52 e artigo [246], p. 102, ambos revogados pela 34ª Congregação Geral.

59. Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae I*, p. 57.

60. *Idem*, *ibidem*, pp. 53-56.

Nesta época, a impressão ainda não era tão comum, considerando que a invenção da tipografia remonta convencionalmente ao ano de 1455, quando Gutemberg imprimiu a famosa *Bíblia* de 42 linhas. Mas as primeiras cartas do Brasil logo começaram a ser impressas; a primeira edição saiu de uma tipografia em Coimbra no ano de 1551. Intitulada *Copia de unas cartas embiadas del Brasil por el padre Nóbrega dela companhia de Jesus* (...), traduzidas do português para o castelhano, era composta por 14 fólios (folha de impressão de quatro páginas - duas de frente e duas de verso - dobrada ao meio) não numerados. A *Copia* de 1551 é o mais antigo documento bibliográfico dos jesuítas de toda a América; dela, só se tem conhecimento do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa.⁶¹

Essa primeira impressão foi seguida de várias outras das cartas dos primeiros jesuítas do Brasil, ainda nos anos quinhentos. Em 1570, ano da morte de Nóbrega, somente a carta “Informação das Terras do Brasil” de sua autoria já tinha seis edições, traduzida em espanhol, italiano e latim; e em 1586, também se imprimiu em alemão.⁶²

Esse grande número de edições para os padrões do século XVI aponta para o enorme sucesso das primeiras cartas brasileiras. Lidas ainda com empolgação e curiosidade por pessoas cultas de fora da Ordem, inclusive no Brasil, as cartas de edificação jesuíticas tiveram grande repercussão e procura, servindo como um eficiente veículo de propaganda da Companhia de Jesus em todo o mundo.

O movimento epistolar inaciano continuou intenso nos séculos XVII e XVIII. Mas, apesar das adaptações feitas anteriormente, o número cada vez maior de cartas tornou impossível a publicação integral da correspondência da Companhia a partir de então. As cartas ultramarinas passaram a ser utilizadas como fonte para a redação de *Relações* e *Livros*. Isto explica uma maior divulgação e publicação das cartas brasileiras do século XVI, quando comparadas aos impressos das missivas dos séculos seguintes.

No dia 03 de setembro de 1759, o rei Dom José decretou a expulsão da Ordem dos Jesuítas de Portugal e seus domínios, tendo como principal articulador o Secretário dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal.⁶³

61. Idem, *ibidem*, pp. 69-70.

62. Idem, *ibidem*, p. 60. Escrita na Baía em agosto de 1549, essa famosa carta de Nóbrega pode ser lida em Leite, *Monumenta Brasiliae I*, pp. 145-154. Sobre as edições das cartas do Brasil, ver idem, *ibidem*, pp. 69-78; e Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*: Tomo IX, apêndice G, pp. 397-401.

63. Antônio Rodrigues (coord.), *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, pp. 166 e 169. Sobre o Marques de Pombal, ver João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e sua época*, São Paulo, Alameda, 2004; Camillo Castelo Branco, *O Perfil do Marques de Pombal*, Lisboa, Folhas e Letras, 2003; Mário Domingues, *Marques de Pombal: o Homem e sua Época*, Lisboa, Prefácio, 2002; e Kenneth Maxwell, *Marques de Pombal: o paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

A expulsão de 1759 teve motivações diversas, como a acusação de participação num atentado contra Dom José e a formação de um Estado próprio no Brasil desafiando a autoridade da Coroa portuguesa. Perseguidos pela política regalista e antijesuítica pombalina, com o apoio de vários setores do clero e da sociedade, a Ordem dos Jesuítas acabou suprimida pelo Papa Clemente XIV, em 1773.⁶⁴

Mesmo no exílio, a correspondência jesuítica não se extinguiu completamente. Restaurada 41 anos depois pelo Papa Pio VII, a Companhia de Jesus retomou a troca normal de cartas em 1814. Os inicianos voltaram a trabalhar modestamente no Brasil a partir de 1841, onde ergueram novas províncias, residências e colégios, em condições econômicas, políticas, culturais e sociais bem diferentes das deixadas no século XVIII.⁶⁵

As cartas jesuíticas do século XIX ficaram praticamente restritas ao âmbito interno da Companhia. No final de 1908, o Superior Provincial de Portugal enviou uma circular ao compilador das cartas edificantes, na qual determinava a publicação anual de um volume de *Cartas Edificantes* daquela província, incluindo as do Brasil.⁶⁶

Em outubro de 1910, com a proclamação da República em Portugal, os jesuítas foram novamente expulsos daquele país. Decidido a promover a laicização do Estado e da sociedade portuguesa, o governo republicano provisório também determinou o fechamento dos conventos, entre outras medidas anticlericais.⁶⁷

No mês seguinte, os primeiros jesuítas exilados de Portugal aportaram no Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar a chegada de outros membros da Província Lusitana ao Brasil. Apesar dos protestos publicados em jornais brasileiros da época contra a vinda dos exilados para o país, os inicianos iniciaram uma nova etapa da história da Companhia no Brasil, onde logo fundaram novas casas e instituições de ensino.⁶⁸

64. Sobre a expulsão de 1759 e a supressão de 1773, ver A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, volume II, Lisboa, Presença, 1997, pp. 370-371; Lacouture, *os Jesuítas: 1*, pp. 462-504; Bangert, *História da Companhia de Jesus*, pp. 443-449 e pp. 475-490; Dauril Alden, “Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil”, in Henry Keith & S. F. Edwards, *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, pp. 31-85; Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VII, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, pp. 335-361; e José Eduardo Franco, *O Mito dos Jesuítas*, volume I, Lisboa, Gradiva, 2006, pp. 475-627.

65. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VII, p. 362. Sobre a restauração da Ordem em 1814, ver Jean Lacouture, *Jesuítas, II. Los Continuadores*, Barcelona, Paidós, 1994, pp. 61-101.

66. *Cartas Edificantes da Província de Portugal*, I Anno, Collegio do Barro, 1909, pp. 01-04.

67. Rodrigues, *História de Portugal em Datas*, pp. 261-262. Sobre a expulsão de 1910, ver Oliveira Marques, *História de Portugal*, volume III, Lisboa, Presença, 1998, pp. 352-354; José Mattoso, *História de Portugal*, volume VI, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 404-411; José Eduardo Franco, *O Mito dos Jesuítas*, volume II, Lisboa, Gradiva, 2007, pp. 242-259; Luiz Gonzaga Cabral, *Ao meu paiz: protesto justificativo da expulsão dos meus religiosos*, São Paulo, Duprat & Cia, 1911; Luiz Gonzaga de Azevedo, *Proscritos: Revolução de Portugal de 1910*, Valladolid, Florêncio de Lara Ed., 1911; Ferdinand Azevedo, *A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste: 1911-1936*, Recife, FASA, 1986; e Joseph Foulquier, *Jesuítas no Norte: segunda entrada da Companhia de Jesus, 1911-1940*, Baía, Duas Américas, 1940.

68. *Diário da Casa*, Colégio Antônio Vieira, vol. I, 1911-1928, Salvador, Bahia páginas avulsas 01 e 02.

Entre 1909 e 1933, várias cartas escritas do Brasil foram publicadas nos volumes das *Cartas Edificantes da Província de Portugal*, em caráter doméstico e reservado. Lidas quase que exclusivamente pelos membros da própria Companhia, as cartas dos séculos XX e XXI permanecem praticamente desconhecidas pelos de fora da Ordem.

Largamente utilizada como fonte para a historiografia colonial brasileira, a correspondência inaciana ganhou edições mais completas a partir de 1930. As cartas edificantes do século XVI foram amplamente difundidas pelas publicações da Academia Brasileira de Letras (1931) e da própria Companhia de Jesus (entre 1956 e 1968), nos cinco volumes que integram a *Monumenta Brasiliae* de Serafim Leite. Além das grandes compilações, as cartas de jesuítas mais renomados também foram publicadas em edições avulsas, a exemplo das de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.⁶⁹

Menos divulgadas, as cartas jesuíticas mais relevantes dos séculos XVII e XVIII foram publicadas em revistas e livros especializados e, excepcionalmente, em edições avulsas no Brasil. Muitas delas privilegiaram a imensa correspondência do Padre Antônio Vieira, autor de centenas de cartas, sermões e outras obras no século XVII.⁷⁰

69. Entre as edições avulsas das cartas de Nóbrega e Anchieta, ver Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil, 1549-1560*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Editora USP, 1988; e Pe. José de Anchieta, S.J., *Cartas: Correspondência ativa e passiva*, São Paulo, Edições Loyola, 1984. Conhecido como o “Apóstolo do Brasil”, José de Anchieta nasceu em Laguna, nas Ilhas Canárias (Espanha) em 1534. Com 17 anos, estudava Lógica em Coimbra, onde ingressou na Companhia de Jesus em 1551. Em 1553, embarcou para o Brasil na expedição chefiada pelo Padre Luis da Grã. Ensinou latim na nova escola de Piratininga, fundada pelo Padre Manuel da Nóbrega em 1554. Anchieta fez o curso de Filosofia e Teologia em particular e não regularmente como era habitual; e professou solenemente em São Vicente no ano de 1577. Foi Superior da Capitania de São Vicente (das duas Casas de São Vicente e São Paulo) e da Capitania do Espírito Santo, além de Provincial do Brasil. Um dos primeiros jesuítas a aprender a língua tupi, Anchieta se destacou pelos seus escritos em tupi e em português, castelhano e latim. Faleceu em 1597, na Aldeia de Reritiba, no Espírito Santo. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil: Tomo VIII (Suplemento Biobibliográfico I)*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 16.

70. Entre as edições avulsas das cartas do padre, ver Antonio Vieira, *Cartas*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1997. Para ter uma idéia da vasta produção intelectual de Vieira, ver a relação completa de suas obras em Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil: Tomo IX*, pp. 193-363. Antônio Vieira nasceu em Lisboa no ano de 1608. Com seis anos foi morar com seus pais em Salvador, onde estudou no Colégio dos Jesuítas da Baía; aos 15 anos, entrou como noviço na Companhia. Em 1624, destacou-se na resistência contra os holandeses que invadiram Salvador. Ensinou Humanidades e Retórica nos Colégios da Baía e Pernambuco e depois, concluiu os estudos de Filosofia e Teologia no Colégio da Baía, obtendo o grau de Mestre em Artes. Ordenou-se sacerdote em Salvador (1634) e professou solenemente em Lisboa (1646). Com a Restauração de Portugal em 1640, foi nomeado pregador régio por D. João IV, atuando na França, Inglaterra, Holanda e Roma. Nesta época, defendeu publicamente os cristãos novos. Foi Superior e depois Visitador das missões do Maranhão e Pará entre 1652 e 1661, quando foi expulso da missão por defender a liberdade dos índios. De volta a Lisboa, manifestou-se pelo partido da Rainha, protetora da Missão; acabou desterrado para o Porto (1662) e denunciado à Inquisição pela oposição, sendo preso em 1665. Vieira se defendeu e saiu livre em 1668. Por meio de sermões e discursos, lutou contra o estilo da Inquisição portuguesa em Roma e Lisboa e foi isentado pelo Papa em 1675. Em 1681, embarcou como Visitador Geral para o Brasil, onde viveu seus últimos anos no Colégio da Baía e na Quinta do Tanque nas cercanias de Salvador. Considerado um dos maiores oradores do Brasil, Vieira faleceu no Colégio da Baía em 1697, com quase 90 anos. Leite, op. cit., pp. 192-193 e “Efemérides do P. Antônio Vieira”, apêndice H, pp. 402-411. Ver, também, Valmir Muraro, *Padre Antônio Vieira: retórica e utopia*, Florianópolis, Editora Insular, 2003.

Serafim Leite divulgou uma lista completa dos escritores jesuítas da Assistência de Portugal no Brasil, entre 1549 e 1773, nos suplementos biobibliográficos (volumes VIII e IX) da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, em 1949. A relação traz o nome, um resumo biográfico e uma lista das cartas e obras escritas por cada inaciano.

Distante da visão estereotipada que define a Ordem dos Jesuítas como um exército subordinado unicamente às instruções de seu Superior, as cartas brasileiras do período colonial apontam para uma rede de empreendedores adaptados às disponibilidades e condições locais. Entre 1549 e 1759, a Companhia de Jesus exerceu uma influência profunda e duradoura sobre toda a formação religiosa e intelectual do Brasil colonial. Envolvidos em assuntos espirituais, religiosos e temporais, os jesuítas catequizaram os índios, monopolizaram a educação, fundaram vilas, disputaram o controle da mão-de-obra indígena com os colonos e acumularam bens materiais, amigos, inimigos e poder.

Diante da precariedade dos meios de comunicação da época, a escrita assumiu o papel estratégico de manter o funcionamento e o controle da Ordem à distância. Os jesuítas privilegiaram a correspondência para emitir opiniões, transmitir informações e receber orientações de seus superiores. Usadas como espaço de união, ação, informação, negociação, conflito, comunicação e sociabilidade intelectual, as cartas viabilizaram o governo da Companhia e a formação de uma organização mundial, através da escrita.

CAPÍTULO I: O AUTOR DA *HISTÓRIA*

“Examinando a curva da minha vida (...), vejo através de tudo a mão amorável da Providência, preparando-me e encaminhando-me.”

Serafim Leite, Roma, 1939.¹

“O padre Serafim é brasileiro ou português? Essa dúvida é tanta, que um dos nossos jornais, outro dia o chamou de *historiador patricio*.”

Revista Vamos Ler, Rio de Janeiro, 1939.²

Serafim Soares Leite percorreu uma longa trajetória de quase 80 anos de existência passados na Europa e no Brasil. Nascido na cidade portuguesa de São João da Madeira, em 1890, veio ainda adolescente trabalhar com um tio na Amazônia. Após sete anos residindo no norte do Brasil decidiu voltar para a Europa, onde ingressou na Companhia de Jesus. Entre 1914 e 1969, escreveu cerca de quatrocentos títulos entre poesias, cartas, biografias, artigos para jornais e revistas, discursos, resenhas e livros, incluindo a sua principal obra: a *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

E. H. Carr observou acertadamente que a primeira preocupação ao analisar um trabalho de história não deveria ser com os fatos que ele contém e sim com o historiador que o escreveu. E justificou lembrando que os fatos da história que chegam até nós já foram antes selecionados e interpretados pela mente de seu registrador.³ No caso da *História*, o conhecimento prévio do autor assume um papel de destaque para a análise da obra, por ser ele próprio um membro da Companhia de Jesus. Nesta condição, Serafim Leite teve a sua atuação como biógrafo da Ordem limitada pelos interesses e objetivos inerentes ao campo da história institucional.

Serafim Leite ainda carece de uma biografia crítica de autoria leiga. Os textos até o momento existentes sobre ele foram escritos por outros religiosos após a sua morte e descrevem, de forma linear e factual, a vida do biografado, enfatizando a sua formação intelectual e seus trabalhos históricos como membro da Companhia de Jesus.

1. Serafim Leite, “A minha vocação”, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, ano 39, vol. 60, Editora Bedeschi, Anais de 1940, julho a dezembro, p. 396.

2. “Conversa com o Padre Serafim Leite”, *Revista Vamos ler I*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1939, publicada no quinzenário *O Regional*, São João da Madeira, nº. 470, 28 de janeiro de 1940, p. 03.

3. E. H. Carr, *Que é história?*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 23.

Giovanni Levi advertiu que a tão alegada falta de fontes não é a única e nem a principal dificuldade encontrada quando se tenta escrever sobre a vida de um indivíduo. Em muitos casos, as maiores distorções são feitas pelo próprio biógrafo, ao seguir um modelo biográfico tradicional que associa uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.⁴ Este é o caso dos biógrafos de Serafim Leite, em sua maioria jesuítas. A Companhia de Jesus sempre cultivou a prática de registrar o falecimento de cada um de seus membros nos catálogos de suas províncias. Era também comum a publicação póstuma de um resumo da vida e obra do falecido, de acordo com a sua atuação dentro da ordem. Como esses resumos eram escritos por outros inicianos a partir da imagem que construíram de si mesmos, os textos biográficos póstumos se reduziam a uma narrativa tradicional de cunho edificante. E assim os jesuítas redigiram milhares de cronologias informando sobre o ingresso, a formação intelectual, as obras e as ações dos biografados na Companhia, sem nenhum compromisso com a análise crítica de cada história de vida. À exceção dos jesuítas mais renomados, cuja vida e obra serviram de tema para estudos mais completos publicados separadamente, tanto por autores religiosos quanto leigos, as biografias de grande parte dos inicianos continuam restritas aos resumos publicados nos impressos da Ordem, muitos deles acessíveis ao público comum.

No entanto, é importante notar que embora limitados pelo compromisso moral, político e religioso assumido com a Companhia, os biógrafos de Leite contribuíram com informações adicionais sobre a redação da *História da Companhia de Jesus no Brasil* e a vida de seu autor após a publicação dos dois primeiros volumes da obra em 1938.

Entre os jesuítas que escreveram sobre o autor da *História*, destacam-se Hélio Abranches Viotti, Domingos Maurício e Inocêncio Pinho. Enquanto os dois últimos prestaram uma homenagem a Serafim Leite, ressaltando o seu exemplo de vida como padre e historiador, Hélio Viotti excepcionalmente divergiu da maneira como o autor diminuiu o papel de Anchieta e dos próprios brasileiros na formação do Brasil.⁵

4. Giovanni Levi, "Usos da biografia", in Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *Usos & abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, p. 169.

5. Para a leitura das biografias de Serafim Leite escritas por esses autores, ver Pe. Hélio Abranches Viotti S. J., "Padre Serafim Leite, S. J. (1890-1969)", *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, tomo XXVII, fasc. 1-2, Pontifícia Universidade Católica, 1970, março-junho, pp. 103-135; idem, "Introdução à segunda edição", Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2004, vol. 1, pp. XI-XVII; Domingos Maurício S. J., "Serafim Leite", *Revista Brotéria*, Lisboa, nº. 02, vol. 90, Tipografia Médico, 1970, janeiro-junho, pp. 164-173; Inocêncio Pinho, "Serafim Leite: o homem, a vida e a obra", *Publicação da Câmara Municipal*, São João da Madeira, 1985, pp. 05-20; e idem, "O historiador da missão jesuítica no Brasil (Centenário de Serafim Leite S. J., 1890-1990)", *Revista Brotéria*, Lisboa, nº. 2-3, vol. 131, 1990, agosto-setembro, pp. 191-205.

Outra fonte usada na redação deste capítulo foram os catálogos da Companhia. As Constituições determinam que cada casa e colégio enviem ao Provincial, a cada quatro meses, uma breve lista em duplicado informando sobre todos os que vivem na casa, os que morreram ou estão ausentes por qualquer motivo, com breve menção das qualidades de cada um. O Provincial enviará, a cada quatro meses, uma cópia de cada uma dessas listas ao Geral. As listas de todas as casas e colégios de cada província com suas rendas e de todos os homens que vivem nelas devem ser atualizadas anualmente.⁶ Em 1565, a Segunda Congregação Geral estipulou que os catálogos contendo as listas de pessoas declarassem adicionalmente a qualidade dos religiosos (Noviços, Escolares, Coadjuutores Temporais ou Espirituais, Professos), a pátria e o tempo em que cada qual entrou na Companhia. Além deste catálogo, haveria mais dois: o catálogo dos falecidos e o catálogo do estado material das Casas e Colégios, informando como estes se sustentam, suas rendas e outros dados complementares.⁷ Assim como as cartas por ofício, as regras para as listas dos catálogos passaram a ser determinadas pelo Superior Geral, conforme as circunstâncias.⁸ Essenciais para situar um membro dentro da Companhia, os catálogos facilitam a reconstituição do itinerário de cada jesuíta na ordem e possibilitam a diferenciação entre contemporâneos homônimos dentro de uma mesma província.

Sem a ajuda dos catálogos, não poderíamos ter separado a trajetória de Serafim Leite da de seu tio Serafim Leite da Silva, ambos integrantes da Província de Portugal. Como o nome de cada membro vem seguido pelas respectivas datas de nascimento e de ingresso na ordem no índice geral dos catálogos, podemos distinguir através delas os percursos dos homônimos numa mesma província.

Os catálogos também foram utilizados como fonte pelo autor da *História* e, até hoje, fornecem informações atualizadas a cada ano sobre a distribuição das províncias e dos graus e funções dos membros da ordem, assim como as formas de manter contato com cada um deles em todas as Assistências da Companhia de Jesus.⁹

6. *Constituições*, artigo [676], p. 212 e artigo [792], p. 242.

7. Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae IV*, capítulo I, artigo 1 - catálogos, p. 52.

8. Ver *Constituições*, NC 359, p. 393.

9. Atualmente, o Brasil abriga cerca de 760 do total de aproximadamente 19.200 jesuítas espalhados pelo mundo. O país está dividido em três províncias: a Província do Brasil Nordeste, da qual depende a Região da Amazônia (Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo); a Província do Brasil Centro-Leste (Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal); e a Província do Brasil Meridional, da qual depende a Região do Mato Grosso (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia). Ver *Catálogo das Províncias do Brasil da Companhia de Jesus 2007*, São Paulo, Provincialado da Companhia de Jesus no Brasil, 2007.

Durante a coleta de fontes, observamos ainda que, diante de sua vasta produção intelectual, o autor da *História* falou e escreveu pouco sobre si mesmo. Além das entrevistas concedidas aos jornais brasileiros e portugueses da época, nas quais aborda repetidamente o período em que viveu na Amazônia e o trabalho como historiador na Companhia, Serafim Leite deixou apenas um único artigo autobiográfico.

Gabriele Rosenthal criticou os pesquisadores que antecipadamente consideram as autobiografias relatos suspeitos, nos quais o mundo real estaria apenas implícito por trás das palavras. Segundo a autora, essa atitude teve como consequência metodológica a busca da comprovação da credibilidade e exatidão dos textos autobiográficos, através da comparação com outras fontes históricas. E sugeriu o fim da disputa entre “texto” e “vida” para o maior aproveitamento da história de vida como realidade em si mesma.¹⁰

Escrito em Roma no início de 1939 e publicado pela Revista da Academia Brasileira de Letras em meados de 1940, o artigo autobiográfico de Serafim Leite nos pareceu expressar a sinceridade do autor dentro da percepção que tinha de si mesmo. Mas a prudência nos levou a comparar o seu relato autobiográfico com as biografias escritas sobre ele mais de 30 anos depois. Uma curiosa constatação a que chegamos é que o artigo autobiográfico de Serafim Leite não foi mencionado nem lido pelos seus biógrafos.

Enquanto o autor da *História* deixou claro ter vindo para a Amazônia trabalhar com seu tio Manuel Leite da Silva em 1906, todos os textos póstumos sobre ele repetem o mesmo erro, ao confundir este tio com o pai de Serafim Leite - José Francisco Leite, que morreu de febre amarela no Pará em 1893, conforme relato de seu próprio filho.¹¹ O artigo autobiográfico também acrescentou revelações inéditas sobre os familiares e a vocação religiosa de Serafim Leite ao nosso estudo. Contudo, o religioso interrompeu a sua narrativa autobiográfica no ano de 1929, quando o Superior Geral da Companhia fixou a sua função como escritor na Ordem. Inserimos então poesias, cartas, biografias, discursos, artigos e livros do padre historiador como fonte complementar.

Quanto aos obstáculos documentais encontrados, podemos citar a falta de fontes sobre a vida cotidiana e pessoal do autor; a superficialidade dos dados existentes sobre determinados períodos de sua história, a exemplo dos anos passados na Amazônia; e a restrição do acesso aos diários de casas da Companhia onde o escritor viveu na Europa.

10. Gabriele Rosenthal, “A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas consequências metodológicas”, in Amado e Ferreira (coord.), op. cit., pp. 193-194.

11. Leite, “A minha vocação”, nota (1), p. 384. José Leite faleceu no dia 21 de maio de 1893.

Daí a dúvida recorrente em relação à própria possibilidade da biografia. Pierre Bourdieu chegou a falar em “ilusão biográfica”, diante da impossibilidade de reconstruir os contextos em que o biografado atuou numa pluralidade de campos, em interação com outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço.¹²

Não pretendemos retomar uma discussão metodológica sobre história e biografia, nem traçar uma biografia total do escritor. As lacunas documentais não comprometeram o que nos interessa abordar: a saber, a biografia de Serafim Leite enquanto autor da *História*.

Este capítulo tem como objetivo identificar os indivíduos, os fatos e as relações que mais influenciaram Serafim Leite na redação de sua principal obra. A família, o amor pelos livros, os estudos na Companhia, a subordinação aos Superiores da Ordem, o compromisso perpétuo assumido como jesuíta e o prestígio nos meios acadêmicos foram decisivos no processo de formação e produção intelectuais do padre historiador.

Entre o desejo e a castidade

Os jesuítas ganharam cedo a fama de perderem o vínculo com a própria família. O texto do “Primeiro Exame Geral” fazia o seguinte alerta aos que entravam na Ordem:

As relações com amigos e parentes segundo a carne, quer por palavra, quer por escrito, costumam ser, sobretudo nos princípios, de mais perturbação do que proveito para os que se dão à vida do espírito. Pergunte-se, por isso, se aceitam de bom grado cortar estas relações (...)¹³

Além de perderem todo o apego carnal pelos familiares, convertendo-o em afeto espiritual, para servir somente a Cristo, os admitidos na ordem deviam distribuir todos os bens materiais que possuíssem entre os pobres, evitando assim os inconvenientes de uma partilha desordenada entre os parentes. A Companhia considerava que, ao fecharem a porta a todo o recurso aos familiares e “até à lembrança inútil que deles se guarda”, os jesuítas se manteriam com mais firmeza e constância na sua vocação.¹⁴

12. Pierre Bourdieu, “A ilusão biográfica”, in Amado e Ferreira (coord.), op. cit, p. 190.

13. “Primeiro Exame Geral”, *Constituições*, artigo [60], p. 52.

14. *Ibidem*, artigo [61], p. 52 e artigo [54], p. 50. Sobre a renúncia dos bens, inclusive em favor da ordem, ver *Constituições*, artigos [53-55], pp. 50-51; artigos [254-256], p. 104; artigo [287], p. 112; artigo [571], p. 180; NC 32, p. 270; NC 168-173, pp. 318-320; artigos [258-259], p. 105; e artigo [224], p. 96.

A separação física entre os candidatos admitidos na ordem e seus parentes era quase automática. As exigências impostas pelo processo de formação dos jesuítas e pelas normas constitucionais já estimulavam este afastamento. A distância da família podia variar em função do quarto voto e da dispersão da Companhia pelo mundo.

De acordo com as Constituições, o contato entre os inicianos e seus familiares, quando permitido, pessoalmente ou por meio de cartas, deve ser sempre intermediado por uma terceira pessoa designada pelo Superior. Na década de 1960, as regras para o relacionamento com outras pessoas foram abrandadas em nome do equilíbrio afetivo dos noviços. Mesmo assim, o ingresso no noviciado da ordem continuou representando uma verdadeira ruptura com a vida passada no mundo.¹⁵

Afastado de sua família desde a admissão no noviciado da Companhia em 1914, Serafim Leite não deixou de reconhecer posteriormente a importância de seus familiares no direcionamento de sua vida. E de fato, a influência de dois tios maternos - o padre Serafim Leite da Silva e o negociante Manuel Leite da Silva - foi decisiva na vida do autor da *História*.

Serafim Soares Leite nasceu na então vila de São João da Madeira, no Distrito de Aveiro, norte de Portugal, em 06 de abril de 1890. Filho do chapeleiro José Francisco Leite e da assedadeira Leonor Emília Soares, tinha mais três irmãs. Em 1893, incentivado por parentes portugueses que enriqueceram com o comércio da borracha no Brasil, seu pai embarcou para o Pará em busca de fortuna, onde faleceu logo depois.¹⁶

Órfão de pai aos três anos, Serafim Leite teve uma infância pobre; com oito anos, foi levado pelo tio padre homônimo para o presbitério da pequena freguesia de Madaíl, sob o pretexto de aprender a ler. Em seu artigo autobiográfico, o autor da *História* confessou a sua insatisfação de criança com os castigos exagerados aplicados pelo tio, longe da proteção materna. Mas logo minimizou a conduta do religioso, demonstrando a habitual reserva dos jesuítas em comentar publicamente problemas de natureza pessoal.

De volta para casa, concluiu a instrução primária e, aos 10 anos, fez exame de admissão ao Liceu na cidade de Aveiro. Serafim Leite iniciou os estudos secundários no Colégio-Internato dos Carvalhos na diocese do Porto, onde estudou como seminarista durante cinco anos. Em 1905, um fato inesperado mudou o rumo de sua vida: a chegada a Portugal do tio negociante Manuel Leite da Silva, vindo do Brasil.¹⁷

15. *Constituições*, artigo [246], p. 102, declarado na XXXI Congregação Geral (1965) pela NC 53, p. 280.

16. Leite, "A minha vocação", pp. 383-384.

17. Idem, *ibidem*, p. 385.

Estabelecido no comércio da borracha no Amazonas desde o final do século XIX, o tio negociante logo demonstrou interesse em levar um sobrinho com ele para ajudar nos seus negócios no norte do Brasil. Abalado pela crise da adolescência e inseguro em relação à sua vocação religiosa, Serafim Leite abandonou provisoriamente os estudos e aceitou o desafio brasileiro. Em sua narrativa de vida, esclareceu:

E assim, quando aos 15 anos o primeiro olhar de mulher despertou em mim os sentimentos naturais àquela idade, senti a grave responsabilidade do sacerdócio, receei por mim e o convite do tio do Brasil surgiu-me como solução imediata. (...) Tenho a firme convicção de que se não fosse este passo, nem eu teria escrito a minha pobre, mas principal obra, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, nem a teria escrito com o conhecimento de causa com que a escrevi.¹⁸

A influência, na redação da *História*, dos sete anos vividos no norte do Brasil pelo jovem português é inquestionável. Durante este período, Serafim Leite conviveu com os índios do Alto Rio Negro e relatou ter aprendido a língua geral dos “selvagens brasileiros” - segundo ele, a mesma falada nos tempos de Nóbrega e Anchieta. O autor da *História* admitiu que esse contato pessoal com os costumes, o ambiente e os meios de vida dos índios na Amazônia o levou a um trabalho mais prático como escritor. Também ajudou na compreensão das preocupações dos missionários jesuítas com a educação dos índios e de como estes se deixavam enganar pelos antigos colonos.¹⁹ Essas declarações de Serafim Leite ilustram a sua concepção do índio brasileiro, que perpassa toda a *História*: selvagem, ingênuo e inferior. Ainda em 1939, quando deu a entrevista aqui citada a um jornal carioca, considerava que o índio e o ambiente da Amazônia eram os mesmos do período colonial, faltando apenas o missionário “civilizador”.

Embora limitado ao conhecimento do norte do Brasil, onde a natureza selvagem e o primitivismo dos índios realmente lembravam o cenário colonial num Estado já republicano, Serafim Leite estendeu a exaltação da missão aculturadora dos jesuítas portugueses a todas as regiões do país. Assim, os anos passados na Amazônia serviram para reforçar o pressuposto da superioridade da civilização cristã portuguesa no período colonial brasileiro, tão defendido pelo autor na *História*.

18. Leite, “A minha vocação”, pp. 385-386.

19. “Conversa com o Padre Serafim Leite”, p. 03.

A experiência amazônica também pesou na decisão de Serafim Leite quanto ao tema de sua pesquisa histórica. Quando o então Provincial de Portugal Cândido Mendes recebeu a incumbência de escrever a história dos jesuítas da antiga Assistência de Portugal, que perdurou até 1773, escolheu Serafim Leite para redigir parte dela em 1932. Entre as duas opções dadas ao escritor - escrever a história das missões jesuíticas no Oriente ou na América Portuguesa -, ele logo optou pelo Brasil. E justificou alegando o amor que tinha pela terra onde passou sua juventude, além de ser português, e por isso mais indicado para escrever sobre um lugar colonizado pela sua Pátria.²⁰

Hélio Viotti argumentou que a preferência de Serafim Leite pelo Brasil não se deu apenas por motivos sentimentais. Razões práticas teriam igualmente influenciado a escolha do escritor pois, segundo Viotti, a matéria sobre as missões portuguesas no Oriente era três vezes maior que a das antigas missões portuguesas no Brasil.²¹

Voltando à trajetória inicial de Leite no Brasil, em 1906, ele embarcou ao encontro do tio negociante na Amazônia. Sobre os anos passados nas margens e florestas virgens do Rio Negro, Pará e Monte Alegre, interrompidos por duas viagens de repouso a Portugal (1909 e 1911), declarou:

Compelido aos 16 anos a ganhar o pão com o suor do meu rosto, numa autonomia absoluta; naquela natureza selvagem, poderia ter sucumbido como muitos outros ao ambiente cálido e sensual que me solicitava vorazmente. Atribuo à relativa cultura, que já levava, a resistência à absorção. Quase todos os rapazes de meu tempo, (...), por ali ficaram perdidos obscuramente nas dobras blandiciosas dalgumas saias feiticeiras. Este feitiço não me atingiu. A minha insatisfação alimentava-se de livros.²²

A paixão pelos livros foi uma constante na vida de Serafim Leite. Quando chegou ao Brasil para trabalhar como caucheiro nos seringais de seu tio, ocupou seu tempo livre lendo tudo que caía em suas mãos. E dessa forma afirmou ter mantido o gosto pelos estudos e a distância das tentações femininas. Sobre sua resistência ao que chamou de “perigos do ócio”, nada comentou. Mesmo não sendo padre nesta época, não convinha a um então servidor de Cristo expor ao público a sua vida afetiva do passado.

20. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*: Tomo X, Índice Geral, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1950, p. XI.

21. Viotti S. J., “Padre Serafim Leite, S. J. (1890-1969)”, p. 111.

22. Leite, “A minha vocação”, p. 386.

Quanto aos autores lidos nas selvas amazônicas, destacou João de Deus, Olavo Bilac, Raymundo Correia, Luis de Camões, Camilo Castelo Branco, José de Alencar, Alexandre Herculano e Alphonse de Lamartine. E ressaltou que as leituras feitas antes de se tornar escritor na Companhia de Jesus contribuíram para dar aos seus trabalhos históricos uma forma menos pesada. Serafim Leite ainda leu toda a *História Universal* de César Cantú, o que, segundo ele, já indicava uma predisposição para a história.²³

Além das obras literárias, lia o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, que o seu tio Manuel assinava. O principal jornal carioca da época chegava ao Rio Negro pelo correio trazido no vapor de Manaus a cada mês. Vinte e cinco anos depois, em 1938, quando os dois primeiros tomos da *História* foram publicados, o *Jornal do Commercio* foi um dos responsáveis pela grande repercussão da obra na imprensa brasileira.²⁴

O Brasil foi também o local da estréia literária de Serafim Leite. De 1912 a 1913, trabalhou como guarda-livros de um comerciante na cidade de Monte Alegre, no Estado do Pará, às margens do Rio Amazonas, onde colaborou na *Gazeta* local. Em 1911, este periódico publicou o conto “Joel e Fátima”, o primeiro de sua carreira como escritor.²⁵

Em 1913, após sete anos vivendo no norte do Brasil, um outro momento de incerteza abalou o autor da *História*. Superada a primeira crise em relação ao sacerdócio ocorrida na adolescência em Portugal, Serafim Leite foi novamente levado a pensar sobre o direcionamento de sua vida. Em seu artigo autobiográfico, explicou: “Começando a produção, nasceu a reflexão. Era necessário dar rumo à vida. Casar-me? Aquele primeiro sorriso de mulher, em Portugal, refloriu no Brasil noutra igualmente claro e honesto. Era preciso decidir-me.”²⁶

Num gesto inesperado, resolveu deixar o Brasil e retornar para a Europa. Seu destino era a Holanda, onde o tio padre Serafim Leite da Silva estava estudando Filosofia, já como membro da Companhia de Jesus, na qual ingressou em 1908. Recebido com surpresa pelo parente homônimo, que até então ignorava tudo sobre os últimos anos da vida do sobrinho, Serafim Leite logo demonstrou não saber ao certo o que fazer no futuro. Ao confessar para o tio que embarcou no Pará movido pelo desejo

23. “Conversa com o Padre Serafim Leite”, p. 03. A *História Universal* de César Cantú foi publicada em português no ano de 1875, traduzida da edição francesa de 1867, acompanhada da tradução das citações gregas e latinas. Os treze volumes do livro narram a história do mundo desde a criação até 1862, continuada até 1879 por D. Nemesio Fernandez Cuesta, incluindo “a notícia dos fatos mais notáveis relativos a Portugal e ao Brasil”. César Cantú era católico e foi criticado pela sua interpretação da história sempre favorável à Igreja. Ver <www.alfarrabista.com>. Acesso em 15/09/2008.

24. Leite, “A minha vocação”, p. 387.

25. Viotti, “Padre Serafim Leite”, p. 107. Ver, também, “Conversa com o Padre Serafim Leite”, p. 03.

26. Leite, “A minha vocação”, p. 387.

de paz e pela ânsia de estudos, foi aconselhado pelo jesuíta a seguir para Alseberg, perto de Bruxelas. Lá se encontrava a casa de formação dos Jesuítas Portugueses, desterrada de Portugal com a proclamação da República em 1910.²⁷

A Companhia de Jesus era até então uma novidade para Serafim Leite. O pouco que sabia da história da ordem tinha lido nos livros de Lúcio de Azevedo e Campos Junior sobre o Marquês de Pombal. Sem um rumo definido, aceitou a sugestão do tio padre e fez um retiro particular na casa da ordem, onde seguia os *Exercícios Espirituais*.

A primeira impressão que teve dos exercícios de Santo Inácio foi de um método imoral. Serafim Leite raciocinou da seguinte forma: de acordo com este sistema, todos devem seguir o caminho mais seguro para a salvação; e como este caminho é o da vida religiosa, o método inaciano era uma máquina inventada para fazer religiosos. Somente após doze dias de prática, compreendeu que a vida religiosa era por si só mais segura, mas que nem todos tinham vocação religiosa. E que a resolução esperada dos *Exercícios* era justamente seguir a própria vocação, sendo ou não a vida religiosa.

Durante a sua permanência na casa da ordem, lia discretamente tudo o que encontrava na Biblioteca sobre a Companhia de Jesus, enquanto os padres exerciam suas atividades na comunidade. Deslumbrado com a profundidade dos estudos sobre os jesuítas, admitiu com absoluta sinceridade:

Creio que não foram os Exercícios Espirituais que me moveram à vocação religiosa, a não ser indiretamente, isto é, como ocasião de morar numa casa da Companhia alguns dias e assim conhecê-la melhor. Creio antes que devo olhar a minha vocação por duas faces diferentes: uma, exterior e visível, o amor dos estudos; outra, invisível e mais profunda (...)²⁸

Terminada a “primeira provação”, ou seja, o período médio entre doze a quinze dias passados numa casa da Ordem nos primeiros dias do noviciado, Serafim Leite decidiu entrar na Companhia de Jesus. De volta a Portugal, preparou a família e tomou as providências necessárias. Em 30 de julho de 1914, finalmente ingressou no Noviciado na mesma casa de Alseberg, na Bélgica, com 24 anos. No dia 07 de agosto,

27. Idem, *ibidem*, p. 388. Sobre a saída dos jesuítas exilados da casa do Barro em Portugal para Alseberg, ver o depoimento dos próprios padres nas *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, III anno, Bélgica, Collegio de Alseberg, 1912, pp. 89-118.

28. Leite, “A minha vocação”, p. 389.

passou para a “segunda provação” ou o noviciado propriamente dito, quando a Europa já vivia o início da Primeira Guerra Mundial.²⁹

Para alguém cuja única certeza era a vontade de estudar, a Companhia de Jesus parecia o lugar ideal. No noviciado dos jesuítas, Serafim Leite teria segurança, respaldo financeiro, tranqüilidade, condições para se dedicar aos estudos numa ordem religiosa de grande prestígio educacional e tempo para consolidar a sua verdadeira vocação.

A salvação pelos livros

O longo processo de formação de um jesuíta varia de acordo com a capacidade de cada membro da ordem. Primeiramente, todos os candidatos são admitidos como “noviços” para, depois de acabadas as provações, os estudos e o tempo requerido pelo direito, serem recebidos definitivamente na Companhia de Jesus.³⁰

O noviciado começa no dia em que o candidato, pela autoridade do Provincial ou de outro que tem este poder, é admitido para começar a provação, mesmo a primeira. Tem a duração de dois anos inteiros e pode ser feito em qualquer casa da Companhia. O noviciado deve ser comum a todos os candidatos, introduzindo apenas as diferenças de método requeridas pelas diversas formas do único serviço a que todos são chamados. Assim deve ser fomentada a convivência e a colaboração entre os noviços, para que se conheçam e ajudem na realização da vocação de cada um. Quanto aos aspectos externos, como alimentação, vestuário, quarto e outros, deve haver inteira igualdade.³¹

Os noviços admitidos são destinados a ser sacerdotes (noviços escolásticos) ou irmãos; alguns membros podem ser admitidos como “indiferentes”, mas, antes do fim do noviciado, devem passar para uma das categorias indicadas. Após ter concluído o biênio do noviciado e feito o exame determinado pelas Constituições, o noviço aprovado faz a admissão aos primeiros votos de castidade, pobreza e obediência perpétuas à Companhia.³² Terminado o noviciado e depois de emitidos os três primeiros

29. Idem, *ibidem*. Sobre a “primeira provação”, ver *Constituições*, artigos [18-21], pp. 43-44; artigo [93], p. 59; artigo [98], pp. 60-61; artigos [190-200], pp. 84-87; e NC 31, pp. 269-270. Sobre a “segunda provação”, ver artigo [243], p. 101; artigo [289], p. 112; artigo [307], p. 117; e NC 44, p. 278.

30. *Constituições*, NC 06 §2, p. 259; artigos [138-203], pp. 75-87; e NC 24-32, pp. 267-271.

31. *Constituições*, NC 39-43, pp. 277-278. Sobre o noviciado, a conservação e a formação dos noviços na Companhia de Jesus, ver, também, *Constituições*, artigos [243-306], pp. 101-116; e NC 44-58, pp. 278-282.

32. *Constituições*, NC 06 §1, 1º, pp. 258-259 e NC 116-117, p. 300. Sobre a admissão ou incorporação na Companhia, ver, também, *Constituições*, artigos [510-546], pp. 161-171; e NC 113-142, pp. 299-308.

votos, os noviços passam a ser “escolásticos aprovados”, se receberem formação para o sacerdócio; ou “irmãos aprovados”, se preparados para desempenhar outros ofícios na ordem.³³

Passado o tempo de formação requerido pelo direito próprio da ordem, os escolásticos e os irmãos irão emitir os últimos votos. Para a emissão dos últimos votos, são necessários pelo menos dez anos completos de vida religiosa na Companhia. Este tempo pode ser aumentado ou diminuído pelo Superior Geral, até que o candidato atenda a todas as condições para a sua incorporação definitiva na Ordem dos Jesuítas.³⁴ Antes de emitir os últimos votos, todos devem fazer a “terceira provação”, cuja finalidade é a elaboração de uma síntese da formação espiritual, apostólica e intelectual ou técnica, em contato concreto e pessoal com as coisas da Companhia. Esta última provação deve seguir um programa adaptado às suas finalidades e aprovado pelo Geral, podendo incluir retiro espiritual, experimentos em hospitais, estudos e peregrinação.³⁵ Feita a terceira provação, os escolásticos que emitem os últimos votos simples, ou seja, sem solenidade, passam a ser “coadjutores espirituais”; e os irmãos passam a ser “coadjutores temporais”. Enquanto os primeiros são sacerdotes, os últimos não recebem as ordens sacras. Em raras ocasiões, alguns deles podem fazer os três votos solenes.³⁶

Por fim, estão os sacerdotes “professos de quatro votos solenes”. Estes fazem os últimos votos solenemente, além do quarto voto especial de obediência ao Papa. Entre os professos solenes de quatro votos, encontram-se os jesuítas mais conceituados e preparados intelectualmente dentro da Companhia, a exemplo de Serafim Leite.³⁷

De acordo com o *Ratio Studiorum*, a formação intelectual completa de um jesuíta deve englobar dois anos dedicados ao aperfeiçoamento moral, que continuará por toda a sua vida; dois outros anos consagrados ao estudo mais profundo das letras clássicas - latim, grego e hebreu; três anos de formação filosófica; e mais quatro anos dedicados ao estudo da teologia. Após o curso de teologia, os que vão ser professores universitários fazem uma especialização de dois anos na disciplina que ensinarão. Entre os cursos de Filosofia e Teologia, os jesuítas ainda fazem o magistério ou outra prática pastoral.³⁸

33. Ibidem, NC 06 §1, 2º, p. 259. Sobre a formação espiritual, intelectual e apostólica após o noviciado, ver *Constituições*, artigos [307-509], pp. 117-159; e Normas Complementares 59-112, pp. 283-298.

34. *Constituições*, NC 06 §1, 2º, p. 259 e NC 119, pp. 300-301.

35. Ibidem, Normas Complementares 125-127, pp. 302-303. Sobre a “terceira provação”, ver, também, *Constituições*, artigos [514-516], pp. 162-164; artigo [16], pp. 42-43; artigo [71], pp. 54-55; artigo [96], p. 60; e artigo [119], pp. 66-67.

36. Ibidem, NC 06 §1, 3º, p. 259.

37. Ibidem, NC 06 §1, 4º, p. 259.

38. Franca S. J., *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. O “Ratio Studiorum”, pp. 88-93.

O método pedagógico dos jesuítas organizou currículos precisos e detalhados para cada curso secundário e superior. O currículo das Letras incluía vários graus de Gramática, em especial latina e grega, Humanidades e Retórica. O conhecimento do vernáculo era uma prescrição e todos deviam estudar a língua do país onde trabalhavam. O currículo filosófico compreendia Lógica, Introdução às Ciências, Cosmologia, Física, Psicologia, Matemática, Metafísica e Filosofia moral. O currículo teológico abrangia Teologia escolástica, Teologia moral, Sagrada Escritura e Hebreu; a revisão de 1832 acrescentou como disciplinas autônomas o Direito Canônico e a História Eclesiástica.³⁹

De acordo com as prescrições referidas acima, a carreira de estudos do autor da *História* na ordem consumiu treze anos de dedicação aos livros, entre 1914 e 1927. Durante esse longo período de formação acadêmica, Serafim Leite moldou o seu pensamento como cristão e intelectual da Companhia. E a partir de 1933 - ano em que passou a escrever sobre a história dos Jesuítas -, não teve dificuldades em atender aos interesses de seus Superiores, aos quais se via subordinado por normas legais e por laços de gratidão.

Em julho de 1914, quando Serafim Leite ingressou como noviço escolástico da província lusitana na casa de Alseberg, a Companhia de Jesus estava dividida em cinco grandes Assistências: Itálica, Germânica, Francesa (Gália), Hispânica e Inglesa. A Província de Portugal fazia parte da Assistência Espanhola e abrigava 361 membros, do total de 16.894 jesuítas que integravam a Companhia universal.⁴⁰

Poucos meses após ter iniciado o noviciado, o autor da *História* foi obrigado a interromper os estudos, para cuidar de um problema de saúde na perna direita. Em novembro, passou por uma cirurgia em Bruxelas e só retomou o noviciado em janeiro de 1915, prejudicando os votos do biênio estipulados em lei.⁴¹

Os Superiores haviam instalado na casa de Alseberg uma enfermaria da Cruz Vermelha, para atender aos feridos de guerra e garantir alguma segurança aos membros da ordem em pleno conflito. Mas a ocupação da Bélgica pelos alemães inviabilizou a permanência da casa de formação naquele país.⁴² Em julho de 1915, o primeiro grupo de jesuítas saiu da Bélgica em direção à Espanha, incluindo o então noviço Serafim Leite ainda de muletas. Os inicianos fizeram escalas na Holanda e Inglaterra, antes de

39. Idem, *ibidem*, pp. 47-51.

40. *Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu* (doravante *CPLSJ*), ineunte anno MCMXV (1915), Matriti, Typis Gabrielis López del Horno, 1914, pp. 06-09 e p. 55.

41. Leite, "A minha vocação", p. 390.

42. Sobre a guerra na Bélgica e a mudança da casa de Alseberg, ver *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume VI, Santa Thereza, Pontevedra, 1915, pp. 243-289.

chegar ao seu destino final, em outubro deste mesmo ano: o Mosteiro dos Jerônimos de Mércia, na Espanha, onde seria instalado o Noviciado dos Jesuítas Portugueses. Nos quatro anos de recolhimento e formação passados em Mércia, Serafim Leite terminou o noviciado como escolástico (1915 e 1916), fez os primeiros votos (fevereiro de 1917) e concluiu os estudos de Letras: Gramática (1917) e Humanidades (1918).⁴³

Durante o biênio de Letras, declarou ter se encantado com as Humanidades e lido intensivamente. Entre os autores e obras prediletas, citou os de língua portuguesa, apesar da familiaridade com os clássicos gregos e latinos. Além dos *Trabalhos de Jesus* de Frei Tomé de Jesus, leu obras de Manuel Bernardes, Padre Antônio Vieira, Baltazar Teles e outros autores permitidos pelas regras da Companhia. E só então confessou ter consolidado a sua vocação religiosa.⁴⁴

Em 1919, o autor da *História* começou o curso de Filosofia no Colégio Máximo de Granada, onde permaneceu durante três anos. Logo sentiu a diferença do ambiente literário das Humanidades para o da Lógica e a dificuldade inicial de comunicação na língua castelhana. Em junho de 1922, quando concluiu o currículo filosófico, já dominava mais este idioma, entre outros usados depois na leitura de fontes históricas.⁴⁵

Antes de ingressar no curso de Teologia, Serafim Leite fez apenas um ano de magistério no antigo Colégio de Campolide de Lisboa, então fixado na povoação galega de La Guardia, na Espanha. Em setembro de 1923, aos 33 anos de idade, seguiu para a última etapa de seus estudos na Companhia de Jesus: os quatro anos de formação teológica no Instituto Teológico de Enghien, da Província de Champagne, na Bélgica.⁴⁶ A temporada nessa renomada Instituição de ensino rendeu ao autor da *História* uma excelente reputação entre os professores. No final do terceiro ano de Teologia, em 27 de julho de 1926, ordenou-se Sacerdote na Universidade de Camilhas, Espanha.⁴⁷

43. Ver *CPLSJ*, ineunte anno MCMXVI, Pontevedra, Tipografia Joaquín Poza Cobas, 1915, pp. 10-12; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXVII, Matriti, Typis Gabrielis López del Horno, 1916, pp. 13-15; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXVIII, Matriti, Typis Gabrielis López del Horno, 1917, pp. 13-14; e *CPLSJ*, ineunte anno MCMXIX, Compostellae, Typis “El Eco Franciscano”, 1918, pp. 13-14.

44. Leite, “A minha vocação”, p. 391.

45. Ver *CPLSJ*, ineunte anno MCMXX, Matriti, Typis “Blass y Cia”, 1920, p. 46; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXI, Tuy, Tipografia Regional, 1920, p. 41; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXII, Comillas, Typis Privatis, 1921, p. 46; e Leite, “A minha vocação”, p. 392.

46. Ver *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXIII, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1922, p. 09; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXIV, Comillas, Typis Privatis, 1923, p. 44; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXV, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1924, p. 51; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXVI, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1925, p. 51; e *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXVII, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1926, p. 51. Neste último catálogo, aparece pela primeira vez o nome de Serafim Leite precedido pelo “P.” de padre, assim como o de seu tio homônimo. A partir de então, tornou-se necessário observar as datas de nascimento e de ingresso na ordem de ambos nos índices dos catálogos, para diferenciar o sobrinho do tio padre dentro da província lusitana.

47. Leite, “A minha vocação”, p. 393.

Ainda na Espanha, Leite celebrou sua primeira missa em Oya, onde então se encontrava o Noviciado de Portugal, transferido de Múrcia para lá. De volta a Enghien, estudou os *Exercícios Espirituais* e passou a se interessar por questões sociais, segundo o seu próprio relato. Em junho de 1927, o autor da *História* finalmente concluiu seus estudos na ordem, recebendo o título de Doutor em Filosofia e Teologia.⁴⁸

Em outubro de 1928, Serafim Leite iniciou a “terceira provação”, antes de emitir os últimos votos. Para cumprir esse ato final da formação da Companhia de Jesus, passou cerca de dez meses em Paray-le-Monial, na França, exercendo ministérios pastorais e de caráter social em minas de carvão, fundições, hospitais e outros locais.⁴⁹

Durante o longo período como estudante da Companhia, quase todo passado na Bélgica e na Espanha, Serafim Leite escreveu poesias, contos e inúmeros artigos sobre temas diversos. Sua atividade literária não passou despercebida aos Superiores responsáveis pela orientação prática de sua vida. Quando, em julho de 1929, recebeu instruções para trabalhar na redação da revista *Brotéria* em Lisboa, concluiu:

Estava fixado o meu *ofício* na Companhia. Seria *escritor*. (...) O gosto dos livros trouxe-me à Companhia de Jesus; a Companhia devolveu-me aos livros. E pelos livros, num acto de agradecimento, procuro servir a Verdade e glorificar a Deus.⁵⁰

Influenciado pela formação moral, política, religiosa e intelectual dos inicianos, o autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil* usou a escrita para servir a Deus e a Ordem dos Jesuítas, em particular, a Assistência de Portugal. A já esperada defesa dos jesuítas portugueses parece ter sido acentuada pelo forte patriotismo do escritor, apesar dele ter estudado e morado durante praticamente toda a sua vida fora da pátria lusitana.

Após quase 18 anos integrando a Ordem dos Jesuítas, o autor da *História* professou solenemente em Oya, na Espanha, no dia 02 de fevereiro de 1932, selando definitivamente o seu compromisso perpétuo com a Companhia de Jesus. Logo depois, a casa de Oya foi fechada, devido ao decreto de dissolução da Companhia na Espanha.⁵¹

48. Idem, *ibidem*, pp. 394-395. Ver, também, saudação ao Doutor Serafim Leite, *O Regional*, São João da Madeira, 17 de julho de 1927. Sobre a mudança da casa de Múrcia para Oya, ver *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume VIII, Madrid, Asilo de la Santísima. Trinidad, 1922, pp. 247-253.

49. Ver “Carta do P. S. Leite ao R. P. Provincial”, Paray-le-Monial, 12 de abril de 1929, *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume XII, Oya, Tipografia do Colégio Máximo, 1929, pp. 100-114; e *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXIX, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1928, p. 55.

50. Leite, “A minha vocação”, p. 396.

51. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume XIII, Costa, Tipografia Particular, 1933, pp. 06-07. O decreto de dissolução da Companhia de Jesus na Espanha saiu no dia 24 de janeiro de 1932.

O ofício de escritor

Embora grande parte das críticas publicadas sobre Serafim Leite verse sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, a produção intelectual do padre historiador pode ser dividida em três fases distintas: (1) os escritos produzidos entre 1917 e 1932 - ano em que assumiu o compromisso de redigir a *História*; (2) as obras escritas entre 1933 e 1950; (3) e os escritos produzidos entre 1951 e 1969 - ano da morte do escritor.

Diante da vasta obra de Serafim Leite, a própria Companhia de Jesus publicou um instrumento de pesquisa essencial sobre ele: a *Bibliografia de Serafim Leite S. I.*, impressa em Roma no ano de 1962. O livro, apresentado pelo jesuíta Miguel Batllori, relaciona os escritos do e sobre o autor da *História* de 1917 até 1962.

Dos primeiros escritos produzidos enquanto jovem na Amazônia (1912-1913), quase nada restou. Sabemos apenas que Serafim Leite colaborou na *Gazeta de Monte Alegre*, hoje extinta, usando o pseudônimo de *João Madeira*, em homenagem à sua terra natal. Outros dois pseudônimos - *Anchióbrega* e *Mário Vítor* - foram utilizados por ele em alguns trabalhos literários; mas todas as obras históricas escritas sobre o Brasil levam o seu nome pessoal.⁵²

A primeira fase da carreira de Leite como escritor, conforme apontado acima, abrange o período anterior aos seus estudos sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil colonial. Entre 1917 e 1932, ele redigiu poesias e artigos sobre temas diversos, publicados principalmente em três periódicos: *O Regional* de São João da Madeira; *Mensageiro do Coração de Jesus* de Pontevedra; e a revista *Brotéria* de Lisboa.

Já como membro da Companhia de Jesus, o futuro biógrafo da Instituição começou escrevendo justamente textos biográficos sobre outros jesuítas. Em 1917, ainda no noviciado, redigiu sem assinar a biografia do Padre Miguel Barcelos. Em 1924, escreveu mais duas biografias - a dos padres Júlio Ferreira e Joaquim Farinha -, seguindo os padrões edificantes característicos dos necrológios da ordem. Neste mesmo

52. O único escrito encontrado sobre o período em que o escritor viveu no norte do Brasil é uma nota de aniversário que diz: “Serafim Leite. - Na estrada da vida, mais um marco transpõe hoje o distinto cavalheiro, cujo nome epigrafa estas linhas. Filho da terra lusitana, ele observa as leis do patriotismo com aquela pureza que foi sempre o timbre de todos os bons portugueses. Duma notável dedicação ao trabalho, é o aniversariante de hoje um dos mais esforçados cultores das letras. Cumprimentando-o pela passagem da sua data natalícia, fazemos votos pela sua prosperidade.” (*Gazeta de Monte Alegre*, 06 de abril de 1913). O pseudônimo *Anchióbrega*, composto dos nomes de Anchieta e Nóbrega, foi usado para identificar o trabalho apresentado ao Concurso de História da Prefeitura de São Paulo (1935-1936), intitulado *Os Jesuítas na Vila de São Paulo*. O pseudônimo *Mário Vítor* é inspirado nos nomes de duas de suas irmãs - Maria e Vitória - e foi usado pelo escritor em composições literárias e estudos menores. Miguel Batllori S. I., *Bibliografia de Serafim Leite S. I.*, Roma, Institutum Historicum S. I., 1962, p. 14.

ano, passou também a escrever contos e artigos para o quinzenário *O Regional*.⁵³

O compromisso assumido com a Companhia de Jesus nunca enfraqueceu a ligação do religioso com o povo de sua terra natal. Ao homenagear o ilustre escritor sanjoanense, o conterrâneo jesuíta Inocêncio Pinho observou: “O bairrismo aberto em patriotismo universalista, que impeliu tantos sanjoanenses a emigrarem até ao Brasil, mas conservando sempre as suas raízes bem ligadas à terra natal, é outra constante saliente no nosso homenageado.”⁵⁴

As primeiras contribuições de Serafim Leite para *O Regional* foram artigos sobre a educação e o combate aos vícios do álcool e do jogo, em defesa da honra e da saúde individual, da tranqüilidade familiar e dos interesses superiores da sociedade e da Pátria. Sempre preocupado em valorizar elementos básicos da instrução e moral cristãs, em especial a família, Leite salientou a importância da educação moral e não apenas intelectual na formação integral do homem. E lembrou o papel essencial do lar doméstico no desenvolvimento da personalidade humana, resultante do exemplo dos pais, do apoio da autoridade pública e dos esforços individuais e coletivos de todos.⁵⁵

Entre 1925 e 1928, escreveu sobre problemas sociais de São João da Madeira, a exemplo da necessidade de creches, habitações populares e parques. E colaborou no movimento pela emancipação municipal de sua terra natal - ocorrida em 11 de outubro de 1926 -, criando, inclusive, a letra do Hino oficial e o Brasão de Armas locais, ambos marcados pelo tradicional bairrismo e patriotismo do povo sanjoanense.⁵⁶

53. Para a leitura das biografias escritas por Serafim Leite, ver “P. Miguel Barcelos (1873-1917)”, in *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume VII, São Jerônimo de Múrcia, 1917, pp. 224-251; e “P. Júlio Ferreira (1844-1916)” e “P. Joaquim Farinha (1880-1921)”, in *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume IX, Madrid, Imprensa Asilo de la Sma. Trinidad, 1924, pp. 241-254.

54. Pinho, “Serafim Leite: o homem, a vida e a obra”, p. 06.

55. Ver Serafim Leite, “O Alcoolismo”, *O Regional*, São João da Madeira (doravante SJM), 04 e 18 de maio de 1924; idem, “A Roleta”, *O Regional*, SJM, 13 de julho de 1924; idem, “A Educação”, *O Regional*, SJM, 07 de setembro de 1924; e idem, “Instrução e Moral”, *O Regional*, SJM, 21 de setembro de 1924 (as páginas do periódico não estão numeradas).

56. Para ler os artigos sobre São João da Madeira, ver Serafim Leite, “Por Nossa Terra”, *O Regional*, SJM, 19 de abril de 1925; idem, “O Problema das Habitações”, *O Regional*, SJM, 14 de fevereiro de 1926; idem, “Puericultura”, *O Regional*, SJM, 09 de maio de 1926; idem, “Logradouros públicos”, *O Regional*, SJM, 23 de maio de 1926; idem, “Nossa Senhora dos Milagres”, *O Regional*, SJM, 06 de junho de 1926; idem, “A criação do Concelho de S. João da Madeira”, “Hino de S. João da Madeira (Letra)” e “Armas de S. João da Madeira (Brasão e descrição)”, *O Regional*, SJM, 01 de janeiro de 1928; “Hino de São João da Madeira”, *O Regional*, SJM, 12 de fevereiro de 1928; Serafim Leite, “S. João da Madeira e o seu Brasão”, *O Regional*, SJM, 25 de março de 1928; idem, “S. João da Madeira”, *O Regional*, SJM, 01 de julho de 1928; e idem, “A nossa Terra precisa duma Creche”, *O Regional*, SJM, 02 de dezembro de 1928; e idem, “O nosso Parque”, *O Regional*, SJM, 09 de junho de 1930. O Hino de São João da Madeira começa com o seguinte texto de Serafim Leite: “São João é um povo que encerra, as virtudes bem-ditas do lar; crê em Deus, no Trabalho e na Terra, sabe amar, sofrer e cantar. Ardoroso nas lutas da vida, o progresso constante mantém; fonte nobre – não foge da lida, braços rijos – não cede a ninguém.” *O Regional*, São João da Madeira, 28 de Janeiro de 1940, p. 07.

Serafim Leite ainda publicou versos de cunho religioso, sentimental e patriótico, lendas e outros textos menores no periódico sanjoanense.⁵⁷ Em meados de 1927, já integrava a redação do *Mensageiro do Coração de Jesus*, em Pontevedra, na Espanha, para onde foi destinado antes mesmo de concluir o curso de Teologia na Bélgica. O autor da *História* permaneceu nesta revista religiosa até outubro de 1928, quando saiu para fazer a terceira provação. Sua participação como redator do *Mensageiro* se resumiu a algumas crônicas sobre mártires e outros temas católicos.⁵⁸

Em julho de 1929, terminada a última provação na França, Serafim Leite foi enviado para a redação da renomada revista *Brotéria* de Lisboa. Este destino significou a definição oficial de sua função como escritor, a oportunidade de projeção profissional e a confirmação da confiança depositada nele pelos Superiores da Companhia.

Fundada em 1902 por alguns professores do Colégio São Fiel como uma revista exclusivamente científica, a *Brotéria* logo admitiu a colaboração de pessoas de fora da ordem. Em 1907, diante do número insuficiente de assinantes, foi separada em três séries: a “Zoológica”, a “Botânica” e a de “Vulgarização Científica”, voltadas para um público especializado e ilustrado. Em 1925, a série de Vulgarização foi substituída por uma revista de caráter mais geral, abrangendo ciências, letras e religião. A nova série da *Brotéria* - uma das treze Revistas Acadêmicas da Companhia na época - teve uma tiragem inicial de 2.200 exemplares e cerca de 1.400 assinantes, sendo 500 padres.⁵⁹

As dificuldades vivenciadas pela Companhia, desterrada de Portugal com a República, também atingiram as instalações da revista. O próprio Serafim Leite contou a história das casas da *Brotéria*. Sediada no Colégio São Fiel até a expulsão de 1910, a redação da revista foi transferida para o Seminário de Salamanca, na Espanha, sob a

57. Para a leitura das poesias no periódico de São João da Madeira, ver Serafim Leite, *O Regional*, SJM, “Coluna Lirismo” de 08 de março de 1925; 05 de abril de 1925; 19 de abril de 1925; 01 de janeiro de 1926; 10 de outubro de 1926; 19 de dezembro de 1926; 16 de janeiro de 1927; 27 de fevereiro de 1927; e 13 de janeiro de 1929. Entre outros artigos menores, ver Serafim Leite, “A Morte (Lenda)”, *O Regional*, SJM, 20 de setembro de 1925; idem, “O Pessimismo”, *O Regional*, SJM, 01 de janeiro de 1926; idem, “Perspectivas”, *O Regional*, SJM, 24 de outubro de 1926; idem, “Rosas de Púrpura”, *O Regional*, SJM, 16 de janeiro de 1927; idem, “O Sol, a Lua e o Homem (Lenda)”, *O Regional*, SJM, 13 de março de 1927; idem, “A Tia Miséria” e “A Toutinegra”, *O Regional*, SJM, 01 de janeiro de 1929; e idem, “Brisas lisboetas”, *O Regional*, SJM, entre 22 de setembro de 1929 e 01 de janeiro de 1931.

58. Ver *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXVIII, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1927, p. 17. Para a leitura dos escritos publicados no *Mensageiro do Coração de Jesus* (doravante *MCJ*), ver Serafim Leite, “México. O P. Miguel Pró e os seus companheiros mártires”, *MCJ*, Pontevedra, n.º. 46, 1928, pp. 144-147; idem, “Morte heróica dum filho do Almirante das Índias”, ibidem, pp. 155-161; 205-209 e 255-260; idem, “O triunfador (fantasia real)”, ibidem, pp. 492-497; idem, “O Catolicismo no Japão”, ibidem, pp. 525-531; e idem, “Os Exercícios Espirituais fechados”, *MCJ*, Pontevedra, n.º. 47, 1929, pp. 321-328.

59. “Carta do P. Joaquim Tavares ao Ir. Antônio Carvalho”, *La Guardiã*, 23 de janeiro de 1927, *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume X, Oya, Tip. do Colégio Máximo, 1927, pp. 61-66. O nome *Brotéria* homenageia o naturalista português Brotero. Ver, *Brotéria*, Porto, vol. L, 1950, pp. 05-07.

direção do R. P. Cândido Mendes. Nos cinco anos seguintes, a *Brotéria* viveu exclusivamente de assinaturas e subsídios brasileiros, com o subtítulo de revista *lusobrasileira* e a colaboração de jesuítas portugueses exilados no Brasil. Como a permanência da revista em Salamanca era provisória, a redação foi transferida para Tuy (1913 a 1915), depois para a casa de Santa Teresa, nos arredores de Pontevedra (1915 a 1919) e, em seguida, para o Colégio de La Guardia (1919 a 1928). Em novembro de 1928, a redação da *Brotéria* finalmente voltou para Portugal e se fixou em Lisboa.⁶⁰

Instalada inicialmente num local pouco apropriado para a vida de escritores, a redação da revista se mudou, em julho de 1930, para uma nova residência na capital portuguesa, logo elevada ao status de “Casa de Escritores”. A partir de janeiro de 1932, a série mensal “Fé - Ciências – Letras” adotou o subtítulo de “Revista Contemporânea de Cultura”, apesar de manter o mesmo conteúdo de antes; e as duas séries “Botânica” e “Zoologia” se fundiram numa única série trimestral intitulada “Ciências Naturais”.⁶¹

Até 1968, Leite publicou cerca de cento e dez artigos em diversos volumes da *Brotéria*, sendo que quarenta deles entre 1929 e 1932. Nesses quatro anos, o escritor inaciano também fez trabalhos pastorais, ouvindo confissões e ministrando comunhões para presas e presos na Cadeia das Mônicas e na Penitenciária de Lisboa.⁶²

Nos artigos publicados na *Brotéria* antes da redação da *História*, Serafim Leite extrapolou os temas religiosos, morais e sociais, escrevendo também textos de natureza política e críticas literárias. A responsabilidade de escrever num veículo oficial de grande repercussão da Ordem aguçou ainda mais o conservadorismo do padre escritor. Sobre religião e moral cristãs, defendeu de forma incisiva que a Verdade de Jesus permanece na Igreja, encarregada por Cristo de gerenciar os seus bens para perpetuar a sua obra redentora através dos séculos. Somente a autoridade infalível da Igreja Católica esclarece, ameaça, promete, defende e orienta o homem para os seus destinos eternos. O autor da *História* continuou ressaltando a necessidade de uma formação católica integral - intelectual, moral, religiosa e social - da sociedade unida em Cristo, pois somente uma

60. “Carta do P. S. Leite ao P. T. Ferraz”, Lisboa e Statio Belarmina, 06 de fevereiro de 1930, *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume XII, Oya, Tip. do Colégio Máximo, 1929, pp. 37-39.

61. “Carta do P. Serafim Leite ao P. Tobias Ferraz”, Lisboa, 31 de outubro de 1932, *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume XIII, Costa, Tipografia Particular, 1933, pp. 141-144.

62. Ver *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXX, Oya, Typis Privatis, 1929, p. 14; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXI, Oya, Typis Privatis, 1930, p. 15; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXII, Oya, Typis Privatis, 1931, p. 16; e *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXIII, Costa, Typis Privatis, 1932, p. 17. Neste último catálogo, Serafim Leite aparece pela primeira vez como historiador do Brasil na antiga Assistência Lusitana da Companhia, além de redator da *Brotéria*. Sobre os ministérios nas cadeias de Lisboa, ver “Carta do P. S. Leite ao P. T. Ferraz”, Lisboa, 12 de janeiro de 1930, *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, volume XII, Oya, Tipografia Particular do Colégio Máximo, 1929, pp. 35-37.

organização social com consciência católica seria capaz de dar estabilidade ao mundo.⁶³

Já o problema social mais discutido foi a exploração do trabalhador pelo salário, pago tanto no sistema liberal econômico quanto no regime comunista. Segundo Serafim Leite, enquanto no sistema capitalista o industrial faz um contrato com o trabalhador “livre” e paga a ele uma remuneração injusta que enriquece uma minoria sem a intervenção do Estado, no regime comunista o Estado impõe uma tabela de preços de acordo com a ocupação de cada trabalhador, obrigado a prestar serviços a um único empregador: o Estado coletivista. E defendeu o pagamento de um salário justo usando o princípio do “salário familiar” sugerido pela Encíclica *Quadragesimo anno* de Pio XI.⁶⁴

Leite assumiu uma posição política explicitamente contrária ao regime comunista, considerado por ele uma doutrina anti-religiosa. Seus artigos de cunho político combatem o que chamou de “guerra à religião”, marcada pela perseguição dos comunistas ao Clero, o encerramento dos templos religiosos na Rússia e a perversão do povo pela propaganda ateísta soviética.⁶⁵

Outra colaboração foi a biografia do principal fundador e diretor da *Brotéria*, o P. Joaquim da Silva Tavares, falecido em 1931. O autor da *História* ainda publicou, pela editora da revista, seus primeiros livros: um de contos chamado *Iluminuras* (1930); e dois de poemas intitulados *Trajectórias* (1931) - sobre a sua própria evolução espiritual; e *Do Homem e da Terra* (1932) - de ordem psicológica e de amor a sua terra natal.⁶⁶

63. Ver Serafim Leite, “Em demanda da Verdade”, *Revista Brotéria* (doravante *Brotéria*), Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume IX, 1929, pp. 345-352; e idem, “A Formação Integral da Mulher Cristã”, *Brotéria*, Lisboa, volume XIV, 1932, pp. 341-354. Sobre religião, ver, também, Serafim Leite, “Unidade católica”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume IX, 1929, pp. 325-329; e idem, “Jesus Cristo”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume X, 1930, pp. 05-11. Sobre as missões portuguesas do século XX, ver Serafim Leite, “As missões católicas no direito público português”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume XII, 1931, pp. 137-146.

64. Sobre a questão do salário nos regimes capitalista e comunista, ver Serafim Leite, “O Escândalo do Salário”, *Brotéria*, Lisboa, volume XIV, 1932, pp. 273-277; e idem, “O salário na Rússia Comunista”, *ibidem*, pp. 217-220. Sobre o sindicalismo, ver Serafim Leite, “Democracia e Sindicalismo”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume X, 1930, pp. 369-374. Sobre o “salário familiar”, ver, Serafim Leite, “A Restauração da Ordem Social”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume XIII, 1931, pp. 206-214; e idem, “Salário justo-salário familiar”, “Estatolatria Moderna” e “Salário e acesso à propriedade”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, volume XV, 1932, pp. 69-80, pp. 173-179 e pp. 325-328. Ver, também, Pinho, “O Historiador da Missionação Jesuítica no Brasil”, pp. 197-200.

65. Ver Serafim Leite, “Na Rússia dos Sovietes”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume X, 1930, pp. 375-380. Ver, também, Mário Vítor, “Propaganda comunista e anti-religiosa em Portugal”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume XII, 1931, pp. 95-99.

66. Serafim Leite, “J. S. Tavares”, *Brotéria*, Lisboa, Série mensal, Fé-Sciências-Letras, volume XIII, 1931, pp. 273-281. Para a leitura de outros artigos de Serafim Leite, ver *Brotéria*, vol. IX, 1929, pp. 225-231; vol. X, 1930, pp. 37-43, pp. 107-111, pp. 171-177, pp. 205-213 e pp. 273-284; vol. XI, 1930, pp. 05-16, pp. 201-213 e pp. 279-286; vol. XII, 1931, pp. 05-10, pp. 170-175, pp. 205-212 e pp. 352-358; vol. XIII, 1931, pp. 05-10, pp. 69-81, pp. 137-142, pp. 246-247 e pp. 341-347; e vol. XV, 1932, pp. 11-14 e pp. 237-242. Serafim Leite ainda escreveu várias “Notas e Factos” publicados na *Brotéria* com o pseudônimo de Mário Vítor.

Mesmo sem ter uma formação especializada em História, Serafim Leite já havia mencionado a necessidade de se escrever a história das missões portuguesas na América. Também publicou um artigo sobre a atuação dos jesuítas portugueses no período colonial brasileiro e divulgou com entusiasmo a publicação dos dois volumes iniciais da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* de Francisco Rodrigues, em 1931.⁶⁷ Em relação a esse projeto grandioso, ele destacou as principais retificações feitas pelo Padre Rodrigues e reforçou a importância de ele reconstituir a “verdade dos fatos” sobre a Companhia de Jesus, tão combatida e mal interpretada. O próprio Serafim Leite seguiu posteriormente o mesmo caminho revisionista e apologético como historiador da missão jesuítica portuguesa no Brasil colonial.⁶⁸

De acordo com Frei Gentil Tilton, o P. Francisco Rodrigues tinha a intenção de publicar a história completa da antiga Assistência de Portugal da Companhia de Jesus. Mas a grandiosidade e a responsabilidade do empreendimento, que abrangia a história das Províncias jesuíticas na Ásia e no Brasil, além da Província lusitana, tornaram impossível a redação de tamanha obra por um único membro da ordem.⁶⁹ A necessidade de outros colaboradores para um trabalho dessa envergadura levou ao nome de Serafim Leite. Em 1932, ano de sua profissão solene na Companhia de Jesus, ele foi escolhido pelo Provincial de Portugal, Padre Cândido Mendes, para escrever a parte da história dos jesuítas da antiga Assistência de Portugal no Brasil. Com 42 anos, experiente, amadurecido, adaptado aos desígnios da ordem e reconhecido pela erudição e competência intelectual, logo aceitou a incumbência. A partir de então, passou a se dedicar quase exclusivamente às pesquisas históricas sobre o Brasil colonial, dando início à segunda fase de sua carreira como escritor.

Entre 1933 e 1950, Leite redigiu e publicou os dez volumes da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que será analisada separadamente da perspectiva das práticas da escrita e da leitura nos próximos capítulos. Também escreveu alguns artigos de cunho sociológico e doutrinário para a *Brotéria*, voltados para problemas do seu tempo; uma série narrando suas impressões de viagens realizadas em 1933 para o jornal

67. Ver Serafim Leite, “Soldados para a Epopéia”, *Brotéria*, Lisboa, volume XI, 1930, pp. 339-345; idem, “Os morticínios na colonização do Brasil”, *Brotéria*, Lisboa, volume XIV, 1932, pp. 11-16.

68. Sobre a obra de Francisco Rodrigues, ver Mário Vítor, “Os Jesuítas portugueses perante a História”, *Brotéria*, Lisboa, volume XIV, 1932, pp. 25-28.

69. Frei Gentil Tilton, O.F.M., “Pe. Serafim Leite, S.J.”, *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, Rio de Janeiro, vol. 30, fasc. 117, Editora Vozes, março de 1970, p. 126. A abreviatura “O.F.M.” significa “Ordem dos Frades Menores” e designa os franciscanos. A designação “S. J.” ou “S. I.” é a abreviatura de “*Societatis Iesu*” ou “da Companhia de Jesus”. Ver Serafim Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae V, Complementa Azevediana I (1539-1565)*, Roma, Instituto Histórico da Companhia de Jesus, 1968, p. 34.

O Regional, cuja direção dedicou uma edição inteira ao escritor em 1940; e continuou o seu trabalho como crítico literário, apoiando os livros favoráveis e criticando os autores contrários aos Jesuítas.⁷⁰

Entretanto, a maior parte dos textos produzidos nesse período foi sobre a história dos jesuítas portugueses no Brasil colonial. Além da *História*, publicou vários trabalhos importantes na *Brotéria*, como os documentos inéditos “O primeiro embarque de órfãos para o Brasil”, “Um centenário célebre (1535-1934) - A primeira biografia inédita do Apóstolo do Brasil”, “Por comissão de Manuel da Nóbrega...A última carta: 21 de maio de 1570” e “Terras que deu Estácio de Sá ao colégio do Rio de Janeiro”; e cerca de cento e cinquenta artigos históricos em diversos periódicos brasileiros e portugueses.⁷¹

Em 1935, Serafim Leite ganhou seu primeiro prêmio no Concurso de História da Prefeitura de São Paulo, com o artigo “Os Jesuítas na Vila de São Paulo”, publicado em 1936. No ano seguinte, editou uma coletânea ampliada de alguns artigos históricos, intitulada *Páginas de História do Brasil*; e em 1940, o livro *Novas Cartas Jesuíticas - de Nóbrega a Vieira*, contendo trinta e três cartas escritas entre 1552 e 1690.⁷²

O autor da *História* permaneceu na Casa de Escritores até 1940, entre as viagens feitas para coletar fontes em diversos arquivos na Europa e no Brasil. Em 1941, deixou Lisboa e passou a residir no Colégio Santo Inácio, aberto em 1903 no Rio de Janeiro, longe das dificuldades e incertezas decorrentes da Segunda Guerra Mundial.⁷³

70. Ver Serafim Leite, “A retribuição do trabalho – Caridade e justiça”, *Brotéria*, Lisboa, volume XVI, 1933, pp. 05-12; e idem, “Salário familiar e Caixas de Compensação”, *ibidem*, pp. 76-80. Ver, também, Serafim Leite, *A Retribuição do Trabalho*, Porto, Edições A. I., 1933. Para as narrativas de viagens, ver *O Regional*, SJM, “Nótulas de Viagem”, 1934, I. Douro, 28 de janeiro; II. Espanha, 11 de fevereiro; III. Paris, 25 de fevereiro; IV. Bélgica, s/d; V. Holanda, 25 de março; VI. Alemanha, s/d; VII. Suíça, s/d; VIII. Itália, 06 de maio; IX. Roma, s/d; X. O Vaticano, s/d; XI. Em São Pedro, 17 de junho; e XII. Regresso ao lar, 01 de julho. Ver, também, a edição especial “Dr. Serafim Leite”, 28 de Janeiro de 1940 e outras notas nos dias 23 de outubro de 1938 e 28 de julho de 1940. Para a relação das críticas aos livros de terceiros, feitas entre 1929 e 1950, ver Batllori, *Bibliografia de Serafim Leite S. I.*, Secção II, pp. 75-78.

71. Ver, respectivamente, *Brotéria*, Lisboa, volume XVII, 1933, pp. 37-43; volume XVIII, 1934, pp. 165-174 e 253-265; volume XIX, 1934, pp. 306-313; e volume XX, 1935, pp. 90-110. Para a lista dos artigos publicados entre 1933 e 1950, ver Batllori, *Bibliografia de Serafim Leite S. I.*, Secção I, pp. 30-58.

72. Anchióbrega, “Os Jesuítas na Vila de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, volume 21, 1936, pp. 03-50; Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Série “Brasílica”, volume 93, 1937; e idem, *Novas Cartas Jesuíticas – de Nóbrega a Vieira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Série “Brasílica”, volume 194, 1940.

73. Ver *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXIV, Costa, Typis Privatis, 1933, p. 17; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXV, Costa, Typis Privatis, 1934, p. 20; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXVI, Typis Privatis Provinciae (doravante TPP), 1935, p. 22; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXVII, TPP, 1936, p. 22; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXVIII, TPP, 1937, p. 18; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXXXIX, TPP, 1938, p. 18; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXL, TPP, 1939, p. 19; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXLI, TPP, 1940, p. 19. Já no Brasil, ver *CPLSJ*, ineunte anno MCMXLII, TPP, 1941, p. 18; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXLIII, TPP, 1942, p. 18; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXLIV, TPP, 1943, p. 18; *CPLSJ*, ineunte anno MCMXLV, Typis Privatis Provinciae, 1944, p. 18; e *CPLSJ*, ineunte anno MCMXLVI, TPP, 1945, p. 18. Sem os catálogos da Província Lusitana de 1946 a 1950, confirmamos a presença do escritor no Brasil usando outras fontes.

Concluídos os dez volumes da *História* em 1950, Serafim Leite regressou para a Europa, iniciando a terceira e última fase de sua carreira como escritor. Consagrado e agraciado com títulos e prêmios pela sua obra monumental no Brasil e no exterior, o renomado historiador foi incorporado ao Instituto Histórico da Companhia de Jesus em Roma, responsável pela edição da *Monumenta Historica Societatis Iesu*.

Até 1969, viveu na Casa de Escritores da capital italiana, anexa à Cúria Generalícia da Companhia de Jesus, subsidiado pelo Superior Geral da Ordem. Segundo testemunhos, Serafim Leite trabalhava em um quarto modesto, repleto de papéis, documentos e livros, dormindo pouco e escrevendo muito, além de fumar e rezar.⁷⁴

Entre 1953 e 1955, publicou os livros *Nóbrega e a Fundação de São Paulo e Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*; *Diálogo sobre a Conversão do Gêtio* pelo P. Manuel da Nóbrega e *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (Livro brasileiro de 1700)*; *Breve Itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega, Fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo (1517-1570)* e *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega*, deixando ainda mais clara sua predileção pelo Padre Manuel da Nóbrega na historiografia inaciana brasileira.⁷⁵ Entretanto, a sua obra mais importante depois da *História* foi a série *Monumenta Brasiliae*, publicada entre 1956 e 1968 em cinco volumes, nos quais reuniu as cartas jesuíticas do século XVI usadas anteriormente como fonte para a redação da *História*. Serafim Leite ainda publicou mais dois livros: *Novas Páginas de História do Brasil*, em 1962; e *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*, em 1965. E escreveu dezenas de críticas literárias e cerca de sessenta artigos históricos, em especial para as revistas *Brotéria* de Lisboa e *Archivum Historicum Societatis Iesu* de Roma.⁷⁶

74. Pinho, “Serafim Leite, o Homem, a Vida e a Obra”, p. 17.

75. Serafim Leite, *Nóbrega e a Fundação de São Paulo*, Lisboa, Instituto Intercâmbio Luso-Brasileiro, 1953; idem, *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*, Lisboa - Rio de Janeiro, Edições Brotéria – Livros de Portugal, 1953; idem, *Diálogo sobre a Conversão do Gêtio*, Lisboa, Comissão oficial, 1954; idem, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (Livro brasileiro de 1700)*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1954; idem, *Breve Itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega, Fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo (1517-1570)*, Lisboa – Rio de Janeiro, Edições Brotéria – Livros de Portugal, 1955; e idem, *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955.

76. Serafim Leite, *Monumenta Brasiliae*, Roma, Instituto Histórico da Companhia de Jesus, 1956-1968; idem, *Novas Páginas de História do Brasil*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, reeditado no Brasil em São Paulo pela Companhia Editora Nacional em 1965; e idem, *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*, Braga, Livraria A. I., 1965. Para a relação das críticas literárias e dos artigos escritos entre 1951 e 1962, ver Batllori, *Bibliografia de Serafim Leite S. I.*, Secção II, pp. 58-72 e pp. 78-79. De acordo com lista enviada pela *Brotéria* de Lisboa, Serafim Leite ainda escreveu mais três artigos sobre o B. Inácio de Azevedo para a revista entre 1967 e 1968 e algumas críticas literárias; mas a grande maioria dos artigos escritos pelo autor na fase final de sua carreira foi realmente publicada entre 1951 e 1963.

O autor da *História* veio novamente para o Brasil em setembro de 1954, para participar do Congresso de História Comemorativo do IV Centenário de São Paulo; e, pela última vez, em agosto de 1963, a convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo Geral do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro, já sem a mesma disposição dos anos anteriores.⁷⁷

Em meados de 1969, a saúde de Serafim Leite começou a declinar rapidamente, em função de um problema cardíaco diagnosticado poucos meses antes da sua morte. Ciente da gravidade de seu estado, caminhando com dificuldade e controlando o ritmo cardíaco por meio de remédios, o autor da *História* não escondia de ninguém a certeza de estar no fim de seus quase oitenta anos de vida, demonstrando lucidez e serenidade.⁷⁸ No dia 27 de dezembro de 1969, Serafim Leite faleceu em Roma, vítima de um enfarte, logo após ter celebrado uma missa. As exéquias do seu funeral tiveram a participação de jesuítas da Cúria e da Casa de Escritores de Roma e foram presididas pelo Reverendo Padre Geral da Companhia de Jesus. Em fevereiro de 1970, seus restos mortais foram trasladados para São João da Madeira, onde o escritor foi enterrado.⁷⁹

Ao longo de toda a sua existência, a Companhia de Jesus formou várias gerações de autores especialistas em obras de edificação. Entre os intelectuais do século XX, Serafim Leite assume uma posição de destaque. Sua vasta obra, em particular a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ainda hoje constitui uma referência obrigatória para o estudo da história religiosa colonial brasileira. Elogiada e criticada por leitores religiosos e leigos, em especial no meio acadêmico, a *História da Companhia de Jesus no Brasil* consumiu dezoito anos de trabalho ininterruptos, nos quais Serafim Leite viveu um longo processo de produção de um livro monumental de grande repercussão, analisado a seguir.

77. Viotti, “Padre Serafim Leite, S. J. (1890-1969)”, pp. 128 e 132. Serafim Leite também participou do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em outubro de 1950, em Washington, nos Estados Unidos, além de outros congressos de História pelo mundo.

78. Idem, *ibidem*, p. 134.

79. Pinho, “Serafim Leite, o Homem, a Vida e a Obra”, p. 20. Ver, também, nota de falecimento publicada no periódico *O Regional*, SJM, 01 de janeiro de 1970. A notícia da morte de Serafim Leite chegou à sua terra natal por meio de um telegrama enviado pelo Superior Geral da Companhia de Jesus, para ser transmitida à família do escritor e ao povo de São João da Madeira.

CAPÍTULO II: A PRODUÇÃO DA *HISTÓRIA*

“Não se admitam diferenças de doutrina, (...), nem nos livros ...”

Constituições da Companhia de Jesus, 1559.¹

“A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem.”

Roger Chartier, 1999.²

A redação de livros e de “outros frutos do talento” nunca foi uma exigência legal imposta a todos os membros da Companhia de Jesus. Ao contrário das cartas e das listas para catálogos, os jesuítas não eram obrigados a ter involuntariamente alguma produção intelectual, exceto quando designados oficialmente para exercer o trabalho de escritor por um Superior, em função do voto de obediência emitido na Instituição.

Ressalvada a proibição de se escrever qualquer obra em desacordo com a doutrina aprovada pela Ordem inaciana, as normas constitucionais sobre a redação de livros só advertem previamente sobre a necessidade de leitura, edição, aprovação e autorização dos Superiores, antes da publicação de qualquer obra produzida pelos jesuítas. O texto original das Constituições diz que o jesuíta que tivesse talento para escrever livros úteis ao bem comum e os escrevesse, não deveria publicar nenhuma obra sem que antes fosse lida e examinada pelo Superior Geral. E somente aquelas consideradas de edificação seriam editadas e publicadas.³

Modificado inicialmente por um decreto aprovado na Quinta Congregação Geral (1593), o texto constitucional atual determina que o ofício de escritor seja considerado como um ministério apostolicamente fecundo e totalmente compatível com o espírito da Companhia; e, por isso, deve ser fomentado com empenho pelos Superiores. A respeito da publicação de produções intelectuais, a regra vigente manda cumprir com exatidão e imparcialidade as normas do direito universal da Igreja e do Instituto da Companhia.⁴

1. *Constituições*, artigo [273], p. 108.

2. Chartier, *A aventura do livro*, p. 23.

3. *Constituições*, artigo [653], p. 203.

4. *Ibidem*, NC 296, p. 365. O artigo [653] foi modificado pelas Congregações Gerais V, XXI, XII e XXV. O decreto atual foi publicado na *Ordenação sobre os escritos e outras obras destinadas à publicação* na “Acta Romana Societatis Iesu”, vol. XIX; e no *Collectio Decretorum Congregationum Generalium*, 1977, como decreto 230 §1 e §2. *Constituições*, nota 126 e nota 127, p. 374.

Apesar do estímulo à produção intelectual e da aparente liberdade de expressão por meio da escrita, os mecanismos de censura continuam determinantes para a publicação de obras dos membros da Companhia de Jesus. Tais mecanismos sempre direcionaram os trabalhos dos escritores aprovados pela ordem, a exemplo de Serafim Leite, que reprimiu idéias inovadoras indesejadas e até segregou os autores capazes de contestar os princípios da Instituição.

Vale ressaltar que a censura dentro da Companhia não atinge apenas os escritores jesuítas e suas obras. O cerceamento ao ato de ler e escrever livremente e o desestímulo ao desenvolvimento de um espírito crítico inovador começam desde o ingresso no noviciado, com o controle exercido pelos Superiores sobre os que estão em provação. De acordo com as normas constitucionais originais, os noviços devem buscar os mesmos sentimentos e a mesma linguagem, evitando assim a discórdia e a desunião pela diversidade. As diferenças de doutrina não são admitidas nas pregações públicas, nem nos livros, prevalecendo sempre as opiniões em conformidade na Companhia.⁵

As Constituições ainda estipulam que, se possível, cada colégio tenha uma biblioteca geral, cuja chave ficará sob a guarda de pessoas indicadas pelo Reitor. Cada estudante deve ter os livros necessários, mas não pode fazer neles nenhuma anotação.⁶

Após o noviciado, os escolásticos devem rever os autores lidos e consultar outros ao fim de cada matéria, com o parecer e aprovação do Reitor. Em seguida, os que têm mais conhecimento e lucidez de inteligência e de juízo devem fazer um resumo sobre a matéria estudada, a ser aprovado pelo professor. Uma vez escritos os livros de resumos e idéias pessoais, ou outras obras de qualquer gênero, subentende-se que ninguém deve publicar livro algum sem exame e aprovação expressa do Geral.⁷

Em cada matéria, os Reitores devem seguir os autores que ensinam uma doutrina mais segura e aprovada para toda a Companhia. As passagens imorais das obras literárias de autores pagãos não devem ser lidas, nem os livros de autores considerados suspeitos de insegurança de doutrina. As obras de autores cristãos considerados “maus” também devem ser excluídas, para não dar aos estudantes a oportunidade de simpatizar com eles. Os livros que podem ou não ser lidos pelos jesuítas devem estar claramente determinados em todas as matérias estudadas.⁸

5. *Constituições*, artigos [273-274], p. 108.

6. *Constituições*, artigos [372-373], pp. 132-133.

7. *Ibidem*, artigos [388-389], pp. 135-136.

8. *Ibidem*, artigos [358-359], p. 130; artigos [464-470], pp. 151-152; Franca, *O Ratio Studiorum*, regra 34, p. 130; regra 30, p. 143 e regra 06, p. 145; e *Costumeiro da Vice-Província do Brasil Setentrional S. J.*, Baía, s/e, 1940, pp. 58-66.

No entanto, as normas constitucionais referentes aos livros rejeitados pareciam não funcionar com o mesmo rigor e regularidade que as regras de censura aplicadas na publicação de obras pela Companhia. Além da dificuldade maior de controle sobre o acesso e a leitura de obras proibidas pelos inicianos, os Superiores e outras autoridades eclesiásticas abriam exceções aos preceitos legais, autorizando a leitura e o uso de livros proibidos por meio de licenças, a depender das necessidades e interesses da Instituição. Uma dessas licenças foi concedida aos Padres da Companhia de Jesus no Brasil pelo Cardeal Infante e Inquisidor Geral de Portugal, em 1564. Diante da dificuldade de consultar o alto clero na Metrópole para tirar dúvidas sobre autores proibidos, os Provinciais de Portugal, Brasil e Índia receberam autorização para ler e usar obras proibidas nas aulas, depois de emendadas. As emendas representavam cortes das passagens proibidas pelo *Catálogo do Sagrado Concílio Tridentino* (INDEX) e pelo *Rol dos Livros que neste Reyno se prohibem*, feitos pelos Superiores e submetidos à aprovação do Arcebispado indicado pelo Inquisidor.⁹

As Congregações Gerais 31^a (1965-1966) e 32^a (1974-1975) modificaram algumas normas constitucionais sobre o programa de estudos da Companhia, mas muitos critérios do texto original continuam válidos. As mudanças compreendem, na realidade, adaptações do processo de formação intelectual dos jesuítas aos novos tempos, costumes e lugares, confirmando mais uma vez que os estudos na Companhia são regidos pelas leis gerais da Igreja.¹⁰

A orientação do ensino na formação intelectual dos jesuítas também foi declarada nas mesmas congregações, sem alterar o essencial: a busca da solidez doutrinal de acordo com as normas dadas pela Santa Sé à Igreja e à Companhia. Os professores são lembrados que não ensinam em nome próprio e sim por missão recebida da Igreja, unidos pela caridade na Companhia. E que podem ser removidos do cargo, caso insistam em defender idéias novas que se afastem da doutrina seguida pelo magistério católico. Aos escolásticos, o decreto em vigor recomenda a leitura crítica e a utilização prudente das obras dos autores de maior influência nas culturas atuais, com o objetivo de aprender e reter o que for bom e corrigir o inaceitável.¹¹

Mesmo considerando as atualizações legais e a possível distância entre a norma e a prática, a Companhia de Jesus nunca deixou de priorizar a doutrina da Igreja Católica.

9. “Licença do Cardeal Infante de Portugal para ler livros proibidos”, Lisboa, 20 de novembro de 1564, Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae IV*, carta 10, pp. 108-111.

10. Ver *Constituições*, NC 81-98, pp. 288-292.

11. *Ibidem*, NC 99-105, pp. 292-293.

Sob os olhares atentos dos Superiores, os inacianos leram, escreveram e publicaram milhares de livros, adequando a sua capacidade de reflexão ao projeto político, religioso, moral, econômico e intelectual da ordem em cada época e lugar. Nesses moldes Serafim Leite redigiu a *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Escrita entre 1933 e 1950 na Europa e no Brasil, a principal obra do padre historiador comporta cerca de 5.170 páginas distribuídas em dez volumes, nos quais Serafim Leite distribuiu a história da atuação dos jesuítas na América portuguesa. Publicada entre 1938 e 1950, com a autorização das Cúrias Generalícia e Vaticana, o livro aborda uma enorme variedade de assuntos sobre todas as regiões do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, entre 1549 e 1759.

Obra tão vasta como a *História*, escrita ao longo de dezoito anos por um único indivíduo, nos levou a supor a existência de continuidades e rupturas durante a sua elaboração. Observamos, porém, que Serafim Leite redigiu os dez volumes do livro baseado nos mesmos pressupostos teóricos e metodológicos. As interpretações das fontes jesuíticas e antijesuíticas feitas pelo autor, sempre favoráveis à Companhia de Jesus do primeiro ao último tomo, transformaram a obra inteira numa narrativa uniforme, mudando apenas os personagens, os fatos, as regiões e os séculos. O autor adotou igual critério político, moral e ideológico em todos os tomos, unificando-os em torno de um único objetivo: a defesa dos jesuítas portugueses. Dentro da narrativa característica da obra, escolhemos as fontes e os autores mais relevantes para exemplificar algumas questões, quando necessário.

Dividido em três partes, este capítulo analisa inicialmente as circunstâncias sob as quais a *História* foi concebida, destacando o papel e o interesse da Companhia na elaboração do livro e na escolha de Serafim Leite como biógrafo da Ordem. Na segunda parte, examinamos o método de trabalho e o uso das fontes pelo autor, assim como a coleta de documentos em arquivos e bibliotecas de vários países do mundo. Na terceira parte, estudamos o processo de redação dos dez volumes da obra na Europa e no Brasil. Procuramos ainda observar o plano estrutural do livro indicando o conteúdo de cada tomo, as estratégias da escrita, os pressupostos teóricos do autor e as escolhas feitas por ele dentro dos limites da censura da ordem. Por fim, traçamos o itinerário editorial da *História*, abordando desde o suporte físico até a publicação, divulgação e distribuição da primeira edição da obra, concluindo com alguns comentários sobre a segunda edição, publicada em 2004.

A concepção do livro

A compreensão dos motivos que levaram o Superior Geral da Ordem dos Jesuítas a determinar a produção da *História* em 1932 está diretamente relacionada ao momento histórico em que o livro foi concebido. Daí a importância de analisar a obra não como um trabalho casual de inspiração individual de Serafim Leite, mas como resultado dos interesses institucionais em narrar a história da Companhia de Jesus dos séculos XVI, XVII e XVIII, num determinado contexto histórico no Brasil e no exterior.

Sabemos que o livro fazia parte de um projeto maior de escrever a história da antiga Assistência de Portugal da Companhia de Jesus, que incluía, além da Província do Brasil, as Províncias jesuíticas na Ásia e a Província Lusitana. Este projeto começou com a publicação dos dois primeiros volumes da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* pelo Padre Francisco Rodrigues, em 1931. Desta forma, a *Historia da Companhia de Jesus no Brasil* não foi concebida separadamente, mas estava inserida numa perspectiva bem mais ampla de defesa da atuação global dos jesuítas da Assistência lusitana até a supressão de 1773.

Na Europa, particularmente em Portugal, a genealogia deste movimento intelectual oficial em prol dos inicianos está associada ao revigoramento do antijesuitismo que persegue a Companhia desde a sua origem. José Franco lembrou que, no século XIX e princípios do século XX, os historiadores de filiação antijesuítica reeditaram as teses pombalinas, acrescidas de novos argumentos contra a ordem e de adaptações ao passado recente. Sob a ótica da subversão e da perversão, escreveram diversas releituras da história da Companhia, nas quais nada de positivo era revelado.¹²

Esta historiografia antijesuítica provocou o contra-ataque dos inicianos e fez surgir várias obras monumentais de caráter apologético e revisionista, embasadas num rico aparato documental, buscando combater o mito negativo criado em torno da ordem

12. Franco, *O Mito dos Jesuítas - Em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX): Das Origens ao Marquês de Pombal*, volume I, p. 42. Franco classificou o antijesuitismo como um fenômeno originário, universal e quase permanente e investiga as controvérsias desse movimento religioso, cultural e sociopolítico que transformou os Jesuítas na ordem da conspiração por excelência, nos últimos cinco séculos. Entre as obras antijesuíticas em questão, o autor destacou a *História Geral da Companhia de Jesus, desde a Fundação até aos nossos Dias* de T. Lino d'Assumpção (Lisboa, 1901); *Des Jésuites* de Jules Michelet e Edgar Quinet (Paris, 1843); *El Império Jesuítico: Ensayo Histórico* de Leopoldo Lugones (Buenos Aires, 1907); *El império del jesuitismo ó revelaciones acerca de la Asociación de Padres da Familia* de Carlos Gutiérrez de Ceballos y Cruzada (Madrid, 1896), entre outras. Sobre o antijesuitismo, ver, também, Jonathan Wright, "Rapsódias de Calúnia: A Criação do Mito Antijesuíta", *Os jesuítas: missões, mitos e histórias*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006, pp. 137-174; e Franco, *O Mito dos Jesuítas - Em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX): Do Marquês de Pombal ao Século XX*, Volume II.

e do que ela representava em escala mundial. Entre elas, destacam-se os oito volumes da *História* (1931-1950) de Francisco Rodrigues; os dez tomos da *História* (1938-1950) de Serafim Leite; e o livro do Padre Luiz Gonzaga de Azevedo intitulado *O Jesuíta: Fases de uma Lenda* (1913), no qual o autor interpreta a imagem negativa da Companhia como lenda e não como mito; além de artigos publicados em revistas como a *Brotéria*.¹³

Franco ainda ressaltou o acesso privilegiado aos arquivos e fontes da ordem como uma das grandes vantagens dos historiadores jesuítas sobre seus inimigos e concluiu:

Com esta aparelhagem documental, superior à dos adversários, pretenderam lograr a desautorização da visão antijesuítica da história da sua ordem. A qualidade *técnica* desta historiografia, caracterizada pelo grande rigor no tratamento das fontes, corrigindo muitos erros históricos patentes na historiografia adversária, não se isenta de uma marca excessivamente filojesuítica, que não se dissocia do gênero da *historiografia de combate* que pretende refutar.¹⁴

Na tentativa de conter esta vaga historiográfica antijesuítica, a Ordem dos Jesuítas não poupou esforços nem investimentos, desempenhando um papel fundamental. Sem o apoio material e a autorização da instituição inaciana, a elaboração dessas grandes obras de combate ao antijesuitismo não teria sido possível. A Companhia não só facilitou a coleta de documentos em arquivos e bibliotecas de diversos países, como proveu o sustento dos autores jesuítas durante décadas, enquanto escreviam obras monumentais.

Ciente disso, Serafim Leite jamais deixou de reconhecer e agradecer, em todas as homenagens recebidas pela redação da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, a iniciativa e o apoio da ordem religiosa à qual pertencia. Em 1950, quando finalizou a publicação dos dez volumes da obra, o autor enfatizou mais uma vez, no seu discurso de agradecimento pelo recebimento do título de Doutor “Scientiae et Honoris Causa” da Universidade Católica do Rio de Janeiro, que a verdadeira merecedora de toda honra e glória era a Companhia de Jesus dos tempos modernos ou, “mais propriamente Deus”.¹⁵

Nessa mesma ocasião, Serafim Leite renovou o seu desejo de ver instituído no Brasil, em especial na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, então dirigida

13. Franco, *O Mito dos Jesuítas*, volume I, pp. 42-43.

14. Idem, *ibidem*, p. 42.

15. Serafim Leite, “Doutoramento *Scientiae et Honoris Causa* do R. P. Serafim Leite S. I.”, *Publicações da Universidade Católica do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1950, pp. 35-36. Publicado também na *HCJB*, Tomo X, pp. 312-316. Ver, também, “*Gratiarum Actio*” in Leite, *HCJB*, Tomo X, pp. XI-XIII.

pelos Padres da Companhia, um Instituto de História dos Jesuítas, como já existia na Universidade de Loyola, em Chicago, nos Estados Unidos.¹⁶

Assim como na Europa, a historiografia antijesuítica nunca deixou de existir no Brasil. Já em 1587, durante o período da União Ibérica, o colono português Gabriel Soares de Sousa - rico explorador de plantações de açúcar e minas de metais preciosos no Brasil - dirigiu à Corte espanhola, através do estadista Dom Cristóvão de Moura, a primeira crítica severa à atuação dos jesuítas no Brasil. Intitulada *Capítulos que Gabriel Soares de Sousa deu a Cristóvão Moura*, a obra reunia uma série de informações contra os inacianos, tendo como principal objetivo conseguir do poder real a neutralização do controle exercido pela Companhia de Jesus sobre a mão-de-obra indígena na Colônia. Sousa argumentou que, sem a escravização dos índios, seria impossível garantir a viabilidade e a compensação econômicas para a coroa e para os colonos no Brasil.¹⁷

Considerado um dos libelos pioneiros do antijesuitismo português, os *Capítulos* permaneceram inéditos até 1942, apesar da grande repercussão da obra no século XVI. Uma das obras mais rebatidas na *História* por meio de um confronto direto com cartas jesuíticas brasileiras do século XVI, os *Capítulos* também foram publicados em edições avulsas por Serafim Leite, com as respostas anexas da defesa dos jesuítas, a partir de um exemplar manuscrito existente no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma.¹⁸

16. Idem, *ibidem*, pp. 40-41. O autor fez essa sugestão na introdução do primeiro volume da *História* em 1938. Ver Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. XXIV-XXV. Sobre a fundação das Universidades Católicas no Brasil, ver Alípio Casali, *Elite intelectual e restauração da Igreja*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.

17. Gabriel Soares de Sousa chegou pobre ao Brasil em 1569, quando o navio que o levava para a África arribou na costa da Baía de Todos os Santos. Sousa residiu na Colônia durante 17 anos, onde se transformou numa das maiores personalidades do início do período colonial brasileiro. Foi vereador na época da União Ibérica, reconhecendo a autoridade suprema do rei Felipe II da Espanha; senhor de engenhos de açúcar e dono de muitas terras na região da futura Vila de Nossa Senhora do Jaguaripe, no Recôncavo baiano; bandeirante e comandante da maior expedição pelos sertões da Bahia, em busca do lendário “Eldorado” da nascente do Rio São Francisco; e escritor, autor do famoso *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, considerado o texto mais completo sobre o Brasil do século XVI. Gabriel Soares de Sousa morreu durante uma expedição à Chapada Diamantina em 1591, deixando seus bens, inclusive as terras do atual Solar do Unhão, então de sua propriedade, para os monges beneditinos. Conforme seu pedido em testamento, foi enterrado na capela-mor do Mosteiro de São Bento da Bahia, com uma campa onde se lê a seguinte frase: “Aqui jaz um pecador”. Antônio Risério, “Um olhar sobre o Solar”, in *Museu de Arte Moderna da Bahia*, São Paulo, Editora Gráficos Burti, 2002, pp. 36-38. Para a leitura da principal obra historiográfica do autor, ver Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, 9ª edição revista e atualizada, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2000.

18. Ver, Serafim Leite (ed.), “Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os Padres da Companhia de Jesus, que residem no Brasil”, in *Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro*, vol. 62, 1942, pp. 337-381; e idem, “Os Capítulos de Gabriel Soares de Sousa”, in *Ethnos, Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, Lisboa, vol. II, 1941, pp. 5-36. Ver, também, o confronto com os *Capítulos* in Leite, *HCJB*, Tomo I, p. 47; pp. 99-100; p. 125; pp. 136-138; p. 151, nota 01; p. 157, nota 04; p. 166-169; pp. 411-412; pp. 443-446; pp. 469-471; e idem, *HCJB*, Tomo II (Século XVI – A Obra), Porto, Tipografia Porto Médico, 1938, p. 10; p. 65; pp. 92-93 (sobre a escravização dos índios); p. 160; pp. 212-213; pp. 301-302; pp. 307-308, pp. 410-411; p. 507; p. 587 e p. 622. As respostas a outro libelo contra os jesuítas, escrito no Brasil em 1640, foram publicadas por Leite in *HCJB*, Tomo VI, pp. 572-588.

A campanha difamatória contra a Companhia em Portugal e nos seus domínios ultramarinos atingiu seu ápice em meados do século XVIII, com a divulgação de várias obras antijesuíticas produzidas durante o reinado de D. José I, sob a orientação do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O objetivo da documentação pombalina era persuadir os leitores da maldade e do excessivo poder da Ordem dos Jesuítas, colocando-a sempre no lado negativo e conspirador da história. Ao promover a radicalização do discurso antijesuítico anterior, os escritos pombalinos contribuíram para a expulsão dos inicianos de Portugal e seus domínios (1759), seguida da supressão da ordem (1773).

Entre as obras redigidas diretamente ou sob a influência direta do Ministro de D. José I, destacam-se a *Relação Abreviada* (1757), um relato sobre uma República oculta que os Jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha teriam estabelecido nos territórios de missões do Paraguai, usurpando o poder “legítimo” dos dois monarcas ibéricos e descumprindo as demarcações de fronteiras no Brasil estabelecidas pelos dois países europeus no *Tratado dos Limites* (ou *Tratado de Madrid*, 1750); e os três grandes volumes da *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768), nos quais foram relacionados os “horrorosos estragos” feitos pela Companhia de Jesus em Portugal e seus domínios, desde o governo de D. João III até a expulsão pela “justa, sabia e providente Ley de 3 de Setembro de 1759”.¹⁹

O combate ao discurso antijesuítico do Marques de Pombal perpassa todos os volumes da *História*. Já no primeiro tomo, Serafim Leite adverte sobre a impunidade do que chamou de “calúnias” contra a Companhia, divulgadas pela perseguição pombalina, considerando que a dissolução e a prisão impediram a defesa dos jesuítas. O autor também critica o decreto de emancipação dos índios após a expulsão dos jesuítas, a propaganda antijesuítica dos panfletos políticos, o seqüestro dos bens da Companhia, a desorganização do ensino, a demolição de obras, o fracasso do *Tratado de Madrid*, o desaparecimento das missões da Amazônia e a expulsão do século XVIII, além de outras medidas contra a Ordem inaciana adotadas pelo Ministro de D. José I no Brasil.²⁰

19. Sobre as obras antijesuíticas pombalinas, ver Franco, *O Mito dos Jesuítas*, volume I, pp. 475-550.

20. Leite, *HCJB*, Tomo I, p. XV. Ver, também, Leite, *HCJB*, Tomo II, p. 82 e p. 234; idem, *HCJB*, Tomo III (Norte-1) Fundações e Entradas, Séculos XVII-XVIII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, p. 195-197; p. 403 e p. 420; idem, *HCJB*, Tomo IV (Norte-2) Obra e Assuntos Gerais, Séculos XVII-XVIII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, p. XVIII; p. 129; pp. 165-166 e pp. 194-195; idem, *HCJB*, Tomo V, Da Baía ao Nordeste, Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 487; idem, *HCJB*, Tomo VI, Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 23; p. 205; pp. 554-560; idem, *HCJB*, Tomo VII, pp. 82-83; p. 157; pp. 325-332 e pp. 336-363.

No início de 1911, os religiosos da Província lusitana da Companhia de Jesus tornaram-se alvo de mais uma campanha antijesuítica. Com a proclamação da República em Portugal (outubro de 1910), os inicianos foram novamente expulsos daquele país, retornando como exilados para o Brasil, em particular, a Bahia.

De acordo com o diário do Colégio Antônio Vieira, os seguidores de Santo Inácio enfrentaram três grandes dificuldades na chegada a Salvador: a falta de uma casa apropriada para a fundação de um colégio, a falta de dinheiro e a oposição cruel e obstinada criada contra os jesuítas, na qual “tudo que de falso a imprensa de Portugal cada dia punha em público contra a gente da Companhia, alguns dos principais jornais da cidade bahiana difundiam acrescentando comentários perversos.”²¹

Uma “guerra” publicitária, a favor e contra o retorno dos jesuítas ao Brasil, foi travada entre o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, respectivamente. O *Diário de Notícias* acusou o Arcebispo baiano, “por excessiva e mal compreendida benevolência”, de permitir a entrada dos jesuítas exilados na Bahia para fazer concorrência desleal ao clero baiano, sem uma rigorosa investigação de seus precedentes. E advertiu que o Governo Federal deveria examinar, por via diplomática, os precedentes dos referidos padres, acusados de faltas gravíssimas que determinaram a sua expatriação.²² Em defesa dos inicianos, o *Jornal de Notícias* criticou o periódico adversário, alegando a improcedência das calúnias que sempre seguiram os passos da Companhia de Jesus. E lembrou que o Arcebispo da Bahia também era brasileiro e patriota, por isto a sua atitude perante os estrangeiros jamais visou prejudicar o clero local.²³

Para combater essa nova fase de propaganda antijesuítica no Brasil, a Ordem inicianiana publicou vários depoimentos de membros da Companhia expulsos de Portugal. Eram relatos dramáticos, denunciando o desrespeito, a arbitrariedade e a violência do governo republicano português, em defesa dos Jesuítas. Os de maior repercussão foram:

21. “História anula do Colégio Antônio Vieira traduzida do original latim”, página datilografada avulsa 02, *Diário da Casa*, manuscrito encadernado, Colégio Antônio Vieira, vol. I, 1911-1928, Salvador, Bahia. Sem normas constitucionais definidas, os diários dos inicianos constituem outra fonte valiosa de estudos sobre os Jesuítas. Esses manuscritos encadernados relatam o cotidiano dos moradores, as visitas ilustres, os falecimentos e os acontecimentos especiais que marcaram a história de cada casa da Companhia de Jesus. Contudo, o acesso a eles nem sempre é permitido aos pesquisadores de fora da ordem, sob a alegação de tratarem de assuntos internos da casa ou estarem escritos em outros idiomas, sobre os quais o pesquisador requisitante não tem domínio.

22. Ver, “A Pedidos: Os Jesuítas na Bahia. Com vistas as Ministro do Interior”, *Jornal de Notícias*, Bahia, 13 de fevereiro de 1911, p. 03.

23. *Ibidem*. A matéria foi assinada por alguém cujo pseudônimo era “Custos”, em resposta ao editorial do *Diário de Notícias*, publicado na Bahia em 11 de fevereiro de 1911.

Ao meu paiz: protesto justificativo da expulsão dos meus religiosos, do Padre Luiz Gonzaga Cabral, e *Proscritos: Revolução de Portugal de 1910*, do Padre Luiz Gonzaga de Azevedo, ambos publicados em 1911.

Portanto, quando assumiu a função de biógrafo da Ordem em 1932, Serafim Leite tinha plena consciência da amplitude do contra-ataque que teria que fazer em defesa dos jesuítas portugueses. Além de rebater os opositores da Companhia no Brasil colonial, a exemplo de Gabriel Soares de Sousa e do Marques de Pombal, o autor da *História* promoveu um confronto historiográfico com Francisco Varnhagen, Afonso de Taunay, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e outros escritores dos séculos XIX e XX.

Inocêncio Pinho justificou da seguinte forma a necessidade da elaboração de uma obra revisionista como a *História* no contexto em que foi concebida:

O Brasil atravessava então um período histórico, em que surgiam movimentos nativistas negativos, e era preciso escrever a tempo a História da Companhia de Jesus no Brasil. Seria também história do povo português, universalista e civilizador. Tornava-se imprescindível que ficasse bem fundamentada, e rigorosamente assente, sobre documentos objectivos. E o antigo emigrante da Amazônia, conhecedor ao vivo daquele país gigantesco, era a pessoa indicada para o empreendimento.²⁴

De fato, a historiografia brasileira das décadas de 1920 e 1930 foi marcada pela busca de uma identidade nacional. Lourenço Dantas Mota ressaltou que, no ano de 1922, as comemorações do centenário da Independência e a realização da Semana de Arte Moderna resultaram num intenso trabalho de reflexão, contestação e revisão sobre a formação política, econômica, social e cultural do Brasil.²⁵

Diante do surgimento de novas interpretações da história colonial brasileira, a Ordem inaciana decidiu fazer a sua própria releitura do Brasil, sem poupar elogios aos simpatizantes e críticas aos adversários da Instituição. Assim, concebeu a *História da Companhia de Jesus no Brasil* como uma apologia a Portugal e a Companhia de Jesus, que considerava os verdadeiros criadores e formadores da civilização brasileira.²⁶

24. Pinho, “Serafim Leite: o homem, a vida e a obra”, p. 12. Esta mesma opinião foi compartilhada por Domingos Maurício in Maurício S. J., “Serafim Leite”, p. 167.

25. Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 1, São Paulo, Senac, 2004, pp. 15-16.

26. Ver Leite, *HCJB*, Tomo II, dedicatória, p. V.

É relevante observar ainda que o enaltecimento de Portugal na *História* como uma grande nação colonizadora, ao lado da Companhia de Jesus durante dois séculos, de Dom João III a Dom João V, atendia aos interesses políticos, econômicos, coloniais e religiosos da ditadura militar portuguesa dos anos 1930, então liderada por Oliveira Salazar. Sabemos que a situação política de Portugal se tornou inteiramente desfavorável à Companhia com a proclamação da República em 1910, seguida da expulsão dos jesuítas e da abolição do ensino da doutrina cristã no país, entre outras medidas contra o clericalismo. Mas, na década de 1930, o cenário político português já era bem diferente. Em maio de 1926, um golpe militar deu origem a um período de quarenta e oito anos de regimes ditatoriais no país, designado genericamente pelo nome de “Estado Novo”.²⁷ Em 1928, Salazar assumiu o poder em Portugal e, como renomado militante da “Acção Católica Portuguesa”, logo procurou satisfazer a Igreja católica e outros setores conservadores, devolvendo privilégios e beneficiando o retorno de religiosos exilados. Neste mesmo ano, a redação da *Brotéria* voltou para Lisboa e os jesuítas da Província lusitana começaram a retornar ao país como partidários da ditadura militar vigente.²⁸

Salazar também manteve o tradicional uso forçado da mão-de-obra indígena nas colônias portuguesas ainda existentes na África (Angola, Moçambique, Cabo Verde, entre outras). Em 1930, decidiu não ratificar a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa a questões de trabalho forçado nos territórios coloniais, aprovada pelas principais potências coloniais da época. A ditadura militar propôs então o “Acto Colonial”, cuja aplicação resultou no aumento da exploração das populações indígenas e na redução da relativa autonomia das estruturas administrativas sediadas nos territórios coloniais.²⁹

Daí o interesse de Salazar em apoiar qualquer projeto, como a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que reforçasse a “capacidade civilizadora” de Portugal enquanto potência colonial. Desta forma, a ditadura militar estaria endossando a sua própria política colonial imperialista e centralizadora na África, reproduzindo um modelo legal de dominação e exploração colonial desenvolvido pelo Império Português.

Quanto à escolha de Serafim Leite para escrever a *História*, já mencionamos que o fato dele ter vivido durante a juventude no norte do Brasil influenciou sua opção pela

27. Sobre o período ditatorial português, ver A. H. de Oliveira Marques, “O Estado Novo”, *História de Portugal, Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, volume III, pp. 375-524.

28. Ver Rodrigues, *História de Portugal em Datas*, pp. 305-312.

29. Idem, *ibidem*, p. 313 e pp. 316-317. Sobre as colônias, ver Oliveira Marques, *op. cit.*, pp. 525-600.

escrita da história dos jesuítas na América portuguesa e não no Oriente. Por outro lado, a experiência brasileira do escritor parece não ter pesado na decisão da sua escolha pelos Superiores da Companhia. Caso contrário, o Provincial de Portugal não teria dado ao biógrafo da Ordem outra opção senão a de escrever sobre o Brasil.

Um dos motivos que levaram à escolha do nome de Leite para autor da *História* foi a sua comprovada concordância com a doutrina jesuítica. A Instituição inaciana se formou com base em pressupostos teológicos, mas também morais, econômicos, culturais e, principalmente, políticos. Sua habilidade para indicar o grau e a função de cada membro na ordem incluía a segregação interna dos que não compactuavam integralmente com os desígnios da Companhia e o estímulo aos mais adaptados.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao grau de envolvimento de Serafim Leite com a Ordem dos Jesuítas. Seu ingresso na Companhia significou menos uma escolha vocacional do que uma salvação pelos livros naquele momento de incertezas. Por isto, o escritor sempre aceitou de bom grado a tutela de seus Superiores e a subordinação a eles por meio dos votos solenes perpétuos e por laços de gratidão. Essa conduta individual de Serafim Leite determinou o método, o uso das fontes, os pressupostos teóricos, o critério de interpretação dos documentos e os mecanismos de censura que antecederam a escrita propriamente dita da *História*. E inseriu o discurso histórico construído pelo autor no combate ao antijesuitismo proposto pela Companhia e dirigido a um público leitor específico, na Europa e no Brasil do século XX.

O método e as fontes

A Companhia de Jesus jamais se descuidou do registro de sua própria história. Obrigados a escrever cartas e catálogos informando sobre seus empreendimentos e atividades em todo o mundo, os jesuítas cultivaram a prática de registrar suas obras e ações, a partir da imagem que construíram de si mesmos. Assim produziram uma quantidade assustadora de fontes manuscritas e impressas a partir do século XVI.³⁰

30. Sobre as obras escritas por jesuítas, a referência bibliográfica básica é Carlos Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, 11 volumes, Bruxelas: O. Schepens; Paris, A. Picard, 1890-1932. O instrumento bibliográfico mais abrangente dos escritos sobre a Companhia de Jesus é László Polgár S.I., *Bibliographie sur l'histoire de la Compagnie de Jésus, 1901-1980*, 3 volumes, Roma, Institutum Historicum Societatis Jesu, 1981-1990; a lista das obras sobre o Brasil está no volume II, 1986, pp. 80-121, com quase cem títulos escritos por Serafim Leite. Ver, ainda, as listas com os estudos atuais sobre a ordem na revista *Archivum Historicum Societatis Jesu* do Instituto Histórico dos Jesuítas em Roma.

Espalhados em arquivos de diversos países e nem sempre disponíveis aos pesquisadores leigos, esses documentos oficiais e não-oficiais representam um estímulo aos estudos sobre a Ordem dos Jesuítas e, ao mesmo tempo, um desafio a ser vencido pela dificuldade de acesso, coleta e seleção de uma infinidade de dados.

Uma das vantagens de Serafim Leite como membro da Companhia foi justamente o acesso privilegiado aos documentos produzidos pelos jesuítas e preservados nos arquivos e bibliotecas da Ordem. Isto possibilitou a elaboração de uma obra embasada num rico acervo documental e em grande parte inédito, logo transformado numa das grandes atrações da *História*. Além da correspondência epistolar e dos catálogos redigidos desde a fundação oficial da Companhia em 1540, Serafim Leite utilizou relações, informações, crônicas e livros para a elaboração de sua principal obra.

A preocupação com as fontes foi uma das contribuições da escola histórica alemã e da escola metódica francesa, predominantes no século XIX, para a historiografia mundial. Sob este aspecto, a escrita da história dita positivista ou historicizante representou um avanço que levou a uma revolução nas técnicas de investigação e na coleta e uso das fontes, em oposição aos métodos de trabalho adotados pela historiografia especulativa ou “filosófica”. Por outro lado, essas correntes pressupunham a história como uma verdade objetiva, completa e imutável, que refletia fielmente os fatos documentados do passado, isenta de todo fator subjetivo.³¹

Já no “Prefácio” do Tomo I da *História*, Serafim Leite indica seguir o método positivo ou historicizante de trabalho, dando especial atenção ao uso de fontes originais, consideradas por ele essenciais para a verificação da “verdade dos fatos”. Segundo o autor, somente a verdade, alcançada por meio da revisão das fontes históricas, substitui a ficção pela história, refazendo as mentalidades. E conclui: “A história científica é e há-de ser sempre, as datas e os homens, com a sua múltipla actividade no tempo e no espaço. Mediante investigação rigorosa, procura desprender de tudo, com nitidez, a linha geral dos acontecimentos.”³²

Sobre o papel do historiador, o autor ressalta que, em geral, o povo sintetiza e simplifica os fatos em torno de um homem ou um episódio, transformado num símbolo.

31. Considerado um dos principais representantes da escola positivista, Leopold Von Ranke fundamentou o positivismo nos seguintes pressupostos: (1) a história é objetiva, completa e imutável; (2) não existe nenhuma interdependência entre o sujeito (o historiador) e o objeto (a história); (3) o historiador é capaz de ser imparcial; (4) a interpretação é aceita de forma passiva e contemplativa; (5) a reflexão filosófica é inútil e prejudicial, pois introduz a especulação na ciência positiva. Ver, Adam Schaff, “Duas concepções da ciência e da História: o positivismo e o presentismo”, *História e Verdade*, São Paulo, Martins Fontes, 1983, pp. 101-140.

32. Leite, *HCJB*, Tomo I, p. XVI.

Como todo símbolo, bom ou mau, é sempre uma falsificação, a função do historiador consiste em, a partir dos documentos, iniciar a redistribuição necessária, atribuindo a diversas pessoas e lugares os fatos absorvidos pelo símbolo, substituindo-o pela história com a anuência profunda da verdade.³³

Baseado nessa concepção de história como verdade definitiva, hoje posta em questão pela idéia de história como interpretação marcada por um alto grau de subjetividade, Serafim Leite elaborou a sua principal obra. E justificou que, apesar da existência do elemento subjetivo em toda a história humana, há também a objetividade do documento, que pode ser dissecado e visto por todos com absoluta independência.³⁴

As cartas jesuíticas constituem a principal fonte da *História*. Serafim Leite advertiu que a revisão, emenda e cortes dados nos textos das cartas devem ser considerados pelos historiadores críticos - “cujo fim é a pesquisa da verdade histórica acima de intuítos de edificação que justificavam a maior parte daqueles cortes”. E sugeriu o uso das versões originais das cartas ou, na falta delas, das traduções antes das emendas. No caso das cartas do Brasil, o caminho mais comum era: original português - tradução espanhola - tradução italiana - tradução latina.³⁵

Apesar de teoricamente se incluir entre os historiadores que buscavam a “verdade histórica”, a crítica de Serafim Leite aos mecanismos de censura das cartas jesuíticas não teve conseqüências práticas no seu trabalho como historiador da Instituição. O autor selecionou e transcreveu de forma acrítica cartas edificantes inteiras ou parte delas, sem jamais comprometer o fim revisionista de sua tarefa. Também não utilizou as cartas privadas (as *hijuelas*) como fonte, mantendo reservado tudo o que não fosse edificante. O uso das missivas como testemunho verídico e prova documental em defesa dos inicianos marcou toda a redação da *História*. Até quando estabelecia um confronto direto das cartas jesuíticas com outras fontes contrárias aos inicianos, a intenção de Serafim Leite era rebater as críticas desfavoráveis aos jesuítas portugueses, descartando qualquer possibilidade de reavaliar imparcialmente os relatos dos inimigos da ordem.

Mesmo assim, a coleta, organização e publicação das cartas jesuíticas a partir de fontes manuscritas e inéditas foi uma das maiores contribuições de Serafim Leite para a historiografia luso-brasileira. O rigor no uso e citação das fontes consultadas no Brasil e no exterior demonstra ainda a dimensão do conhecimento factual reunido na *História*.

33. Leite, *HCJB*, Tomo I, p. XV.

34. Idem, *ibidem*, p. XIV.

35. Leite, *MHSL, Monumenta Brasiliae I*, p. 59.

Relacionada nos volumes VIII e IX da *História* e publicada ao longo de toda a obra, além da série *Monumenta Brasiliae*, esta restrita às missivas do século XVI, a correspondência epistolar inaciana foi cuidadosamente apresentada por Serafim Leite. Suas indicações incluem um resumo biobibliográfico do autor de cada carta, o arquivo onde ela está preservada, a impressão, se há diversidade de textos e outras informações.

José Honório Rodrigues destacou a importância do método seguido por Serafim Leite na apresentação dos documentos produzidos pelos jesuítas sobre o Brasil. Elogiou a disposição do autor da *História*, evitando assim que as cartas continuassem acessíveis apenas aos eruditos e historiadores, ampliando a sua divulgação. Rodrigues ainda considerou as explicações prévias das cartas essenciais para uma compreensão mais ampla da documentação jesuítica pelos leitores leigos.³⁶

A discussão do conteúdo da imensa correspondência epistolar apresentada na *História* não faz parte de nossos objetivos. Seria também impossível analisar num único trabalho cerca de 5.170 páginas ocupadas em grande parte por textos de cartas jesuíticas dos séculos XVI ao XVIII. Como Serafim Leite seguiu um padrão geral de uso das missivas inacianas como comprovantes oficiais da verdadeira história dos jesuítas no Brasil colonial, listamos então os autores das cartas mais citados na *História*.

Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira lideram como expoentes da Companhia de Jesus, conforme notado anteriormente. Os Sermões de Vieira também ocupam lugar de destaque, juntamente com as centenas de cartas deste religioso. Serafim Leite utilizou ainda cartas de outros jesuítas, escritas entre 1549 e 1760. Entre eles, destacam-se: Luiz da Grã (1523-1609), Provincial do Brasil como sucessor de Nóbrega em 1559; Cristóvão de Gouveia (1542-1622), Visitador do Brasil (1583) e incentivador da produção de escritos por meio de seu secretário Fernão de Cardim; Pero Rodrigues (1542-1628), Provincial do Brasil de 1594 a 1602; Domingos Coelho (1564-1639), Provincial do Brasil pela segunda vez durante a invasão holandesa da Bahia (1638); Alexandre de Gusmão (1629-1724), renomado educador, autor de diversas obras e fundador do Seminário de Belém da Cachoeira; e Gabriel Malagrida (1689-1761), missionário morto como herege pela Inquisição em Lisboa, após o decreto de expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios em 1759.³⁷

36. José Honório Rodrigues, *História e historiografia*, Petrópolis, RJ, Vozes, 2008, p. 216.

37. Sobre Luiz da Grã, ver Leite, *HCJB*, Tomo II, pp. 471-475 e Tomo VIII, pp. 284-285. Sobre Cristóvão de Gouveia, ver Leite, *HCJB*, Tomo II, pp. 489-493 e Tomo VIII, pp. 279-283. Sobre Pero Rodrigues, ver Leite, *HCJB*, Tomo II, pp. 496-504 e Tomo IX, pp. 91-98. Sobre Domingos Coelho, ver Leite, *HCJB*, Tomo VII, pp. 12-14 e Tomo VIII, p. 164-165. Sobre Alexandre de Gusmão, ver Leite, *HCJB*, Tomo VII, pp. 66-71 e Tomo VIII, pp. 289-298. E sobre Malagrida, ver Tomo VIII, pp. 340-350.

Quanto aos catálogos, Serafim Leite observou que o Catálogo de 1568 já se aproximava das normas constitucionais renovadas pela Segunda Congregação Geral (1565), mas ainda era vago quanto ao lugar de nascimento dos membros da ordem. As versões oficiais completas dos catálogos do Brasil só foram regularizadas em 1584.³⁸

Escritos em latim ou traduzidos para o português, os catálogos com as listas do Brasil colonial foram usados para traçar ou confirmar o itinerário de cada membro da Companhia, reproduzir ou elaborar as biografias dos suplementos biobibliográficos da *História*, tirar dúvidas quanto à autoria de escritos produzidos pelos inacianos, indicar datas de chegada e saída dos jesuítas ao Brasil, apresentar a relação dos integrantes e falecidos de toda a Província a cada ano e informar sobre expedições missionárias e assuntos diversos, tais como os livros disponíveis numa biblioteca da Ordem e outros.³⁹

Os catálogos da Companhia ilustram não apenas a preocupação dos jesuítas em registrar a sua própria história, mas de fazer isto de forma extremamente organizada. Até hoje, a organização continua sendo uma das características mais marcantes da Instituição inaciana, facilitando a pesquisa dos escritos autorizados sobre a Ordem.

Sobre as relações, Serafim Leite lembrou que o aumento excepcional do número de jesuítas e de cartas no século XVII inviabilizou a publicação de toda a correspondência epistolar inaciana, abrindo o período das grandes relações. Redigidas na Europa, utilizando como fonte as cartas individuais ultramarinas, as relações traziam descrições físicas, geográficas, sociais, econômicas e culturais das missões e províncias jesuíticas. As da Província do Brasil ainda narravam brevemente ou em detalhes os costumes do gentio, as espécies da flora e da fauna e o desenvolvimento da Colônia.⁴⁰

38. Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae IV*, capítulo I, artigo 1 - catálogos, p. 52.

39. Como exemplos do uso dos catálogos na *História*, ver Leite, *HCJB*, Tomo I, catálogo de 1598, p. 66; catálogo de 1606, p. 196; catálogo de 1610, nota 02, p. 215; catálogo de 1554, p. 276; catálogo de 1574, p. 461; catálogo de 1613, p. 501; “Catálogo das Expedições Missionárias de Lisboa para o Brasil (1549-1604)”, apêndice J, pp. 560-572; “Catálogo Cronológico dos primeiros Jesuítas recebidos no Brasil (1549-1566)”, apêndice K, pp. 573-577; e “Catálogo dos P. P. e Irmãos da província do Brasil em Jan.^{to} de 600”, apêndice L, pp. 578-584. Ver, também, Leite, *HCJB*, Tomo II, “Catálogo dos que este ano foram para o Brasil - Ano 1570”, pp. 256-263; catálogo de 1607, nota 02, p. 475; catálogo de 1610, p. 479; Leite, *HCJB*, Tomo IV, “Catálogo das Expedições Missionárias para o Maranhão e Grã-Pará (1607-1756)”, apêndice A, pp. 333-359; “Catálogo dos Religiosos que tinha a Vice-Província do Maranhão e Pará no ano de 1760”, apêndice C, pp. 363-368; e “Catálogo da Livraria da Casa da Vigia”, apêndice I, pp. 399-410; Leite, *HCJB*, Tomo V, catálogo de 1745, p. 435; “Catalogus Primus Provinciae Brasiliae (1701)”, apêndice D, pp. 581-587; e “Catalogus Rerum Temporalium 1701”, apêndice E, pp. 588-596; Leite, *HCJB*, Tomo VI, “Catálogo das Expedições Missionárias para o Brasil: Séculos XVII-XVIII”, apêndice D, pp. 589-605; Leite, *HCJB*, Tomo VII, nota 04, p. 282; “Catalogus I.^{os} Provinciae Brasiliensis Romam missus a P. Provinciali Ionne Honorato anno 1757”, apêndice F, pp. 421-434; e “Catalogus Brevis Provinciae Brasiliensis an. 1757”, apêndice G, pp. 435-453.

40. Leite, “Os Jesuítas e o primeiro jornalismo no Brasil”, *HCJB*, Tomo IX, apêndice G, pp. 399-400.

As relações biográficas e históricas foram as mais usadas pelo autor da *História*. Uma das mais comentadas foi a então inédita *Breve Relação da vida e morte do P. José de Anchieta, 5.º Provincial que foi do Brasil, recolhida por o P. Quirício Caxa, por ordem do P. Provincial Pero Roiz no ano de 98*. Esta obra foi publicada pela primeira vez na *Brotéria* em 1934 por Serafim Leite, que também atribuiu à Quirício Caxa (1538-1599) a autoria do *Discurso das Aldeias*, citado inúmeras vezes na *História*.⁴¹

Além de transcrever trechos de relações de vários escritores para compor o seu discurso histórico a favor dos jesuítas, o autor publicou duas delas como apêndices da *História*, possibilitando o acesso de outros pesquisadores ao texto integral desses documentos. Uma delas, a *Relação da Província do Brasil, 1610* escrita pelo cronista Jácome Monteiro, constitui um dos mais detalhados relatos sobre a Colônia lusitana.⁴²

Do mesmo modo que explorou as relações, Serafim Leite usou as informações e crônicas da Companhia de Jesus. Escritas sob a forma de cartas desde o século XVI, as informações davam um conhecimento geral da atuação dos jesuítas em toda a Província. Esses compêndios relatam aspectos da vida cotidiana e missionária locais, incluindo a situação política das capitanias, a produção nos engenhos de açúcar, a conversão e os costumes dos índios, o trabalho dos jesuítas nos aldeamentos indígenas e colégios da ordem, as condições sociais, religiosas, climáticas, geográficas e outras informações. Consideradas uma forma primitiva da crônica brasileira, as informações jesuíticas representam um dos mais fidedignos registros históricos sobre o Brasil colonial. Entre

41. Quirício Caxa nasceu na Espanha e entrou na Companhia de Jesus em 1559. Mestre em Artes, embarcou para o Brasil em 1563, onde exerceu como principal ocupação a profissão de Professor. Leite, *HCJB*, Tomo VIII, pp. 158-159. Ver, também, Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. 65-66. Sobre a autoria do *Discurso das Aldeias*, manuscrito preservado no Arquivo Geral da Companhia em Roma com o título de *Informação do Brasil e do discurso das Aldeas e mau tratamento que os índios receberam sempre dos Portugueses e ordens del Rei sobre isso*, ver Leite, *HCJB*, Tomo I, p. XXVII. Serafim Leite comentou que o *Discurso das Aldeias*, assim como muitos outros documentos da segunda metade do século XVI, são um requisitório contra os mamelucos. Os filhos dos portugueses com as índias eram considerados os maiores inimigos dos naturais da mesma terra; daí serem geralmente englobados nas crônicas com a denominação de Portugueses. Ver, Leite, *HCJB*, Tomo II, nota 02, p. 217. Para a leitura das citações da *Breve Relação* de Caxa, ver, Leite, *HCJB*, Tomo II, p. 486; p. 527; p. 533; p. 542; p. 553 e p. 558. Serafim Leite também utilizou alguns trechos de cartas de Caxa como fonte nos Tomos I (páginas 27, 96, 101, 198, 207 e 209) e II (páginas 34, 103, 189, 286-289, p. 304, 311, 327 e 364) da *História*. Sobre o debate de Nóbrega versus Caxa a respeito da liberdade dos índios baseado nas ambigüidades teóricas da interpretação de liberdade e *dominium* de São Tomás de Aquino, ver excelente estudo de José Eisenberg intitulado “A escravidão voluntária dos índios” in Eisenberg, *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, pp. 125-166. O conceito de direito subjetivo utilizado por Caxa para justificar a escravidão voluntária teve grande influência sobre a formalização posterior deste conceito pelo teólogo jesuíta Luis de Molina (c. 1592).

42. Jácome Monteiro, “Relação da Província do Brasil, 1610”, in Leite, *HCJB*, Tomo VIII, pp. 393-425. Sobre Jácome Monteiro, ver Leite, *HCJB*, Tomo VIII, p. 380. Ver, também, “Relação das cousas do Rio Grande do sítio e disposição da terra (1607)” in, Leite, *HCJB*, Tomo I, apêndice I, pp. 557-559.

tantas outras, Leite destacou a *Informação das Terras do Brasil*, escrita pelo Padre Manuel da Nóbrega na Baía em agosto de 1549; a famosa *Informação do Brasil e de suas Capitânicas*, escrita pelo Padre José de Anchieta no ano de 1584; e a *Informação do Colégio do Rio de Janeiro pelo P. Antonio de Matos, 1619*, escrita, conforme indica o título, pelo padre cronista Antonio de Matos. Serafim Leite também publicou na íntegra várias informações, que podem servir de fonte para estudos sobre a história do Brasil.⁴³

Já as crônicas jesuíticas comportam narrativas históricas contemporâneas sobre acontecimentos, missões, colégios, pessoas e lugares. Conforme o grau de elaboração da narração, o cuidado no uso das fontes e o valor informativo de cada escrito, as crônicas ainda podiam ser intituladas de cartas ânuas, informações, relações ou notícias, a exemplo da *Relação* de Jácome Monteiro e da *Informação* de Antônio de Matos, ambos considerados cronistas menores da Companhia de Jesus.

José Honório Rodrigues classificou a crônica jesuítica em missionária, geral menor e geral maior. Segundo o historiador, a crônica missionária ganhou impulso com a criação em Roma da “Congregação Propaganda Fide”. Fundada em 1622 com o objetivo de formar o clero secular missionário para defender a fé católica nos territórios de missão, a Propaganda Fide inspirou os cronistas da ação missionária inaciana a expandir a fé católica e as atividades missionárias no Brasil.⁴⁴

Os cronistas missionários escreveram relatos contemporâneos sobre as missões da Companhia, deixando registros sobre a conversão do nativo, o conflito com os paulistas favoráveis à escravização dos índios e outras informações relevantes sobre a etnografia e a natureza das regiões do Brasil. Uma das crônicas missionárias mais conhecidas do Brasil foi encontrada por Serafim Leite sem assinatura no Arquivo Geral da Ordem: a *Relação da Missão dos Carijós*, cuja autoria atribuiu ao Padre Jerônimo Rodrigues.

43. Para a leitura da *Informação* de Nóbrega, ver Leite, *Monumenta Brasiliae I*, pp. 145-154. Para ler a *Informação* de Anchieta, ver *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*, Coleção Afrânio Peixoto, III volume de *Cartas Jesuíticas*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1933, pp. 301-334. E a do Padre Antonio de Matos, ver, Leite, *HCJB*, Tomo VI, apêndice A, pp. 563-568. Sobre Antônio de Matos, ver Leite, *HCJB*, Tomo VIII, pp. 357-358. Ver, também, “Enformación delas tierras del Macucu para N. P. General [Enviada pelo Visitador Cristóvão de Gouveia – 1585]” in Leite, *HCJB*, Tomo I, apêndice F, pp. 548-549; “Informação dos Casamentos dos Índios do P^o fr^{co} Pinto, s/d, século XVI in Leite, *HCJB*, Tomo II, apêndice E, pp. 625-626; Pero Rodrigues, “Informação do Rio do Maranhão e do grãde Rio Pará (1618)” e Manoel Gomes, “Informação da Ilha de S. Domingos, Venezuela, Maranhão e Pará (1621) in Leite, *HCJB*, Tomo III, apêndices A e B respectivamente, pp. 425-431; “Informação do Maranhão, Pará e Amazonas, para El-Rei do P. Visitador Manuel de Seixas [13 de Junho de 1718] in Leite *HCJB*, Tomo IV, apêndice G, pp. 387-394; e João Pereira [Provincial], “Informação para a Junta das Missões de Lisboa, 1702 (Carácter informativo e econômico) in Leite, *HCJB*, Tomo V, apêndice A, pp. 569-573.

44. Rodrigues, *História da História do Brasil. 1ª parte: Historiografia Colonial*, p. 272. Sobre a Congregação Propaganda Fide, sediada no Vaticano, ver <www.fides.org>. Acesso em 29/05/2008.

A Missão dos Carijós (1605-1606) foi empreendida pelos Padres Jerônimo Rodrigues e João Lobato para catequizar os índios da costa sul brasileira, de Santa Catarina ao Rio da Prata. O autor da *História* lembrou que a primeira intervenção dos Jesuítas a favor dos índios do Brasil foi para libertar índios Carijós do sul da Capitania de São Vicente. O pedido de “libertação” dos índios (chamados na época de “negros” em oposição aos brancos) foi feito pelo Padre Manuel da Nóbrega ao governador-geral Tomé de Sousa. Uma vez libertados, os índios ficariam sob os cuidados dos jesuítas.⁴⁵

Rodrigues ainda distinguiu os cronistas gerais menores dos maiores. Os cronistas menores tratavam dos sucessos gerais das missões inacianas na Província do Brasil, descrevendo-as em informações e relações contemporâneas. Os cronistas maiores já faziam crônicas, apresentando narrativas históricas mais elaboradas no uso das fontes e bibliografia e na exposição cronológica das atividades religiosas da ordem no Brasil.⁴⁶

A lista de cronistas jesuítas gerais menores citados na *História* inclui, entre outros, Jácome Monteiro, Antônio de Matos, Jacinto de Carvalho (que escreveu sobre as Missões do Maranhão nos anos 1720), Bento da Fonseca (cronista da Vice-Província do Maranhão, especialista na questão indígena e no problema de limites e demarcações de terras entre domínios portugueses e espanhóis no século XVIII) e Domingos de Araújo (autor da *Chronica da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão* nos anos 1710, na qual descreveu as missões dos índios do Maranhão até 1661). A de cronistas gerais maiores, tem Simão de Vasconcelos e João Felipe Bettendorff como referências essenciais.⁴⁷

45. Ver Leite, *HCJB*, Tomo I, p. 322. Para a leitura da *Relação da Missão dos Carijós*, ver Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, pp. 196-246.

46. Rodrigues, *História da História do Brasil. 1ª parte: Historiografia Colonial*, p. 277.

47. Sobre Jacinto de Carvalho, ver Leite, *HCJB*, Tomo VIII, pp. 149-153. Ver, também, Jacinto de Carvalho, “Cópia da Representação que se fez a S. Majestade sobre a isenção do ordinário no tocante às visitas dos Missionários em 1727” e “Parecer do Padre Jacinto de Carvalho, Visitador Geral das Missões da Companhia de Jesus, sobre a forma que se deve observar no descimento dos índios para fornecimento das Aldeias, e para o serviço dos moradores nas suas fazendas conforme as cartas de S. Majestade em 1718, e deste presente ano de 1728”, in Mello Moraes, *Chorographia Histórica, Chronographica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Brasileira, 1859-1863, vol. IV, pp. 376-400 e pp. 341-343, respectivamente. Outra obra importante de Padre Jacinto é a “Relação das Missões do Estado do Maranhão, feitos pelo P. Jacinto de Carvalho”, usada como fonte até então inédita por Serafim Leite no volume IV da *HCJB*, adquirida no acervo do Archivum Societatis Iesu Romanum, série *História Brasiliensis 1700-1756*, 21 de março de 1719, documento 204. Sobre Bento da Fonseca, ver Leite, *HCJB*, Tomo VIII, pp. 243-252. Ver, também, Bento da Fonseca, “Catálogo dos primeiros religiosos da Companhia da Vice-Província do Maranhão como notícias históricas pelo jesuíta Bento da Fonseca”, “Notícia do Governo temporal dos índios do Maranhão e das Leys e Razões porque os senhores Reis o commeteram aos missionários, e em que consiste o dito governo, chamado temporal, que exercitaram os missionários sobre os índios” e “Maranhão conquistado a Jesus Cristo, Cap. 6.º: Descrevem-se as terras do Cabo do Norte e a verdadeira divisão dos domínios de Portugal e França na Colônia de Caena”, in Mello Moraes, op. cit., vol. III, pp. 32-37; vol. IV, pp. 122-186 e vol. II, pp. 213-219, respectivamente. Sobre Domingos de Araújo, ver Leite, *HCJB*, Tomo VIII, p. 63.

Simão de Vasconcelos (1597-1671) foi um dos precursores do ufanismo e da exaltação das virtudes do Brasil, visto por ele como um “Paraíso na América”. Sua principal contribuição para a historiografia brasileira foram três obras biográficas que abrangem a história da Companhia de Jesus no Brasil entre 1549 e 1653, baseada em fontes do século XVI e em depoimentos contemporâneos do século XVII.⁴⁸ Na primeira - a *Chronica da Companhia de Jesus* - Vasconcelos fez uma narrativa sobre as missões, fundações e obras dos jesuítas entre 1549 e 1570, acompanhando a vida de Manuel da Nóbrega no Brasil. Ele introduziu a *Chronica* com as “Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das cousas do Brasil”, uma descrição das qualidades da terra e da natureza locais. Na segunda obra - a *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta* (1534-1597)-, completou o cenário da atuação dos jesuítas no século XVI no Brasil, seguindo os passos de José de Anchieta. Na terceira - a *Vida do P. João d’Almeida* (1572-1653) -, relatou a vida do Padre Almeida, descrevendo as missões e várias regiões brasileiras a partir de processos autênticos da época.

Os escritos de Simão de Vasconcelos foram amplamente abordados por Serafim Leite. Inúmeros trechos copiados ou baseados nas cartas e principais obras do cronista ajudaram a compor a narrativa da *História*, esclarecendo dúvidas em relação aos índios, confirmando ou divergindo de dados expostos nas missivas de outros inicianos ou ainda completando informações sobre a vida de Nóbrega, Anchieta, Mem de Sá e outros.

João Felipe Bettendorff (1625-1698) escreveu a *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão*, além de cartas e do *Compêndio da Doutrina Christã na Língua Portuguesa e Brazílica*, no qual pretendeu uniformizar o ensino do catecismo aos índios. Na sua crônica, descreveu o imenso Estado do Maranhão (criado em junho de 1621) e suas missões de 1607 até 1698.⁴⁹

48. Simão de Vasconcelos nasceu na cidade do Porto e ingressou na Companhia de Jesus em 1615. Fez a profissão solene na Baía em 1636. Era Mestre em Artes e foi Pregador e Professor de Humanidades e de Teologia Especulativa e Moral. Exerceu grande influência no Brasil, dentro e fora da Ordem dos Jesuítas, atuando como confessor de Vice-Reis e pacificador de conflitos entre famílias poderosas da sua época. Era um padre adepto da ostentação e gastava muito com obras do culto e para os pobres, se tornando o principal promotor da construção da Igreja do Colégio da Baía, atual Catedral Basílica. Leite, *HCJB*, Tomo IX, pp. 173-174. Como exemplo de algumas referências ao Padre Simão de Vasconcelos, ver Leite, *HCJB*, Tomo I, nota 01, p. 290; nota 03, pp. 291-292; p. 319; p. 338; nota 03, pp. 373-374; pp. 386-387 e nota 02, p. 425. Ver, também Leite, *HCJB*, Tomo II, p. 26; pp. 36-40; pp. 104-110; pp. 150-153; pp. 238-240; pp. 317-328; pp. 409-412 e pp. 462-467.

49. João Felipe Bettendorff nasceu em Luxemburgo e entrou na Companhia em 1647. Graduado em Artes e Direito Civil na Europa, foi enviado para a Missão do Maranhão em 1660, graças ao prestígio de Antônio Vieira. No Brasil, se tornou a personalidade mais importante da Missão do século XVII, depois de Vieira e do Padre Luiz Figueira. Iniciou a vida missionária nas Aldeias do Rio Amazonas, mas logo passou a ocupar cargos de governo. Culto e poliglota, o religioso passou os últimos anos de sua vida escrevendo a sua *Chronica*. Faleceu em 1698, no Colégio do Pará. Leite, *HCJB*, Tomo VIII, pp. 98-99.

Ao comentar sobre os cronistas da Amazônia, parte do Estado do Maranhão no século XVII, Serafim Leite advertiu que a substância dos fatos narrados por Bettendorff é correta, mas as datas nem sempre, pois a obra foi escrita décadas após o período que descreve. Observou também que o cronista deu mais atenção aos acontecimentos de sua preferência, deixando de lado outros fatos e pessoas relevantes. Leite ressaltou que essas falhas e confusões da *Chronica* foram corrigidas por outros documentos autênticos da época, servindo assim de fonte sobre o norte do Brasil para a redação da *História*.⁵⁰

Outro tipo de fonte utilizado por Leite foram os livros de história, escritos do século XVI ao século XX, tanto por religiosos quanto por leigos, amigos e inimigos da Companhia de Jesus. Serafim Leite utilizou como referências bibliográficas inúmeras obras impressas dos mais renomados historiadores brasileiros e estrangeiros, que escreveram sobre o Brasil colonial até aproximadamente o início da redação da *História*, em 1933. Um deles foi também grande inimigo da Companhia de Jesus: Gabriel Soares de Sousa, autor do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Considerado o texto mais completo sobre o Brasil do século XVI, o livro descreve a costa e as grandezas do Brasil e, em especial, a história da colonização da Bahia, com informações sobre a geografia, as ilhas, os índios Tupinambá, a agricultura e os engenhos de açúcar da Baía de Todos os Santos e seu Recôncavo. Entretanto, a obra mais citada de Sousa foram os seus *Capítulos*, escrito em 1587 e contra-atacado pelos jesuítas em 1592. Diferentemente do seu trabalho historiográfico, os *Capítulos* constituem uma obra política e partidária, na qual o colono português defende seus interesses econômicos criticando o uso da mão-de-obra indígena pelos inácianos.

Assim como o *Tratado* de Sousa, Serafim Leite usou passagens de outros livros para compor a narrativa factual dos Tomos I e II da *História*, sem maiores comentários. Entre eles, citou alguns trechos da *História da Província de Santa Cruz* (1576), escrita por Pero de Magalhães Gândavo; e do *Novo Orbe Seraphico Brasilico* ou *Chronica dos Frades Menores* (1761) de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. Fez ainda dezenas de referências aos escritos do historiador jesuíta Fernão Cardim (1549-1625).⁵¹

50. Leite, *HCJB*, Tomo IV, pp. 317-318. Sobre as principais referências à Bettendorff, ver Leite, *HCJB*, Tomo III, pp. 118-130; p. 139; pp. 145-150; pp. 162-163; pp. 188-190; p. 211; pp. 261-303; pp. 348-351 e pp. 359-393. Ver, também, Leite, *HCJB*, Tomo IV, p. 147; pp. 225-227; pp. 271-275 e pp. 313-316.

51. Fernão Cardim nasceu em Portugal e ingressou na Companhia em 1566. Embarcou para o Brasil em 1583, como secretário do Visitador Cristóvão de Gouveia e fez a profissão solene na Baía em 1588. Foi Reitor do Colégio da Baía e do Rio de Janeiro. Em 1601, voltando de Roma, foi preso por piratas ingleses e levado para Londres. Libertado, retornou ao Brasil em 1604 e foi Provincial até 1609. Era novamente Reitor do Colégio da Baía, quando da ocupação holandesa de 1624. Considerado uma das maiores figuras da Companhia, morreu na Aldeia de Abrantes, na Bahia, em 1625. Leite, *HCJB*, Tomo VIII, pp. 132-133.

Cardim escreveu cartas e três obras publicadas conjuntamente em 1925 e 1933, sob o título de *Tratados da Terra e Gente do Brasil: Do Clima e Terra do Brasil - E de algumas cousas notaveis que se achão assi na Terra como no Mar*, na qual descreve a flora e a fauna brasileiras; *Do princípio e origem dos Indios do Brasil – E de seus costumes, adoração e cerimônias*, uma estudo essencialmente etnográfico; e *Informação da missão do P. Christovão Gouvêa ás partes do Brasil – Anno de 83 ou Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica*.⁵² As duas primeiras foram publicadas pela primeira vez em inglês, na coletânea de Samuel Purchas em 1625 e só tiveram edições portuguesas na década de 1880. A *Narrativa Epistolar*, publicada inicialmente por Varnhagen em 1847, relata uma missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo) e outros locais, de 1583 a 1590, tendo como Visitador o Padre Cristóvão de Gouveia. A obra foi escrita em duas cartas dirigidas ao Provincial de Portugal pelo secretário do visitador Fernão Cardim e constitui a sua principal narrativa histórica.

Serafim Leite confirmou ainda ser do Padre Cardim a autoria da *Informação da Província do Brasil para Nosso Padre* (da Baía, último de Dezembro de 1583) e não de Anchieta, como dizia Capistrano de Abreu. Apesar de assinada pelo Visitador Gouveia, o autor da *História* esclareceu essa dúvida após encontrar o documento original no Arquivo Geral da Companhia, além de reconhecer nele o estilo de carta de Cardim.⁵³

Outras duas obras de religiosos prestigiadas na redação da *História* foram a *História do Brasil* (1627) do franciscano Frei Vicente do Salvador (c. 1564-1639) e *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas* (1711) do jesuíta João Antônio Andreoni (1649-1716), na qual o autor usou o pseudônimo de André João Antonil. Baseado em testemunho direto ou em depoimentos ouvidos de homens das primeiras gerações do Brasil, o livro de Frei Vicente conta a história da Colônia do descobrimento até 1627, destacando a Bahia e Pernambuco. Descreve naturalmente a terra, as capitânicas, os governadores-gerais, a luta contra os índios, o conflito com corsários ingleses e franceses, a guerra holandesa na Bahia e a conquista do Maranhão. Serafim

52. Ver, Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/USP, 1980. A publicação de 1933 pela Editora J. Leite do Rio de Janeiro e Companhia Editora Nacional de São Paulo aproveitou as notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia da edição de 1925. Como exemplo das referências aos estudos de Fernão Cardim, ver Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. 54-56; pp. 91-93; pp. 102-103; pp. 173-180; p. 208; pp. 241-244; p. 279; pp. 315-316; pp. 453-456 e pp. 480-481. Ver, também, Leite, *HCJB*, Tomo II, pp. 15-19; pp. 36-37; pp. 84-85; pp. 97-101; p. 184; pp. 296-297; pp. 353-354; p. 549 e p. 594.

53. Serafim Leite, “Fernão Cardim autor da Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre”, de 31 de dezembro de 1583, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1945.

Leite contestou quase todos os episódios relatados pelo franciscano, alegando que o frei “como de costume não cita fontes.”⁵⁴ O autor da *História* criticou todos os escritores de fora e, às vezes, de dentro da Companhia, em discordância com as fontes jesuíticas, sem cogitar a possibilidade de erros por parte dos inacianos.

Do jesuíta João Antônio Andreoni, Leite aproveitou mais as cartas que o livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. Logo após a sua impressão, a obra foi retirada de circulação por ordem régia. Antonil fazia propaganda das riquezas do Brasil (açúcar, tabaco, gado, couro e minas de ouro) e o governo queria evitar a cobiça de estrangeiros. A Colônia atravessava ainda uma fase de mudanças sociais e econômicas, estimuladas pela descoberta das minas no final do século XVII.⁵⁵

Entre as obras do século XIX, Leite cita a *História do Brasil* (1810) de Robert Southey; e a *História geral do Brasil* (1854-1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, publicada em cinco volumes. O amplo conhecimento de Serafim Leite abarcava livros de autores brasilianistas, a exemplo dos seis volumes da obra do historiador inglês Southey que, de fato, nunca esteve no Brasil. Em relação a ele, Leite corrigiu alguns equívocos, criticou a inclusão de certos fatos da América Espanhola na América Portuguesa e reclamou da displicência do inglês, que era protestante, no uso de documentos sobre religiosos.⁵⁶

Um dos historiadores mais citados na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Varnhagen tem muitos traços em comum com Serafim Leite: a valorização da colonização portuguesa, a percepção do Brasil como uma criação do civilizado Império ultramarino português, a preocupação com as fontes históricas, a pesquisa metódica, a interpretação conservadora e tradicional da história, o conceito de verdade histórica e o prestígio nos meios cultos, em especial, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁵⁷

54. Leite, *HCJB*, Tomo I, nota 01, p. 240. Sobre as críticas ao Frei Vicente do Salvador, ver, também Leite, *HCJB*, Tomo I, nota 02, p. 346; nota 02, p. 440 e p. 483; e idem, *HCJB*, Tomo II, pp. 176-177.

55. João Antônio Andreoni nasceu na Itália e ingressou na Companhia em Roma em 1667. Administrador e economista, Antonil estudou Direito Civil e veio para o Brasil com o Padre Antônio Vieira, em 1681. Fez a profissão solene na Baía em 1683, recebida pelo Padre Alexandre de Gusmão. Exerceu as funções de Professor de Retórica e Secretário do Visitador Geral Antônio Vieira e de alguns Provinciais durante muitos anos. Foi Pregador, Reitor, Provincial e participou ativamente das controvérsias de seu tempo, manifestou-se contra as idéias de Vieira - defensor dos índios e não dos mamelucos que escravizavam os nativos. Faleceu na Baía, em 1716. Como exemplo de referência ao livro de Antonil, ver Leite, *HCJB*, Tomo VI, pp. 195-196. Sobre o livro, ver artigo de Janice da Silva, “Cultura e opulência do Brasil”, André João Antonil, in Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico* 1, pp. 55-73.

56. Ver Leite, *HCJB*, Tomo I, nota 01, p. 371; Tomo VI, nota 02, p. 249; e Tomo IV, nota 01, p. 207.

57. Sobre a obra de Varnhagen, ver excelente artigo de Lucia Maria Paschoal Guimarães, “História geral do Brasil”, Francisco Adolfo de Varnhagen in Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico* 2, São Paulo, Editora Senac, 2002, pp. 75-96. Ver, também, José Carlos Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp. 21-50.

Contudo, o biógrafo da Ordem dos Jesuítas não simpatizava com o Visconde de Porto Seguro, embora mencione vários trechos de sua obra. Serafim Leite discordava totalmente da maneira como o visconde se referia aos índios brasileiros. Insensível ao cativo e atrocidades cometidas pelos colonos portugueses contra os nativos do Brasil, Varnhagen estava na contramão da “liberdade” dos índios defendida pelos jesuítas. A aversão ao tratamento dispensado por Varnhagen aos indígenas brasileiros perpassa todo o texto da *História*. Já em 1938, quando publicou o primeiro volume de sua obra monumental, Serafim Leite lembrou: “Não esqueçamos a antipatia de Porto Seguro para com os Índios e os Jesuítas.”⁵⁸

Dos autores do século XX, além do Padre Francisco Rodrigues com a *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* (1931-1950), Serafim Leite destacou Capistrano de Abreu, com os *Capítulos de história colonial* (1907); e Afonso de Taunay, com os onze volumes da *História geral das bandeiras paulistas* (1924-1950).

Os elogios a Capistrano de Abreu começam no Tomo I da *História*. Serafim Leite fez muitas referências positivas às interpretações do escritor e observou:

Disse um dia Capistrano de Abreu, que seria presunçoso quem quisesse escrever a história do Brasil, sem se escrever antes a história da Companhia de Jesus no Brasil. Já lá vão mais de 30 anos. A afirmação do maior historiador brasileiro vale, ainda hoje, apesar dos grandes passos dados depois dela, não só para a história orgânica, em si, inexistente até agora, como para a documentação que pressupõe.⁵⁹

Repetida inúmeras vezes em diversos textos de Serafim Leite, essa afirmação de Capistrano de Abreu exercia um verdadeiro fascínio sobre os incentivadores da Ordem dos Jesuítas. A admiração dos inicianos pelo historiador vinha principalmente do reconhecimento, feito por ele nos seus *Capítulos*, do relativo êxito do projeto missionário da Companhia no processo de colonização portuguesa, apesar das pressões a favor da escravidão dos índios.

58. Leite, *HCJB*, Tomo I, p. 510. Ver, também, Leite, *HCJB*, Tomo V, nota 01, p. 407. Ainda em 1945, Serafim Leite reforçava a insegurança de Varnhagen quando se tratava de Jesuítas e Índios do Brasil.

59. Leite, *HCJB*, Tomo I, p. XIV. Sobre os *Capítulos* de Capistrano, ver excelente artigo de Ronaldo Vainfas intitulado “Capítulos de história colonial”, Capistrano de Abreu in Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico* 1, pp. 171-189. Ver, também, Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, pp. 83-114. Como referência, ver Leite, *HCJB*, Tomo I, nota 03, p. 383 e p. 416.

Afonso de Taunay escreveu uma obra gigantesca embasado em documentos inéditos coletados em arquivos brasileiros, portugueses e espanhóis. Sabia como poucos distinguir a colonização portuguesa da espanhola e foi reconhecido por Serafim Leite como “o homem que melhor conhece a história paulista.”⁶⁰ O autor da *História* citou um grande número de passagens da *História geral das bandeiras paulistas*, considerada até hoje uma referência obrigatória para o estudo sobre a questão da escravidão indígena. Taunay reconstituiu detalhadamente os conflitos de paulistas e jesuítas entre 1640 e 1653; e atribuiu o mérito da formação territorial do Brasil ao bandeirismo, embora sem nenhum caráter povoador, promovendo inclusive a destruição das reduções jesuíticas sob a jurisdição da Espanha.

O sociólogo Gilberto Freyre e o historiador Sérgio Buarque de Holanda completam as referências bibliográficas da obra de Serafim Leite, mais pela sua importância para a historiografia brasileira da época do que pela influência exercida sobre o padre historiador. Ambos foram citados apenas duas vezes na *História*: Freyre nos Tomos I e II (1938) e Buarque de Holanda no Tomo VI (1945).

Autor de *Casa Grande & Senzala* (1933) e de vários outros livros, Freyre se aproximava de Serafim Leite e Varnhagen pelo valor dado ao processo de colonização portuguesa do Brasil. Escrito três anos depois das mudanças políticas de 1930, o livro estava inserido no debate sobre a formação nacional. Leite considerava Freyre um “inimigo da nossa religião” e dizia que ele acertava ao elogiar a cultura portuguesa, mas errava ao acusar injustamente os Jesuítas de repelir os homens de cor.⁶¹

Já com Buarque de Holanda, Serafim Leite manteve uma boa relação profissional e pessoal. Autor de *Raízes do Brasil* (1936), obra de referência sobre a questão da identidade nacional, o historiador dirigia o Setor de Publicações do Instituto Nacional do Livro, quando da edição de oito tomos da *História* (1943-1950) por esta Instituição.⁶²

60. Leite, *HCJB*, Tomo I, nota 02, p. 307. Ver, também, Leite, *HCJB*, Tomo VI, nota 01, p. 403. Sobre a obra de Taunay, ver a análise de Wilma Peres Costa, “História geral das bandeiras paulistas”, Afonso D’Escagnolle Taunay in Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico* 2, pp. 97-121.

61. Leite, *Brotéria*, volume XXIV, 1937, p. 585. Sobre as críticas de Leite ao sociólogo, ver Leite, *HCJB*, Tomo I, nota 02, p. 92; e idem, *HCJB*, Tomo II, nota 03, p. 374. Sobre o livro de Freyre, ver Sandra Pesavento, “Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freyre” e Juremir da Silva, “Gilberto Freyre, o clássico injustiçado” in Gunter Axt e Fernando Schüller (orgs.), *Intérpretes do Brasil*, Porto Alegre, RS, Artes e Ofícios, 2004, pp. 177-191 e pp. 202-213, respectivamente; Elide Bastos, “Casa-Grande & Senzala”, Gilberto Freyre in Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico* 1, pp. 215-234; e Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, pp. 51-82.

62. Para as duas referências à Buarque de Holanda, ver Leite, *HCJB*, Tomo VI, p. 231 e p. 357. Sobre a obra do escritor, ver Basílio Sallum Jr. “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda in Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico* 1, pp. 235-256; e Reis, op. cit., pp. 115-143.

Publicados durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas (1930 a 1945), marcado pela derrubada de princípios “liberais” republicanos, os livros *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* desempenharam um papel fundamental na construção de uma identidade nacional, com diferentes interpretações da história do Brasil.

Gilberto Freyre concebeu a sociedade brasileira a partir da articulação de três elementos definidores da formação nacional: o patriarcado, a interpenetração de etnias e culturas e o trópico. Elogiou a adaptação do português ao trópico e defendeu a idéia, ainda hoje criticada, de que o Brasil era uma democracia social por ser uma democracia racial. Partindo da afirmação que a população brasileira se formou a partir das raças branca, índia e negra, Freyre discordou do princípio da superioridade científica de uma raça sobre a outra e considerou o negro culturalmente superior ao índio.

Assim como Freyre, Serafim Leite elogiou a adaptação do português aos trópicos, acrescentando que qualquer outra civilização diferente da latina, no caso, da portuguesa, fracassaria na colonização do Brasil, como sempre fracassou nos climas tropicais. Mas ao contrário de Freyre, o historiador jesuíta considerava inútil debater sobre a sobrevivência de culturas. Leite tinha as culturas indígenas e africanas como inferiores à portuguesa e via como positiva a degradação das mesmas em contato com a civilização européia.⁶³ Deste ponto crucial decorre a qualificação de “inimigo da nossa religião”, dada a Freyre pelo autor da *História*. Freyre responsabilizou a Companhia de Jesus pela destruição sutil e sistemática das culturas nativas do Brasil colonial por meio da evangelização, catequese e dos aldeamentos, acusando-a de impor a moral católica, os costumes e as convenções européias aos índios.⁶⁴

Apesar de verdadeira, a crítica de Freyre aos Jesuítas daquela época merece uma observação. Somente nas últimas quatro décadas, a questão da preservação das culturas indígenas e africanas passou a ser discutida no país; até então, prevaleceu uma idéia de superioridade científica e depois cultural dos europeus sobre índios e negros no Brasil.

Buarque de Holanda sugeriu que a identidade brasileira - produto da colonização européia, mas que não se amolda bem à sua herança-, estava em processo de construção. Atribuiu o sucesso da colonização ao espírito aventureiro e à facilidade com que os portugueses se adaptaram aos trópicos. E destacou a “cordialidade” (a hospitalidade, a generosidade e a conduta emotiva) como a contribuição brasileira para a civilização.⁶⁵

63. Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. XIII-XIV.

64. Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1943, pp. 212-219.

65. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 146-147.

Voltando à *História da Companhia de Jesus no Brasil*, a coleta de tamanha documentação só foi possível graças ao respaldo financeiro, à organização e à estrutura da Companhia. Em 1933, Leite percorreu os arquivos e bibliotecas de Portugal, Itália, Espanha, França, Bélgica e Holanda, recolhendo deles toda a documentação necessária para a elaboração de sua obra, em verbetes ou fotocópias. Em 1934, veio estudar nos arquivos do Brasil, visitando São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará.⁶⁶

O autor conta que, até 1934, suas pesquisas foram custeadas pela Província Jesuítica Portuguesa, embora esta fosse muito pobre, uma vez que todos os seus bens haviam sido confiscados em 1910. A partir de então, passou a financiar sozinho seu trabalho como historiador e o de mais dois secretários auxiliares, com os resultados obtidos de seus livros já publicados, prêmios recebidos e de outras atividades.⁶⁷

Além de assumir inicialmente as despesas de viagens e outros custos necessários para a produção da *História*, a Companhia dispunha de residências e colégios em todos os países que abrigavam arquivos e bibliotecas consultados pelo autor, proporcionando hospedagem e condições especiais de pesquisa e acesso aos documentos inicianos.

As principais fontes da *História* foram coletadas no *Archivum Societatis Iesu Romanum*. O acervo romano incluía alguns documentos publicados, mas a maior parte permanecia inédita e manuscrita. Serafim Leite foi o primeiro a ter acesso aos documentos referentes ao Brasil no Arquivo Geral da Ordem. O autor fez questão de observar que os arquivos da Companhia sempre estiveram abertos aos jesuítas e a todos com credenciais suficientes para o estudo da história, embora saibamos que, na prática, a maioria dos documentos continua de difícil acesso ou inacessível ao público leigo.⁶⁸

No arquivo de Roma, muitos documentos do século XVI estavam escritos em latim ou castelhano e foram traduzidos pelo autor. Entre os problemas encontrados na documentação, Serafim Leite destacou a dificuldade para determinar a idade correta dos padres e as mudanças da ortografia. Nos arquivos do Brasil, examinou documentos importantes dos séculos XVII e XVIII sobre a Companhia, mas nenhuma fonte inédita do século XVI. E concluiu que os arquivos brasileiros sofreram vários atentados, com o desaparecimento de muitos manuscritos citados, por negligência, descuidos dos próprios jesuítas, cupim, naufrágios ou durante a invasão holandesa e a perseguição pombalina.⁶⁹

66. Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. XX-XXI.

67. *A Noite*, Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1939, p. 02. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil.

68. *Ibidem*.

69. Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. XIX-XXIV.

É inegável a importância do trabalho realizado por Serafim Leite na coleta e organização de tamanha documentação da Companhia de Jesus, publicada em inúmeras obras e ainda hoje utilizada como fonte por outros pesquisadores. Porém, não podemos esquecer que somente as fontes jesuíticas oficiais foram divulgadas. O autor não citou nem publicou parte dos manuscritos lidos ou usados na elaboração da *História*, assim como nenhum outro documento jesuítico considerado não edificante pela censura da ordem. Desta forma, sustentou sua argumentação quase exclusivamente em documentos autorizados dos séculos XVI, XVII e XVIII, interpretados sempre a favor dos inacianos contemporâneos dos fatos narrados e, em especial, dos padres portugueses tradicionais. Essa interpretação oficial em defesa da Companhia pode ser criticada, mas não diminui o mérito de Serafim Leite como historiador. Afinal, ele aceitou escrever a *História da Companhia de Jesus no Brasil* de acordo com os objetivos, interesses e destinatários estabelecidos pelos seus Superiores, cumprindo rigorosamente o compromisso político, moral, religioso e intelectual assumido com a Instituição inaciana.

Escrita e itinerário editorial

Michel de Certeau assim definiu a prática da escrita: primeiro, *a página em branco*, um espaço que circunscreve um lugar de produção para o sujeito; segundo, *a construção de um texto*; e terceiro, *a eficácia social dessa construção*, que visa transformar um texto lido (um consumo cultural) em produto (uma produção). Coletadas, selecionadas e examinadas as fontes e a bibliografia impressa, Serafim Leite iniciou a construção de um texto sobre a atuação dos Jesuítas da Assistência de Portugal no Brasil entre 1549 e 1759, num total de aproximadamente 5.170 páginas.⁷⁰

Entre 1933 e 1938, o autor escreveu e publicou os dois primeiros volumes da *História* em Portugal, residindo na Casa de Escritores de Lisboa. Em 1941, passou a morar no Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro, no Brasil, onde escreveu e publicou os oito tomos restantes da *História*, entre 1943 e 1950. Serafim Leite adotou o critério cronológico na divisão de sua obra, além do geográfico e ideográfico; os volumes I e II abrangem o século XVI; os tomos III a VII, os séculos XVII e XVIII; os tomos VIII e IX compreendem os suplementos biobibliográficos; e o volume X, o Índice Geral.

70. Ver Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, pp. 225-226.

Na elaboração da obra, Leite partiu de um conjunto de pressupostos relativos à colonização do Brasil e à missão jesuítica: (1) a Fé ocupava o primeiro lugar na empresa marítima portuguesa, antes do comércio e da navegação que impulsionaram os Descobrimentos e o Império português a partir do século XV; (2) Deus reservou à Companhia de Jesus o papel de principal colaboradora na obra universal de “saneamento espiritual” e, em particular, no Império Português; (3) a obra dos Jesuítas Portugueses que teve efeitos mais duráveis foi a do Novo Mundo e se confunde com a própria formação do Brasil; (4) a civilização cristã é boa; (5) a *civilização* (ou *cultura*) latina européia é superior à dos Tupinambá ou dos fetichistas africanos; (6) uma das glórias dos portugueses foi ter comandado a substituição das civilizações inferiores pela superior no Brasil sem violência, agregando os elementos inferiores; (7) enquanto os colonos e administradores portugueses governavam e cultivavam a terra como fonte de riqueza e elemento de soberania, os jesuítas portugueses amavam a terra brasileira e os seres humanos que nela viviam – da ação de ambos, nasceu o Brasil. Pressupunha também que o fato de o autor do livro pertencer à Ordem dos Jesuítas não prejudicou a elaboração da *História* e que nada do conteúdo dos documentos contra a Companhia foi omitido ou modificado.⁷¹

Esses princípios já pré-determinam as escolhas de Serafim Leite e reforçam o objetivo maior do livro; qual seja, o de defender a atuação dos jesuítas portugueses no Brasil colonial. Também ilustram a distância entre a imagem que os jesuítas construíram de si mesmos e a opinião sobre a Companhia de Jesus no processo de colonização portuguesa pelos de fora da ordem. Embora alegue imparcialidade, o peso da batina parece ter limitado a capacidade crítica do autor, levando-o, muitas vezes, a uma interpretação equivocada e distorcida da realidade. Para uma visão mais equilibrada da atuação dos jesuítas portugueses no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, é imprescindível comparar o discurso histórico construído por Leite com fontes não-jesuíticas e outros livros sobre a ordem, de autores de fora da Companhia.

A estratégia adotada para a escrita de todos os volumes da *História* seguiu o mesmo esquema narrativo: uma descrição de obras e ações dos missionários inicianos nas diversas regiões do Brasil em cada século, a partir dos relatos dos próprios jesuítas. São indicados a seguir os assuntos tratados em cada tomo na seqüência do processo de

71. Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. IX-X; pp. XIII-XV e p. XVIII. Serafim Leite usou o termo *civilização* e não *cultura*. Em 1956, justificou que em 1938 ainda se falava da “civilização” dos índios - mas que a palavra estava quase banida em etnologia, substituída pela de cultura. Leite, *MHSI, Monumenta Brasiliae I*, p. 11.

escrita da *História*, sem nenhuma intenção de fazer um resumo da obra.⁷²

Cada tomo da *História* é subdividido em livros e cada livro em capítulos. O Tomo I (Século XVI – Estabelecimento) aborda a atuação dos jesuítas na Baía de Todos os Santos, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e na Missão do Paraguai. Leite dedica um livro inteiro ao exame dos meios de subsistência da Companhia, buscando justificar a necessidade de terras e bens para o sustento dos colégios e casas da ordem. O Tomo II (Século XVI – A Obra) trata da catequese e aldeamentos dos índios e de vários aspectos da colonização, além dos ministérios e regime interno da Companhia de Jesus e sua contribuição para as ciências, letras e artes. Os Tomos I e II foram impressos em maio e setembro de 1938, respectivamente, na Tipografia Porto Médico, no Porto, com a autorização do Provincial de Portugal e do Bispo da cidade. Sua distribuição ficou a cargo da Livraria Portugália (Lisboa) e da Livraria Civilização Brasileira (Rio de Janeiro).

Em agosto de 1939, Serafim Leite visitou novamente os arquivos do Brasil, concentrando agora suas pesquisas na documentação dos séculos XVII e XVIII. Na época, o jesuíta informou já ter vinte e dois mil verbetes prontos para os volumes seguintes e o plano de trabalho concebido. Sua viagem incluía estudos em São Paulo, Rio Grande do Sul, Buenos Aires e nos Estados do norte do país, da Bahia até o Amazonas. Quando se mudou para o Brasil, tinha praticamente acabado a coleta de fontes usadas na *História*.⁷³

O Tomo III (Séculos XVII e XVIII – Norte - 1: Fundações e Entradas) concentra sua narrativa nas primeiras entradas e missões no Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. O Tomo IV (Séculos XVII e XVIII – Norte - 2: A Obra e Assuntos Gerais), trata as questões da liberdade, aldeamento e catequese dos índios centrada no Padre Antônio Vieira; das subsistências; do regime interno e apostolado externo; e do incentivo a atividades culturais na Vice-Província do Maranhão e Grão-Pará, incluindo a Amazônia. Ambos foram impressos pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, em janeiro e fevereiro de 1943, respectivamente, autorizados pelo Superior Provincial de Portugal e pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Os Tomos III e IV foram distribuídos pela Livraria Portugália (Lisboa) e pelo Instituto Nacional do Livro (Rio de Janeiro), que

72. Sobre a *HCJB*, ver João Hansen, “HCJB”, Serafim Leite in Mota, *Introdução ao Brasil 2*, pp. 43-73.

73. “O historiador da Companhia de Jesus no Brasil encontra-se no Rio, em viagem de estudos”, *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1939, p. 02. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

editou os livros no Brasil com o apoio do chefe do setor de publicações, Sérgio Buarque de Holanda. A Europa vivia então a Segunda Guerra Mundial e a falta de transportes marítimos dificultou a publicação dos livros em Portugal.⁷⁴

O Tomo V (Séculos XVII e XVIII – Da Baía ao Nordeste: Estabelecimentos e assuntos locais) aborda a invasão holandesa e as atividades religiosas, pedagógicas, missionárias e catequéticas dos inacianos na Bahia e em Pernambuco; e as atividades missionárias dos inacianos na Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí. O Tomo VI (Séculos XVII e XVIII – Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé: Estabelecimentos e assuntos locais) trata das obras e ações dos jesuítas no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e do Sul até o Rio da Prata; e diferencia as missões portuguesas das espanholas de acordo com o *Tratado dos Limites* de 1750. Esses volumes também foram impressos pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, em agosto e outubro de 1945, respectivamente, com o aval das autoridades responsáveis e distribuídos em Lisboa e no Rio de Janeiro pelas mesmas instituições de 1943.

O Tomo VII (Séculos XVII-XVIII: Assuntos Gerais) conclui a *História*, examinando o governo da Província, o magistério de dois séculos, alguns aspectos peculiares do Brasil e finalizando com a perseguição pombalina e a expulsão de 1759. Os Tomos VIII (A-M) e IX (N-Z) listam os Escritores Jesuítas do Brasil (Assistência de Portugal: 1549-1773) com suas respectivas obras. Esses volumes foram autorizados e impressos em agosto de 1949, no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional e distribuídos pelo Instituto Nacional do Livro, Portugália e Civilização Brasileira. Em março de 1950, também distribuíram o Tomo X (Índice Geral) publicado pela Imprensa Nacional.

No caso de uma obra monumental como a de Serafim Leite, o suporte material assume um papel decisivo na difusão e consumo do livro. Abordado como signo cultural suportando um texto ou como mercadoria produzida para o comércio, um livro depende de muitos fatores para produzir impacto social ou lucro. Em relação à *História da Companhia de Jesus no Brasil*, o tamanho de cada volume (225x167 mm com cerca de 600 páginas cada) e da obra completa (aproximadamente 5.170 páginas), o tipo de encadernação (capa dura), o tipo de papel (vergê) e o preço foram tão determinantes do público leitor quanto o seu conteúdo.⁷⁵

74. Sobre a edição brasileira dos Tomos III e IV, ver Leite, *HCJB*, Tomo IV, apêndice J, pp. 411-414. Ver, também, “Cooperação Brasileira” in Leite, *HCJB*, Tomo VI, apêndice E, pp. 606-607.

75. Uma discussão sobre o formato do livro e a forma de leitura foi feita por Roger Chartier in “O leitor entre limitações e liberdade”, *A aventura do livro*, pp. 75-95. Sobre o suporte físico do livro, ver Emanuel Araújo, *A construção do livro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1986, pp. 297-596.

Voltados para uma elite intelectual na Europa e no Brasil, os tomos tiveram uma tiragem de 50 exemplares especiais (fora do comércio) e 3.000 mil exemplares para serem comercializados ao preço de 100\$00 (cem escudos portugueses, equivalentes a cerca de cem cruzeiros brasileiros) cada um. Em 1947, o salário mínimo no Brasil era de Cr\$ 380,00 (trezentos e oitenta cruzeiros) e os dez tomos da *História* custariam Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), ou seja, quase três salários mínimos. Neste ano, apenas o Tomo I estava esgotado; os outros até então publicados (Tomos II a VI) podiam ser adquiridos nas principais livrarias de Portugal e do Brasil.⁷⁶

A dificuldade de difusão e comercialização de publicações no Brasil levou o Instituto Nacional do Livro a adotar medidas para apoiar a divulgação da produção editorial brasileira. Criado em 1937, o Instituto teve como primeiro diretor o escritor Augusto Meyer, em cuja gestão os volumes III ao X da *História* foram impressos no Rio de Janeiro. Ligado ao Ministério da Educação e Cultura, o Instituto desenvolveu políticas para aumentar, baratear e melhorar a edição de livros no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros. Em 1939, começaram a sair do prelo as primeiras edições do Setor de Publicações chefiado por Sérgio Buarque de Holanda; e, com o apoio da Imprensa Nacional, pode lançar os oito tomos finais da *História*.⁷⁷

Apesar dos problemas relacionados ao livro na época, a obra de Serafim Leite teve enorme repercussão desde a publicação dos primeiros volumes em 1938, atingindo seu público-alvo no Brasil e no exterior. Antes de analisar o impacto social da obra no próximo capítulo, vale lembrar que a *História da Companhia de Jesus no Brasil* foi publicada numa segunda edição de luxo pelas Edições Loyola de São Paulo, em 2004.

Reduzida de dez para quatro volumes no tamanho conhecido como “livro de arte” (maior do que o da primeira edição), com capa dura de luxo e papel de alta qualidade, a obra não sofreu alterações no seu conteúdo nem mudou o seu público leitor. Ao preço de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) os interessados podiam adquirir a nova edição, com as figuras da edição inicial em formato digital e o texto de Serafim Leite

76. *Revista Brotéria*, Lisboa, volume XLIV, 1947, anúncio, p. 01. Sobre o livro como mercadoria, ver Roger Chartier e Daniel Roche, “O Livro: uma mudança de perspectiva” in Jacques Le Goff, *História: novos objetos*, Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, pp. 99-115. Sobre o preço do salário mínimo no Brasil, ver <www.mte.gov.br>. Acesso em 14/09/2008. A unidade monetária de Portugal e do Brasil era o real, singular de réis. Em 1910, o real foi substituído pelo escudo em Portugal; um escudo correspondia a mil réis. No Brasil, o real foi substituído pelo cruzeiro em 1942, na razão de um cruzeiro por mil réis. Sobre a conversão de moedas, ver <pt.wikipedia.org>. Acesso em 14/09/08.

77. *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987: 50 anos de publicações*, Brasília, INL, 1987, pp. 05-06. Ver, também, “O que o Instituto Nacional do Livro já realizou pela cultura brasileira”, *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1943, p. 03. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

padronizado gráfica e ortograficamente. Os direitos autorais da segunda edição foram cedidos pela Província de Portugal da Companhia de Jesus aos editores no Brasil; a publicação contou ainda com incentivos fiscais e patrocínio do governo federal. Aqui é também possível constituir um quadro do público a que a obra se dirigia. Em 2004, o valor do salário mínimo brasileiro era de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), tendo, desta forma, aumentado ainda mais a proporção entre o preço da *História* e o valor do salário mínimo, na última edição. A obra de Serafim Leite manteve seu perfil de um livro dirigido às elites. No século XXI, seus principais compradores potenciais são possivelmente colecionadores e bibliotecas de instituições.

CAPÍTULO III: A RECEPÇÃO DA *HISTÓRIA*

“Nada mais deprimente do que imaginar o Texto como um objeto intelectual (...). O Texto é um objeto de prazer.”

Roland Barthes, 1971.¹

“A leitura é apenas um aspecto parcial do consumo, mas fundamental. (...) Toda leitura modifica o seu objeto.”

Michel de Certeau, 1990.²

“A leitura é, por definição, rebelde e vadia. (...) Um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado.”

Roger Chartier, 1994.³

A publicação de obras monumentais como a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, num país onde praticamente 50% da população ainda era analfabeta em 1950, ilustra bem a distância que separava uma minoria letrada do público comum. Além do elevado número de analfabetos, os leitores comuns dificilmente tinham acesso a livros volumosos, caros ou com um conteúdo essencialmente acadêmico, por falta de recursos financeiros ou qualificação intelectual. Wilson Martins considerou a criação de uma cultura intelectual sofisticada num país com grande quantidade de analfabetos, e a coexistência dessas duas realidades antagônicas, como uma singularidade brasileira.⁴

Nas primeiras décadas do século XX, a convivência entre os intelectuais e a maioria da população brasileira era difícil e rara. O contato entre a elite intelectual e a elite estudantil começou a se intensificar a partir da década de 1940, com o aumento do número de universidades, mantendo excluídas as camadas mais pobres da população.

1. Barthes, *Sade, Fourier, Loyola*, p. XIV. O prefácio do livro foi escrito em 1971. A obra original em francês foi publicada em Paris no ano de 1980; e a primeira edição da tradução brasileira em 2005.

2. Certeau, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, p. 262 e p. 264. O texto original francês é de 1990.

3. Chartier, *A ordem dos livros*, p. 07 e p. 11. Sobre a prática da leitura como parte da prática da escrita, ver, também, Roger Chartier, “As práticas da escrita” in Roger Chartier e Philippe Ariès (org.), *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 113-161.

4. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, volume VII (1933-1960), São Paulo, T. A. Queiroz, 1996, pp. 291-292. Segundo dados do IBGE de 2006, o Brasil ainda tinha 10,4% da população formada por analfabetos acima de 15 anos (11,3% no Norte; 20,7% no Nordeste; 8,3% no Centro-Oeste; 6,0% no Sudeste; 5,7% no Sul). *Atlas Nacional Geographic: Brasil*, vol. 2, São Paulo, Abril, 2008, p. 37.

Concentrados nos redutos de sociabilidade acadêmica daquela época, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, os historiadores geralmente não escreviam para o grande público. Conforme foi observado anteriormente, Serafim Leite escreveu a *História* para um público específico, os meios cultos do Brasil e da Europa. O objetivo da Companhia de Jesus era divulgar entre os intelectuais uma releitura da história dos Jesuítas portugueses, visando combater as interpretações antijesuíticas da história da Ordem.

Este capítulo analisa a leitura e a repercussão da *História*, destacando as críticas publicadas sobre o livro pela imprensa da época e os títulos e prêmios recebidos pelo autor. Examina ainda os usos da obra desde a sua publicação até os dias atuais.

O público leitor

O livro é um espaço finito no seu aspecto material. Mas, apesar de limitado fisicamente ao suporte no qual foi construído, o texto possibilita uma quantidade infinita de leituras, interpretações e apropriações. Michel de Certeau observou que a ideologia da “informação” pelo livro implicou na pretensão dos “produtores” de dar forma às práticas sociais de uma população. Dentro dessa concepção, o leitor “receptor” seria modelado pelos produtos culturais impostos por produtores isolados como um mero efeito do livro, assimilando as informações sistematizadas sem nenhuma criatividade.⁵

Em oposição a essa representação da leitura como um ato passivo que caracterizaria os consumidores em uma sociedade, Certeau sugeriu que o consumo cultural era, ao mesmo tempo, uma produção silenciosa, onde cada leitor, ouvinte ou espectador produziria uma apropriação inventiva da imagem ou do texto recebido, introduzindo um mundo diferente (o do leitor) no lugar do autor. O consumidor era livre para modificar e subverter o que o livro tentou lhe impor, fazendo com que o texto apreendido pela leitura perdesse parcial ou totalmente o sentido dado a ele pelo autor.⁶ O próprio Certeau sugere limites da apropriação propondo a bipolaridade estratégia/tática, sendo o primeiro termo associado à intenção original da produção cultural e o segundo associado à sua recepção. Certeau assim formula a relação entre ambos:

5. Certeau, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, pp. 260-262.

6. Idem, *ibidem*, p. 49.

Diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente inverso, qualificada como “consumo”, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarias”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos.⁷

Sobre a liberdade do leitor apontada por Certeau, Roger Chartier concorda que ela jamais é absoluta e tem as suas limitações. Este autor argumenta que a relação da leitura com um texto depende das diferentes competências, convenções e hábitos de cada leitor, assim como das mudanças dos objetos lidos e razões de ler em cada época e lugar. Chartier ainda ressalta que o livro sempre visou instaurar uma ordem desejada pela autoridade que permitiu a sua publicação, mas nunca conseguiu anular a liberdade dos leitores. As obras, sobretudo as maiores, não têm sentido estático, universal, fixo; elas estão investidas de significações plurais e móveis, construídas no encontro de uma proposição com uma recepção. Porém, a recepção também inventa, desloca e distorce.⁸

De fato, a leitura da *História da Companhia de Jesus no Brasil* deu origem a múltiplas interpretações por parte dos leitores, criticando ou elogiando o sentido dado ao tema pelo autor, dentro das limitações impostas pelas autoridades inicianas. Entre os leitores da principal obra de Serafim Leite, merecem atenção especial os membros e colaboradores das mais renomadas instituições culturais brasileiras entre 1930 e 1950. A mais antiga delas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi fundada em 1838 no Rio de Janeiro, pelos “maiores homens da época”. Ponto de encontro de homens ilustres e letrados, o IHGB congregou a elite intelectual brasileira durante décadas. Transformado num reduto de monarquistas, onde eventualmente se permitia a presença de republicanos, a instituição era uma casa de historiadores e um centro de coleta e publicação de documentos históricos. Contou com a colaboração de membros como Varnhagen e o Barão do Rio Branco no século XIX, iniciando, em 1839, a publicação de sua *Revista*, voltada para uma história política tradicional do Brasil.⁹

7. Certeau, *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*, p. 94.

8. Chartier, *A aventura do livro*, p. 77; e idem, *A ordem dos livros*, pp. 08-09.

9. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante *RIHGB*), Rio de Janeiro, volume 174, 1939, Imprensa Nacional, 1940, anexo, p. 939-942.

Eleito para o quadro de Sócio Correspondente do IHGB em abril de 1939, o Padre Serafim Leite adquiriu grande prestígio nos meios cultos logo após a publicação dos dois primeiros volumes da *História* (1938). Apreciado pela erudição, grandiosidade e pela documentação que encerrava, o livro integrava a lista de leituras recomendadas pelos institutos históricos do Rio de Janeiro e de outros estados do Brasil.¹⁰ Em outubro de 1949, o IHGB deu um voto de congratulação pela publicação dos Tomos VII, VIII e IX da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Por sugestão de Pedro Calmon, então sócio do Instituto e Reitor Magnífico da Universidade do Brasil, o mesmo voto foi concedido ao R. P. Geral da Companhia de Jesus em Roma, Padre João Baptista Janssens. O IHGB ainda propôs e aprovou por unanimidade o cunho de uma medalha comemorativa da obra, por se tratar de uma realização de valor excepcional.¹¹

Desde a publicação do primeiro tomo da *História* em 1938, Pedro Calmon manifestou total concordância com o autor. Considerava a obra de Serafim Leite um “livro sem igual”, não existindo outro nas estantes luso-brasileiras que se dispusesse a desfazer os equívocos e os erros da história mal informada e nebulosa, em proveito de uma revisão oportuna de valores do passado. Em 1945, quando ocupava o cargo de presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Calmon elogiou os Tomos V e VI da *História* doados à biblioteca da instituição, endossando o agradecimento feito ao Padre Serafim Leite por Rodolfo Garcia, outro grande admirador do livro.¹²

Garcia defendia a tese, criticada por outros intelectuais, de que nenhum outro escritor poderia tratar melhor da história da Ordem na Província do Brasil do que um historiador que pertencesse à Companhia de Jesus. Enfatizava que a escolha de Serafim Leite foi ideal, não apenas pela experiência e conhecimento de causa do escolhido, mas também pela isenção, critério de julgamento, vasta erudição e segurança do eleito.¹³

O jesuíta retribuía as críticas favoráveis e desfavoráveis dos leitores da *História* nas sessões das instituições a que pertencia e nas resenhas sobre livros de outros autores que publicava na *Brotéria*. Entre os historiadores brasileiros que “cultuavam a verdade”, Serafim Leite destacou Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Rodolfo Garcia, Eugênio de

10. “Ata Geral Extraordinária, em 14 de Abril de 1939”, *ibidem*, pp. 685-689. Ver, também, *RIHGB*, Rio de Janeiro, volume 182, Imprensa Nacional, 1944, pp. 142-153 e volume 190, 1946, pp. 123-124.

11. Leite, *HCJB*, Tomo X, pp. 305-306.

12. Pedro Calmon, “Livro sem igual”, *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 1938, p. 02. Ver, também, “Academia Brasileira de Letras”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1945, p. 03. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

13. Rodolfo Garcia, “História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo I”, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, número 05, novembro de 1938, p. 552.

Castro e “mais um ou outro da escola de Capistrano de Abreu, o maior historiador do Brasil.”¹⁴

De todos estes, Afrânio Peixoto foi, sem dúvida, o amigo mais próximo. Em 1923, assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro, outro ponto de encontro de leitores da *História*. No início da década de 1930, reeditou os três volumes de *Cartas Jesuíticas* e foi o maior promotor dos estudos históricos sobre a Companhia de Jesus na sua época. Não por acaso, Serafim Leite dedicou a ele o primeiro tomo de sua principal obra. O acadêmico brasileiro e o historiador português mantiveram contato pessoal freqüente ou por meio de cartas entre 1934 e 1947, além de trocarem elogios em grandes jornais e artigos da *Brotéria*.¹⁵

Em 1938, Afrânio Peixoto publicou no Brasil a primeira notícia do Tomo I da *História*, denominado por ele de “certidão de batismo desse nosso Brasil, não só à fé, como à civilização.” Um dos leitores mais envolvidos com o trabalho de Serafim Leite, ressaltou que a referida obra começou a relatar um grande jesuíta, num grande livro que era uma obra-prima de devoção e patriotismo. Em 1939, Leite foi convidado a assistir uma sessão da Academia Brasileira de Letras, onde agradeceu a homenagem recebida do presidente e de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Pedro Calmon e Gustavo Barroso pelos serviços prestados à historiografia brasileira. No ano seguinte, foi indicado para a ABL por Afrânio Peixoto e eleito Sócio Correspondente por aclamação unânime dos acadêmicos.¹⁶

Os leitores membros da Academia Brasileira de Letras não pouparam elogios e homenagens ao livro de Serafim Leite. Quando saíram os Tomos VII, VIII e IX da *História*, o autor recebeu mais uma demonstração de apoio e aprovação da sua vasta

14. Serafim Leite, “Bibliografia”, *Brotéria*, volume 31, 1940, pp. 111-112 e p. 235.

15. Leite, *HCJB*, Tomo I, pp. XXV-XXVI. Segundo Miquel Batllori, a correspondência entre Afrânio Peixoto e Serafim Leite estava no prelo em 1962, mas não foi encontrada em nenhuma das instituições consultadas. Batllori, *Bibliografia de Serafim Leite*, p. 72. Sobre a troca de elogios entre os dois, ver Afrânio Peixoto, “Oblação à Companhia de Jesus”, *Brotéria*, volume XXXI, 1940, pp. 396-413. Ver, também, Serafim Leite, “Afrânio Peixoto e Portugal”, *Brotéria*, volume XXVII, 1938, pp. 417-423.

16. Afrânio Peixoto, “A primeira notícia, no Brasil, do Tomo I desta *História da Companhia de Jesus no Brasil*” in Leite, *HCJB*, Tomo II, apêndice I, p. 633. Este artigo, publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro no dia 04 de Agosto de 1938, abriu excepcionalmente e com grande destaque a secção “Varia”, na qual normalmente se mencionavam apenas os atos do Presidente da República, Ministros e entidades oficiais do Brasil. Ver, também, Afrânio Peixoto, “História da Companhia de Jesus no Brasil”, *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, tomo II, fascículo 04, Faculdades Católicas, dezembro de 1945, pp. 429-453. Sobre a homenagem ao Padre Serafim na ABL, ver, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, volume 58, anais de 1939, julho a dezembro, pp. 356-358. Sobre o seu ingresso na ABL, ver *O Regional*, São João da Madeira, 28 de Julho de 1940, p. 01, transcrito da Varia do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 05 de Julho de 1940. Ver, também, “Academia Brasileira”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 de Maio de 1941, p. 04 e *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1949, p. 08. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

obra. Na sessão de outubro de 1949, o discurso do Arcebispo de Cuiabá lembrou que a história de Serafim Leite era a única completa e a mais volumosa entre todas as outras mandadas redigir pela Companhia. E elogiou a “serenidade imparcial” do autor e a sua capacidade de priorizar a verdade histórica e manter sua narrativa sem cair na tentação de converter seu escrito em dialética tendenciosa. Com a habitual deferência, o jesuíta agradeceu aos leitores acadêmicos até a sua partida do Brasil em 1950.¹⁷

Após a publicação dos dez tomos da *História* e o retorno de Serafim Leite para a Europa, a imprensa praticamente parou de divulgar as resenhas de leitores do livro, dificultando o conhecimento das formas como a obra foi recebida pelos mesmos. Entretanto, a leitura do livro parece ter continuado restrita a uma elite intelectual. A fundação gradativa de universidades no país certamente ampliou o público leitor, integrando um número maior de professores dessas instituições, mas não alcançou novos públicos nem com a publicação da segunda edição do livro, em 2004. Ainda hoje, os leitores comuns pouco ou nada sabem sobre esta obra de referência para o estudo da história brasileira. Vale ressaltar que a posse do livro não implica na sua leitura; portanto, o acesso facilitado ao livro pelo aumento de bibliotecas com mais exemplares disponíveis não significou necessariamente um aumento do número de leitores da obra.

Entre o público leitor religioso, em especial entre os jesuítas, como era de se esperar, a *História* foi quase uma unanimidade. A *Revista Brotéria* publicou resenhas de outros jesuítas enaltecendo o livro desde o lançamento do primeiro volume, muitas delas escritas pelo Padre Domingos Maurício. Em 1970, o Frei Gentil Titton reconheceu a contribuição de Serafim Leite para a história dos Jesuítas no Brasil, salientando que o valor do livro não foi diminuído pela sua falha do ponto de vista de síntese histórica e de alguns laivos de nacionalismo característicos do autor. Em 1992, o Padre Eduardo Hoornaert destacou o mérito de Serafim Leite, mas apontou dois problemas da interpretação da história das missões do Brasil defendida pelo autor: em primeiro lugar, o enfoque institucional e não antropológico da obra; e, em segundo, o fato de a *História* ser feita a partir da relação Portugal - Brasil e não da verdadeira relação Portugal - Império Português.¹⁸

17. Leite, *HCJB*, Tomo X, pp. 302-304. Ver, também, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 03 de Junho de 1950, p. 05. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

18. Para a leitura de resenhas de jesuítas elogiando a *HCJB*, ver *Brotéria*, volume XXVII, 1938, pp. 407-416; *Brotéria*, volume XXXVII, 1943, pp. 331-334; *Brotéria*, Junho de 1947, pp. 856-861; e *Brotéria*, volume L, 1950, pp. 377-378 e p. 728. Ver, também, Frei Gentil Titton, “Pe. Serafim Leite, S.J.”, p. 128; e Eduardo Hoornaert, *História da Igreja no Brasil*, tomo II/1, Petrópolis, RJ, Vozes, 1992, pp. 44-45.

Uma das exceções no panorama geral de aceitação do livro foi justamente outro jesuíta, o Padre Hélio Viotti. Autor de um dos artigos biográficos de Serafim Leite, com quem tinha uma desavença pública por causa da redução do papel do jesuíta espanhol José de Anchieta pelo historiador, Viotti fez, em 1970, uma das críticas mais procedentes ao livro. Os aspectos da *História* mais criticados por ele foram: o pouco espaço para o Estado do Brasil e a supervalorização da ação portuguesa na formação deste; a exclusão dos resultados tipicamente brasileiros dessa formação; a apologia aos serviços prestados pela Companhia no Brasil; e a redução da narrativa da expulsão de 1759, considerada uma parte *negativa* da colonização portuguesa.¹⁹

Outra exceção consistiu na única mulher a publicar uma resenha sobre a *História*, segundo os registros até 1962: Lúcia Miguel Pereira. Em 1938, a leitora comentou que o volume grosso e de aspecto solene do livro intimidava o leitor comum; e criticou a interpretação de Serafim Leite sobre a evangelização dos índios, vista por ela como uma forma de exploração e aculturação violenta dos jesuítas no Brasil colonial.²⁰

Dois renomados leitores contemporâneos também fizeram críticas ao livro de Leite: o sociólogo Gilberto Freyre e o historiador Sérgio Buarque de Holanda. Freyre diversas vezes destacou o papel desempenhado por Leite na renovação dos estudos sociais e atualização de métodos desses estudos no Brasil. No entanto, em 1945, publicou uma crítica à *História* compartilhada por muitos leitores intelectuais leigos. O sociólogo sugeriu que dificilmente se poderia esperar mais do que um mínimo de objetividade ou de imparcialidade da história de uma instituição, se escrita por um participante íntimo de sua vida e atividades. Citou como exemplo o caso do Padre Serafim Leite em relação à Companhia de Jesus, observando que “descontados pela crítica tanto quanto possível científica, seus preconceitos, sentimentos e interesses de jesuíta militante e apologético, o Sr. Serafim Leite permanece um historiador autêntico...”²¹

Noutra ocasião, quando questionado sobre os livros que considerava essenciais ao conhecimento do Brasil, Freyre incluiu na sua lista a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, advertindo, porém, que a obra deveria ser lida com cautela e sua leitura completada pela de livros sobre o mesmo tema, escritos por autores não-jesuítas, como

19. Viotti, “Padre Serafim Leite”, pp. 120-123.

20. Lúcia Miguel Pereira, “História da Companhia de Jesus no Brasil”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 09 de Outubro de 1938, p. 05. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

21. Ver Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1940, p. 91. Ver, também, Gilberto Freyre, *Sociologia II: Introdução ao Estudo dos seus Princípios. Segunda Parte: Sociologias e Sociologia*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1945, pp. 531-532.

João Lucio de Azevedo. Além de Azevedo e de outros escritores criticados por Serafim Leite, como Gabriel Soares de Sousa, Varnhagen e Silvio Romero, o sociólogo indicou os livros de Afonso de Taunay, Antonil e Southey, usados como referência bibliográfica pelo autor da *História*.²²

Já Sérgio Buarque de Holanda comentou que, enquanto os inimigos da Companhia de Jesus desacreditavam a obra dos jesuítas, os amigos aplaudiam irrestritamente a ação considerável dos inicianos na formação do Brasil. E sugeriu que Serafim Leite jamais levaria a sua isenção a extremos que pudessem comprometer a ordem à qual pertencia.²³ A esta crítica, o autor da *História* respondeu propondo a Buarque de Holanda a busca de um historiador tão desinteressado a ponto de não deixar transparecer nas entrelinhas a apologia de fatos e idéias segundo a sua própria ideologia. E finalizou: “É humano”.²⁴

Da grande quantidade de resenhas publicadas pelos consumidores da *História*, particularmente entre 1938 e 1950, apresentamos aquelas que resumem as críticas mais representativas do público leitor da obra. De forma sucinta, pode-se afirmar que os leitores da *História* podem ainda hoje ser divididos em dois grandes grupos: os que concordam com a interpretação da história da Companhia de Jesus no Brasil defendida por Serafim Leite e elogiam sem grandes ressalvas o livro; e os que discordam total ou parcialmente da interpretação do autor, sem deixar de reconhecer o seu empenho como pesquisador e a sua contribuição para a historiografia brasileira.

A repercussão da obra

Roland Barthes notou que a intervenção social de um texto não se realiza necessariamente na época da sua publicação, nem se mede por sua popularidade. E sugeriu que o impacto social de um texto se mede pelo que lhe permite *exceder* as leis de uma sociedade, uma ideologia, uma filosofia.²⁵ De acordo com esta concepção, popularidade e sucesso editorial não são sinônimos de impacto social; a intervenção real de um texto numa sociedade se processa por meio das mudanças decorrentes da sua

22. Gilberto Freyre, “Livros sobre o Brasil”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04 de Junho de 1944. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

23. Sérgio Buarque de Holanda, *Cobra de Vidro*, São Paulo, Editora Martins, 1944, p. 90.

24. Serafim Leite, *Novas páginas de História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, pp. X-XI.

25. Barthes, *Sade, Fourier, Loyola*, p. XIX.

apropriação pela leitura. No período em que os dez tomos da *História* foram publicados, a repercussão da obra parece ter sido maior do que após 1950, quando o livro praticamente deixou de ser mencionado na imprensa. Entretanto, a sua popularidade nos meios cultos parece não ter declinado, embora não tenha se expandido na mesma proporção entre os leitores comuns. Quanto ao sucesso editorial, já foi observado anteriormente que o livro de Serafim Leite não se encaixa nos padrões de consumo financeiro e intelectual da maioria da população. Em relação ao impacto social provocado pela *História*, podemos concluir que o livro impressionou pelo aspecto monumental, documentação, abrangência e o rigor da pesquisa, se comparado a outras produções intelectuais da época. Também repercutiu em termos de conteúdo, provocando a reação dos meios cultos a favor e contra o sentido revisionista e apologético dada ao livro pelo autor. Se não excedeu as leis da sociedade, conforme proposto por Barthes, certamente influenciou a historiografia da época.

A repercussão da *História* pode ser medida por dois fatores: os títulos e prêmios recebidos pelo autor e a quantidade de críticas publicadas sobre o livro pela imprensa brasileira e internacional. O enorme prestígio conquistado por Serafim Leite nos meios cultos no Brasil e em Portugal, com a publicação dos dez volumes de sua principal obra, resultou numa série de homenagens, títulos, prêmios e convites para participações em congressos e instituições culturais de renome nacional. Com a publicação do Tomo I da *História* (1938) em Portugal, Serafim Leite ganhou o cobiçado Prêmio Alexandre Herculano, concedido pelo Secretariado de Propaganda Nacional, além do título de Comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada, mérito Artístico, Científico e Literário, do governo português.²⁶ Em 1939, foi eleito Sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, do governo brasileiro. A solenidade de entrega aconteceu em setembro no IHGB, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. O autor da *História* também foi recebido no Palácio Nacional do Catete pelo Presidente Getúlio Vargas, comandante da ditadura instituída pelo “Estado Novo” (1937-1945) no Brasil.²⁷

26. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ltda., 1936-1960, pp. 880-881. Ver, também, Viotti, “Padre Serafim Leite”, pp. 103-135.

27. “Entrega ao padre Serafim Leite a commenda da Ordem do Cruzeiro”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 de Setembro de 1939, p. 05. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Ver, também, *RIHGB*, Rio de Janeiro, volume 174, 1939, Imprensa Nacional, 1940, pp. 895-902. E *O Regional*, SJM, 28 de Janeiro de 1940, p. 02. Em 1935, Serafim Leite ganhou o primeiro prêmio de sua carreira profissional no Concurso Histórico da Prefeitura de São Paulo, com o artigo intitulado “Os Jesuítas na Vila de São Paulo (século XVI)”. Em 1937, foi designado Membro da Comissão Orientadora da Exposição Histórica da Ocupação e do Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, em Lisboa.

Leite ingressou como Membro-correspondente da Academia Brasileira de Letras (1940) e recebeu a Medalha Comemorativa da *História da Companhia de Jesus no Brasil* do IHGB, no mesmo ano em que foi agraciado com o título de Doutor *Scientiae et honoris causa* da Universidade Católica do Rio de Janeiro (1949). De volta à Europa, foi consagrado Membro do Instituto Histórico da Companhia de Jesus, em Roma (1950). Recebeu ainda os títulos de Sócio-honorário da Academia Portuguesa da História, Membro da Academia de História do Equador, Sócio - benemérito do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, Membro do Grupo Português da Academia Internacional da História das Ciências (secção Lisboa), Membro da Diretoria do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, Sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e Sócio-honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.²⁸

Outro elemento ilustrativo da grande repercussão da *História* foi o elevado número de críticas sobre a obra, publicadas por leitores da elite intelectual portuguesa e brasileira nas principais revistas e jornais de Lisboa, Coimbra, Porto, Guimarães, Braga e São João da Madeira em Portugal; e do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Bahia, Recife, Fortaleza e Belém do Pará no Brasil. Até 1951, o jesuíta Miquel Battlori havia registrado nada menos que 144 apreciações sobre o livro em diversos países do mundo e, em especial, no Brasil.²⁹

A imprensa desempenhou um papel fundamental na divulgação da *História*, contribuindo de forma decisiva para a difusão e o consumo do livro. O periódico que mais publicou notícias sobre a obra de Serafim Leite foi o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o mais antigo jornal de língua portuguesa. Assim como o Instituto Nacional do Livro deu apoio material para a produção do livro, custeando um empreendimento com o vulto editorial da *História* – uma obra de difícil realização sem o apoio do poder público -, o *Jornal do Commercio* deu apoio publicitário para a recepção do livro.

Os principais jornais das cidades brasileiras visitadas por Serafim Leite para a coleta de fontes também deram destaque especial à presença do ilustre historiador entre seus moradores. Em agosto de 1939, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro registrou com entusiasmo a quinta vinda do padre historiador ao Brasil - a primeira após

28. *Grande Enciclopédia*, pp. 880-881 e Viotti, “Padre Serafim Leite”, pp. 103-135.

29. “A Imprensa e a sua valiosa contribuição bibliográfica sobre a *HCJB*” in Leite, *HCJB*, Tomo III, apêndice H, pp. 453-456. Para a relação de críticas sobre a *HCJB*, ver, Battlori, *Bibliografia de Serafim Leite*, pp. 81-91; e Leite, *HCJB*, Tomo X, pp. 299-302 e pp. 307-310. Para referências sobre Serafim Leite, ver *O Regional*, SJM, 28 de Janeiro de 1940, pp. 04-07; e “Serafim Leite”, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1943, p. 02. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

a publicação dos dois primeiros volumes da *História*-, completando a matéria com repetidos aplausos ao autor e sempre divulgando os tomos já publicados da obra. Em março de 1945, os jornais *A Tarde* e *O Imparcial* da Bahia destacaram a presença do jesuíta historiador na capital baiana para realizar pesquisas nos arquivos locais, já visitados por ele em 1934. Seja criticando ou elogiando a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, os críticos e a imprensa em geral atraíram a atenção do público leitor culto para o livro, atuando como meio de propaganda e marketing da obra.³⁰

Usos do livro

Como apontamos anteriormente neste trabalho, desde a publicação do primeiro tomo da *História* em 1938, um dos aspectos mais elogiados do livro foi a quantidade e a qualidade da documentação jesuítica nele inserida. Logo a obra começou a ser utilizada não apenas como referência bibliográfica, mas também como fonte para estudos sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil. Com o lançamento do último volume em 1950, a *História* passou a integrar definitivamente a lista de consultas essenciais para o conhecimento da atuação dos jesuítas na América portuguesa. A revisão de fontes e releitura feitas por Serafim Leite da história da ordem à qual pertenciam continuam passíveis de críticas, mas não podem ser ignoradas pelos estudiosos da história religiosa e geral do Brasil colonial.

Diante do tamanho do livro, o texto costuma ser lido de forma fracionada pelos pesquisadores. Além dos sete primeiros tomos que tratam da história geral dos missionários na antiga Assistência de Portugal da Companhia de Jesus, os dois suplementos biobibliográficos (Tomos VIII e IX) constituem referência básica e ponto de partida para inúmeros trabalhos sobre os inicianos no período colonial brasileiro.

O uso do livro pode ser medido pelo número de citações e referências ao trabalho de Leite por outros escritores. Concordando ou discordando da interpretação do autor, mediante o confronto do conteúdo da *História* com fontes não-jesuítas e outras versões críticas sobre o tema de autores leigos e religiosos de fora da Companhia, as diferentes apropriações e usos do livro resultaram em continuidades e rupturas do sentido dado ao

30. “Registro”, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 e 15 de Agosto de 1939, p. 06. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Ver, também, “Um ilustre jesuíta realiza pesquisas nos arquivos da cidade”, *A Tarde*, Bahia, Redação, 15 de Março de 1945; e “Na Bahia o Padre Serafim Leite”, *O Imparcial*, Bahia, 15 de Março de 1943, p. 02.

texto original. Em 1954, Antônio Leite, Diretor da *Brotéria*, anunciava ser impossível existir algum estudioso da formação histórica brasileira entre 1549 e 1760 que não conhecesse ou citasse a *História da Companhia de Jesus no Brasil*.³¹

Do ponto de vista dos pesquisadores em geral, o livro consiste numa referência bibliográfica fundamental. Na concepção da Companhia de Jesus, o principal escrito de Serafim Leite constitui uma obra definitiva. Tanto que a Ordem dos Jesuítas publicou uma segunda edição do livro sem ampliar, reduzir ou revisar o seu conteúdo, apontando a intenção da instituição inaciana em manter o sentido original da obra instituído pelos Superiores da época da primeira edição.

Escrita para construir um discurso histórico em defesa das obras e ações dos jesuítas portugueses em todo o mundo, a *História* foi concebida dentro de pressupostos teóricos e metodológicos condizentes com a historiografia da época e os objetivos impostos pela Companhia de Jesus. Ao concluir a obra, o próprio Serafim Leite abriu os caminhos do livro afirmando: “na mente do autor (*a História da Companhia de Jesus no Brasil*) não se constitui termo final, mas ponto de partida para inúmeras monografias, publicações e estudos diplomatísticos...”³²

31. Antonio Leite, “Apresentação” in Serafim Leite, *Nóbrega e a Fundação de São Paulo*, Lisboa, Instituto do Intercâmbio Luso-Brasileiro, 1953, p. 09.

32. Leite, “Doutoramento *Scientiae et Honoris Causa* do R. P. Serafim Leite S. I.”, p. 41. Ver, também, “Palavras de agradecimento e despedida do Brasil”, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Colunas 01 e 02, “Academia Brasileira de Letras”, 03 de junho de 1950, p. 05. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

CONCLUSÃO

“Temos um mundo ao qual sequer o livro já chegou...”

Jorge Werthein, 2003.¹

“A história do livro não pode ser, de modo algum, a crônica de uma morte anunciada.”

Eduardo Portella, 2003.²

A prática da escrita é indissociável da Companhia de Jesus desde a sua fundação oficial em 1540. Além dos documentos essenciais que regulam o funcionamento da estrutura hierárquica e a formação intelectual, religiosa e apostólica da ordem, como os *Exercícios Espirituais*, a *Fórmula*, as *Constituições* e o *Ratio Studiorum*, escritos por Inácio de Loyola ou a mando dele, os jesuítas dispersos pelo mundo produziram uma quantidade incalculável de cartas, listas para catálogos, informações, relações, crônicas e livros, registrando e preservando a sua própria história ao longo dos séculos.

Limitados pelos mecanismos de censura impostos pelas Constituições inicianas, os membros da Companhia não eram autorizados a escrever livremente sobre suas obras e ações. Somente os documentos oficiais considerados de edificação eram divulgados, com o objetivo de consolidar uma autodefinição polêmica, que resultou no fortalecimento institucional e na rápida expansão da Companhia pelo mundo, assim como num movimento antijesuítico de igual força e dimensão. Usados como instrumento para emitir opiniões, discutir divergências, transmitir informações, receber orientações dos superiores, contra-atacar inimigos e manter o controle da ordem à distância, os escritos jesuíticos constituem uma fonte histórica fundamental para a historiografia brasileira.

Um dos escritos inicianos de maior repercussão no século XX foi a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. A análise de um livro como objeto de práticas da escrita e da leitura nem sempre é possível; em geral, autores, editores e leitores não costumam registrar nem conservar dados sobre a produção e a recepção de obras. Entretanto, os jesuítas e outros leitores da *História* divulgaram informações e críticas sobre a obra que

1. Jorge Werthein, “Apresentação” in Portella, Eduardo (org.), *Reflexões sobre os caminhos do livro*, São Paulo, UNESCO, Moderna, 2003, p. 07.

2. Eduardo Portella, op. cit., p. 09.

possibilitaram uma abordagem da mesma baseada nas propostas metodológicas da história do livro, vinculando, ao mesmo tempo, a análise da produção, transmissão e apropriação do texto pelo público leitor.

Com uma sólida formação intelectual de acordo com a doutrina inaciana, Serafim Leite foi escolhido como biógrafo da Ordem no Brasil em 1932, iniciando uma pesquisa baseada em fontes oficiais às quais teve acesso privilegiado como jesuíta. Estas foram as fontes que ele centralmente utilizou como prova documental da “verdadeira” história da Companhia de Jesus na elaboração de sua principal obra. Seguindo um método positivo ou historicizante de trabalho, o autor construiu um discurso histórico influenciado pelo seu forte patriotismo e pelo compromisso político, moral e religioso assumido com a ordem à qual estava subordinado pelo voto de obediência perpétua.

Concebida dentro de um projeto maior de combate global ao antijesuitismo, a *História* representou uma releitura das obras e ações dos jesuítas entre 1549 e 1759 na América portuguesa, a partir da imagem que os inacianos tinham de si mesmos. O livro consiste numa imensa narrativa apologética e revisionista das atividades e missões da Companhia de Jesus nas mais diversas regiões do Brasil, em defesa dos jesuítas da antiga Assistência de Portugal. Sem poupar elogios aos simpatizantes e críticas aos adversários da instituição inaciana, Serafim Leite publicou os dois primeiros volumes da *História* em Portugal (1938); e os oito tomos restantes no Brasil (1943 a 1950), pelo Instituto Nacional do Livro, com o apoio do governo federal.

Voltado para um público leitor específico - os meios cultos do Brasil e da Europa -, o livro inclui um suporte material e preços acessíveis apenas a uma pequena elite intelectual. Esta característica manteve-se com a publicação da segunda edição da obra em 2004. Mesmo distante do público leitor comum, a *História* teve uma enorme repercussão entre o seu público-alvo, medida pelo elevado número de críticas publicadas sobre o livro nos principais periódicos da época e pelos diversos títulos e prêmios recebidos pelo autor.

Elogiada e criticada por intelectuais no Brasil e no exterior, sem que estes, contudo, deixassem de reconhecer o mérito de Serafim Leite como historiador, a *História da Companhia de Jesus no Brasil* ainda hoje é utilizada como fonte ou referência bibliográfica básica para o estudo da história religiosa e geral do Brasil colonial. O livro possibilita inúmeras leituras, apropriações e interpretações, fazendo do consumo cultural (a leitura) uma produção silenciosa, dependente da capacidade, habilidade e costume de cada leitor em cada época e lugar.

Diante da quantidade de fontes utilizadas e da abrangência temporal, geográfica e temática dos dez tomos que compõem a principal obra de Serafim Leite, a elaboração dessa biografia da *História da Companhia de Jesus no Brasil* nos levou a fazer escolhas sobre o que seria ou não abordado neste estudo, deixando uma diversidade de possibilidades de análise por fazer em trabalhos futuros.

Entre as novas perspectivas abertas para a continuidade desta pesquisa em torno dos elementos fundamentais da história do livro, uma das mais interessantes é, sem dúvida, a análise do texto da *História*. O autor abordou uma infinidade de assuntos que podem ser explorados comparando o discurso de Serafim Leite com outros documentos, tais como os textos completos das fontes oficiais utilizadas por ele; outras fontes jesuíticas ainda inacessíveis no Arquivo Geral da Companhia em Roma, como as *hijuelas*; fontes não-jesuíticas sobre o mesmo tema; e fontes inacessíveis ao público após a morte de Serafim Leite, a exemplo dos documentos do Cartório Jesuítico na Torre do Tombo em Portugal. Esta nova abordagem pode ser completada por meio de um contraponto entre a *História* e outras referências bibliográficas sobre os assuntos tratados por Leite, escritas por autores jesuítas e outros escritores de fora da Companhia de Jesus.

Um aspecto a ser explorado no livro de Serafim Leite, que não foi contemplado nesta dissertação, são os frontispícios, os mapas e as ilustrações publicadas na obra. Ainda podem ser examinados detalhadamente os temas mais polêmicos tratados pelo autor, como a liberdade dos índios, a escravidão negra, a posse de bens materiais pela Companhia, as divergências internas, os conflitos com os colonos e com religiosos de outras ordens, o apoio ao processo de expulsão de 1759, entre outros, incluindo ainda os silêncios, os temas que não foram abordados intencionalmente pelo padre historiador.

Os usos específicos da *História* podem ser estudados investigando as citações da obra por outros autores, o tipo de leitura efetuada, o perfil das instituições cujos acervos guardam a obra e as interpretações sugeridas a partir da narrativa de Serafim Leite. Assim como a *História*, este trabalho também constitui um ponto de partida para novos caminhos do livro e da leitura no Brasil.

FONTES

I. Textos de Serafim Leite

A - Livros

História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos I e II. Porto: Tipografia Porto Médico, 1938.

História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos III e IV. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos V e VI: Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos VII, VIII e IX. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo X. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950.

Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956.

Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957.

Monumenta Brasiliae IV (1563-1568). Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1960.

Monumenta Brasiliae V. Roma: Instituto Histórico da Companhia de Jesus, 1968.

Nóbrega e a Fundação de São Paulo. Lisboa: Instituto de Intercâmbio Luso – Brasileiro, 1953.

Novas cartas jesuíticas. São Paulo: Nacional, 1940.

Novas Páginas de História do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Trajectórias. Lisboa: Edições Brotéria, 1931.

B - Artigos

“Afrânio Peixoto nas Comemorações Centenárias”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXXI, 1940, pp. 648-650.

“Afrânio Peixoto e Portugal”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXVII, 1938, pp. 418-423.

- “A Amizade Portuguesa de Afrânio Peixoto”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XLIV, 1947, pp. 156-158.
- “A Companhia de Jesus no Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXXI, 1940, pp. 414-424.
- “A Educação”. *O Regional*, SJM, s.n., 07 de Setembro de 1924, p. 01.
- “A Formação Integral da Mulher Cristã”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 342-354.
- “A minha vocação”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, vol. 60, Julho – Dezembro 1940, pp. 383-396.
- “As missões católicas no direito público português”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XII, 1931, pp. 137-146.
- “A Morte (Lenda)”. *O Regional*, SJM, s.n., Novembro de 1925.
- “A nossa Terra precisa duma Creche”. *O Regional*, SJM, s.n., 02 de Dezembro de 1928, p. 01.
- “A Restauração da Ordem Social”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, pp. 206-214.
- “A Roleta”. *O Regional*, SJM, s.n., 13 de Julho de 1924, p. 02.
- “A Tia Miséria”. *O Regional*, SJM, s.n., 01 de Janeiro de 1929.
- “Colonização dos Portugueses no Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIX, 1934, pp. 232-240.
- “Concílio Plenário Português”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, pp. 341-347.
- “Democracia e Sindicalismo”. *Brotéria*, Lisboa, vol. X, 1930, pp. 369-374.
- “Disparatada Crendice”. *O Regional*, SJM, s.n., 05 de Outubro de 1924, p. 01.
- “Em demanda da Verdade”. *Brotéria*, Lisboa, vol. IX, 1929, pp. 345-352.
- “Estatolatria moderna (Ainda a propósito de salários)”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XV, 1932, pp. 173-179.
- “Fernão Cardim autor da Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre”, de 31 de dezembro de 1583, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1945.
- “Influência religiosa na formação do Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXII, 1936, pp. 24-39.
- “Instrução e Moral”. *O Regional*, SJM, s.n., 21 de Setembro de 1924, pp. 01-02.
- “Na Rússia dos Sovietes”. *Brotéria*, Lisboa, vol. X, 1930, pp. 375-380.

- “Nóbrega no Instituto Histórico e no IV Congresso de História Nacional, do Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. LVII, 1953, pp. 36-42.
- “Nótulas de Viagem: I - XII”. *O Regional*, SJM, nº 315-326, 28 de Janeiro-01 de Julho de 1934, pp. 01.
- “O Alcoolismo”. *O Regional*, SJM, nº 62 - 63, 04 - 18 de Maio de 1924, pp. 02-03.
- “O Clero de Portugal e das suas Missões”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XII, 1931, pp. 205-212.
- “O Escândalo do Salário”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 273-277.
- “Os Jesuítas portugueses perante a História (à luz de documentação inédita)”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 25-28.
- “Os morticínios na colonização do Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 11- 16.
- “O Pessimismo”. *O Regional*, SJM, s.n., Dezembro de 1925.
- “O Problema das habitações”. *O Regional*, SJM, s.n., 14 de Fevereiro de 1926, p. 01.
- “O salário na Rússia Comunista”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 217-220.
- “O Sol, a Lua e o Homem (Lenda)”. *O Regional*, SJM, s.n., 13 de Março de 1927, pp. 01-02.
- “Perspectivas”. *O Regional*, SJM, s.n., 24 de Outubro de 1926, pp. 03-04.
- “Propaganda comunista e anti – religiosa em Portugal”. *Brotéria*, Lisboa, vol. 95-99.
- “Puericultura”. *O Regional*, SJM, s.n., 09 de Maio de 1926, p. 01.
- “Rosas de Purpura”. *O Regional*, SJM, nº 132, 16 de Janeiro de 1927, p. 02.
- “São João da Madeira: sua antiguidade e brasão”. *O Regional*, SJM, s.n., 01 de Julho de 1928, p. 02.
- “São João da Madeira e o seu Brasão”. *O Regional*, SJM, s.n., 25 de Março de 1928, pp. 01-02.
- “Sob o signo do nacionalismo”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XI, 1930, pp. 279-286.
- “Soldados para a Epopéia”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XI, 1930, pp. 339-345.
- “Terras que deu Estácio de Sá ao colégio do Rio de Janeiro”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XX, 1935, pp. 90-108.
- “Textos e comentários”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXIV, 1937, pp. 585-589.

C - Biografias

“J. S. Tavares”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, pp. 273-281.

“P. Joaquim Farinha (1880-1921)”. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, Madrid, vol. IX, 1924, pp. 249-254.

“P. Júlio Ferreira (1844-1916)”. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, Madrid, vol. IX, 1924, pp. 241-248.

“P. Miguel Barcelos (1873-1917)”. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, São Jerônimo de Múrcia, vol. VII, 1917, pp. 224-251.

“Um Centenário Célebre (1534-1934: 19 de Março): A primeira biografia inédita do Apóstolo do Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XVIII, 1934, pp. 165-174; 253-265.

D - Cartas

Carta do P. Serafim Leite ao R. P. Provincial. Pontevedra, 04 de Março de 1928. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, Oya, vol. XI, 1928, pp. 9-11.

Carta do P. S. Leite ao P. T. Ferraz. Lisboa, 12 de Janeiro de 1930. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, Oya, vol. XII, 1929, pp. 35-37.

Carta do P. S. Leite ao P. T. Ferraz. Lisboa e Statio Belarmina, 06 de Fevereiro de 1930. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, Oya, vol. XII, 1929, pp. 37-39.

Carta do P. S. Leite ao R. P. Provincial. Paray-le-Monial, 12 de Abril de 1929. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, Oya, vol. XII, 1929, pp. 100-114.

Carta do P. Serafim Leite ao P. Tobias Ferraz. Lisboa, 31 de Outubro de 1932. *Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J.*, Costa, vol. XIII, 1933, pp. 141-144.

E - Discursos

“Doutoramento *Scientiae et Honoris Causa* do R. P. Serafim Leite”. *Publicação da Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1950, pp. 33-41.

F - Poesias

“A Tentação”. *O Regional*, SJM, nº 130, 19 de Dezembro de 1926, p. 01.

“A Toutinegra”. *O Regional*, SJM, s.n., 01 de Janeiro de 1929, p. 04.

“Ignotae Deae”. *O Regional*, SJM, nº 84, 08 de Março de 1925, p. 01.

“Jesus”. *O Regional*, SJM, nº 125, 10 de Outubro de 1926, p. 01.

“Na Despedida”. *O Regional*, SJM, nº 184, 13 de Janeiro de 1929, p. 01.

“O Eterno Esforço”. *O Regional*, SJM, nº 132, 16 de Janeiro de 1927, p. 01.

“O homem”. *O Regional*, SJM, s.n., 01 de Janeiro de 1926.

“Pátria”. *O Regional*, SJM, nº 86, 05 de Abril de 1925, p. 01.

“Sereias”. *O Regional*, SJM, nº 135, 27 de Fevereiro de 1927, p. 01.

“Visão”. *O Regional*, SJM, nº 87, 19 de Abril de 1925, p. 01.

G – Críticas de livros de terceiros

Anais do IV Congresso de História Nacional. 21-28-Abril de 1949. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950-1952, 13 vols. *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, s.n., jul-dez. 1957, pp. 321-322.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Tomo I: *As Origens, 1500-1600*. São Paulo: s.e., 1939. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXXI, 1940, p. 235.

COELHO, Adolfo. *Ópio, cocaína e escravatura branca*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 133-134.

CORTESÃO, Jaime. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, s.d. *Brotéria*, Lisboa, vol. XV, 1932, p. 290.

_____. *Manuscritos da Coleção de Angelis*. Rio de Janeiro: s.e., 1951. In: “Dois casos à margem da História do Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. LXX, 1960, pp. 66-67.

DEUSDADO, Ferreira. *A Onda do Crime*. Lisboa: Editora João de A. Morais, 1931. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, p. 58.

HERRERA, Salvador López. *El Padre José de Anchieta, fundador de São Paulo de Piratininga*. Madrid: Ediciones Cultura Hispânica, 1954. In: “Dois casos à margem da História do Brasil”. *Brotéria*, Lisboa, vol. LXX, 1960, pp. 67-69.

KOKOVITZOFF, Conde W. N. *El Bolchevismo en acción*. Madrid: Ediciones Fax. Apartado 8001, 1931. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 332-333.

LIMA, Campos. *O Romance do Amor*. Lisboa: s.e, s.d. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, pp. 266-267.

LIMA, Sílvio. *Notas Críticas ao livro do Sr. Cardial Gonçalves Cerejeira – A Igreja e o pensamento Contemporâneo*. s.l: s.e,s.d. In: “Codicilo às Notas Críticas”. *Brotéria*, Lisboa, vol. XII, 1931, pp. 170-175.

MACEDO SOARES, José Carlos de. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1939. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXXI, 1940, pp. 235-236.

MOTA, Fernando. *O Novo Mundo*. Lisboa: s.e., 1930. *Brotéria*, Lisboa, vol. XI, 1930, pp. 257-258.

MÚRIAS, Manuel. *Portugal – Império 1939*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1939. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXX, 1940, pp. 237-238.

PEIXOTO, Afrânio. *Dom Portugal*. Porto: s.e., 1937. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXVI, 1938, p. 451.

_____. *História do Brasil*. Porto; Lelo & Irmão, 1940. *Brotéria*, Lisboa, vol. XXXI, 1940, pp. 111-112.

PRETO, Rolão. *Para além do comunismo*. Coimbra: Junta Escolar de Coimbra, 1932. *Brotéria*, Lisboa, vol. XV, 1932, pp. 237-242.

Renascença. Lisboa: Empresa Lusitana, 1931. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, p. 125.

SALDANHA, Eduardo de Almeida. *Questões Nacionais*. Lisboa: Edições do Autor, 1931. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIV, 1932, pp. 131-132.

SALGUEIRO, Trindade. *Um livro infeliz*. Lisboa: Revista Estudos, 1931. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, pp. 58-59.

SANTOS, Domingos Maurício G. dos. *A escola sem Deus*. Porto: s.e., 1931. *Brotéria*, Lisboa, vol. XIII, 1931, p. 125.

SARDINHA, Antonio. *Purgatório das Idéias*. Lisboa: Livraria Féris, 1929. *Brotéria*, Lisboa, vol. X, 1930, p. 388.

VAN DER VAT O. F. M., Odulfo. *Princípios da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1952. *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, fasc. 44, 1953, pp. 637-638.

H – Entrevistas

“Conversa com o Padre Serafim Leite”. *O Regional*, São João da Madeira, nº. 470, 28 de janeiro de 1940, p. 03.

“O historiador da Companhia de Jesus encontra-se no Rio, em viagem de estudos”, *A Noite*, Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1939, p. 02.

II. Outros autores

A – Críticas e notícias sobre a obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Jornais

A Gazeta, São Paulo, 21 de Outubro de 1938; 13 de Abril de 1950.

A Manhã, RJ, 31 de Janeiro de 1943; 28 de Março de 1943.

A Noite, RJ, 13 de Agosto de 1938; 16 de Agosto de 1939; 13 de Janeiro de 1943.

Correio da Manhã, RJ, 22 de Agosto de 1939.

Correio Português, RJ, 16 de Agosto de 1939; 21 de Janeiro de 1940.

Diário de Notícias, Bahia, 11 de fevereiro de 1911.

Diário de Notícias, RJ, 13 de Dezembro de 1940.

Jornal do Commercio, RJ, 16 de Março de 1934; 03 de Outubro de 1936; 04 de Agosto de 1938; 25 de Agosto de 1938; 27 de Setembro de 1938; 09 de Outubro de 1938; 04 de Novembro de 1938; 15 de Agosto de 1939; 29 de Outubro de 1939; 24 de Maio de 1941; 21 de Setembro de 1941; 30 de Outubro de 1945; 16 de Outubro de 1949; 13 de Abril de 1950; 03 de Junho de 1950.

Jornal de Notícias, Bahia, 13 de fevereiro de 1911, p. 03.

O Estado de São Paulo, 03 de Setembro de 1938; 30 de Outubro de 1939.

O Globo, RJ, 14 de Agosto de 1939; 02 de Maio de 1950.

O Jornal, RJ, 28 de Setembro de 1939; 04 de Junho de 1944; 10 de Março de 1945.

O Imparcial, Salvador, 10 de Setembro de 1938; 22 de Novembro de 1939; 15 de Março de 1945.

A Tarde, Salvador, 15 de Março de 1945.

A Voz, Lisboa, 15 de Abril de 1938; 25 de Junho de 1938; 13 de Janeiro de 1943; 07 de Maio de 1943; 03 de Junho de 1946.

Diário de Notícias, Lisboa, 25 de Maio de 1935; 28 de Janeiro de 1939.

Novidades, Lisboa, 15 de Junho de 1938; 16 de Outubro de 1940.

Revistas

Archivum Historicum Societatis Iesu, Roma, vol. XV, 1946, p. 227.

Brotéria, Lisboa, Porto; vol. XXVII, 1938, pp. 407-416; vol. XXXVII, 1943, pp. 331-334; número especial dedicado a S. João de Brito na sua canonização, Junho de 1947, pp. 856-861; vol. L, 1950, pp. 377-379 e 728-729.

Etudes, Paris, tomo 239, 1939, pp. 191-204.

Revista Eclesiástica Brasileira, Rio de Janeiro, vol. 03, fasc. 1, 1943, pp. 79-81 e 254-256; vol. 10, fasc. 2, 1950, pp. 303-311.

Verbum, Rio de Janeiro, Dezembro de 1945, fasc. 4, pp. 429-435.

O Regional, SJM, 23 de Outubro de 1938; 28 de Janeiro de 1940; 28 de Julho de 1940.

Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, vol. 58, 1939, pp. 356-358.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, vol. 182, 1944, pp. 142-153; vol. 190, Janeiro-Março de 1946, pp. 123-124.

The Hispanic American Historical Review, Carolina do Norte, Fevereiro de 1943, pp. 85-87.

Revista do Brasil, Rio de Janeiro, nº 5, Novembro de 1938, pp. 552-553.

Revista Américas, s.l., nº 27, 1971, pp. 456-457.

Revista Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, nº 13-14, Setembro e Outubro de 1940.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, vol. 174, 1939, pp. 895-899; 901-902; vol. 205, Outubro-Dezembro de 1949, pp. 479-480.

Universitas, Salvador, nº 6-7, 1970, pp. 295-307.

Livros

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o Português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940, pp. 90-93.

_____. *Sociologia II: introdução ao estudo dos seus princípios*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945, pp. 528-533.

_____. *Perfil de Euclides e outros Perfis*. Rio de Janeiro: Record, 1987, pp. 43-51.

MORAES, Rubens e BERRIEN, William (dir). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Souza, 1949, pp. 40; 183; 631; 706; 769; 820.

B – Críticas e notícias sobre outras obras de Serafim Leite

The Hispanic American Historical Review, Carolina do Norte, vol. XXXIX, agosto de 1959, pp. 495-496.

O Regional, SJM, 01 de Janeiro de 1928.

Archivum Historicum Societatis Iesu, Roma, vol. XXIII, 1954, pp. 174-176.

Brotéria, vol. VIII, 1929, p.60; vol. X, 1930, p. 261; vol. XIV, 1932, pp. 337-338; vol. XXVI, 1938, pp. 458- 459; vol. LXXII, 1961, pp. 358-359.

Vozes, Petrópolis, 16 de Março de 1932, p. 303; Julho a Dezembro de 1933, p. 474.

C – Outros textos

Cartas de San Ignacio de Loyola. Tomo III. Madrid: Imprenta de la V. e Hijo de D. E. Aguado, 1877, Carta 317, pp. 234-238.

Cartas Edificantes da Província de Portugal, I Anno, Collegio do Barro, 1909, pp. 01-04.

Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J., III anno, Bélgica, Collegio de Alseberg, 1912, pp. 89-118.

Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J., volume VI, Santa Thereza, Pontevedra, 1915, pp. 243-289.

Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J., volume VIII, Madrid, Asilo de la Santissima. Trinidad, 1922, pp. 247-253.

Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J., volume X, Oya, Tip. do Colégio Máximo, 1927, pp. 61-66.

Cartas Edificantes da Província de Portugal S. J., volume XIII, Costa, Tipografia Particular, 1933, pp. 06-07.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXV (1915), Matrity, Typis Gabrielis López del Horno, 1914, pp. 06-09 e p. 55.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXVI, Pontevedra, Tipografia Joaquín Poza Cobas, 1915, pp. 10-12.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXVII, Matrity, Typis Gabrielis López del Horno, 1916, pp. 13-15.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXVIII, Matrity, Typis Gabrielis López del Horno, 1917, pp. 13-14.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXIX, Compostellae, Typis “El Eco Franciscano”, 1918, pp. 13-14.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXX, Matrity, Typis “Blass y Cia”, 1920, p. 46.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXI, Tuy, Tipografia Regional, 1920, p. 41.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXII, Comillas, Typis Privatis, 1921, p. 46.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXIII, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1922, p. 09.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXIV, Comillas, Typis Privatis, 1923, p. 44.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXV, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1924, p. 51.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXVI, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1925, p. 51.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXVII, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1926, p. 51.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXIX, Pontevedra, Typis Celestini Peón Villar, 1928, p. 55.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXX, Oya, Typis Privatis, 1929, p. 14.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXXI, Oya, Typis Privatis, 1930, p. 15.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXXII, Oya, Typis Privatis, 1931, p. 16.

Catalogus Provinciae Lusitanae dispersae Societatis Jesu, ineunte anno MCMXXXIII, Costa, Typis Privatis, 1932, p. 17.

Catálogo das Províncias do Brasil da Companhia de Jesus - 2007. São Paulo: Loyola, 2008.

Colégio Antônio Vieira: 90 anos a serviço da educação (1911-2001), Salvador: Colégio Antônio Vieira, 2002.

Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Costumeiro da Vice-Província do Brasil Setentrional S. J. Baía: s.e., 1940.

Diários da Casa. Manuscritos encadernados do Colégio Antônio Vieira. vol. 1, 1911.

Os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola. São Paulo: Madras, 2004.

BIBLIOGRAFIA

I. Bibliografia sobre Serafim Leite

BATLLORI S. I., Miquel. *Bibliografia de Serafim Leite S. I.* Roma: Instituto Histórico da Companhia de Jesus, 1962, pp. 7-14.

BURRUS S. I., Ernest. "Father Serafim Leite S. I.". *Revista Américas*, nº 27, 1971, pp. 456-457.

COLPO S. J., Mário, "P. Seraphinus Leite". *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, vol. 39, 1970, pp. 461-462.

FERNANDES, M. Antonino. "São João da Madeira-Cidade do Trabalho". In: *Monografia da Cidade*. São João da Madeira: Câmara Municipal, 1996, 1 p.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XIV. Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda., 1936-1960, pp. 880-881.

MAURÍCIO S. J., Domingos. "Serafim Leite". *Revista Brotéria*, Lisboa, nº 2, vol. 90, fev. 1970, pp. 164-173.

O'NEILL, S. I., Charles E. e DOMÍNGUEZ, S. I., Joaquín M.^a (dir). *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús: biográfico-temático, III*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001, pp. 2326-2327.

PAIXÃO, Vítor Braga. *Elogios do Pe. Serafim Leite e do Dr. Ruben Leitão*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979, 8 p.

PINHO S. J., Inocêncio. *Serafim Leite: o homem, a vida e a obra*. São João da Madeira: Câmara Municipal, 1985, pp. 5-20.

_____. "O historiador da missão jesuítica no Brasil. (Centenário de Serafim Leite S. J., 1890-1990)". *Revista Brotéria*, Lisboa, nº 2-3, vol. 131, agosto-setembro 1990, pp. 191-205.

POLGÁR S. I., Lászlo. *Bibliographie sur l'Histoire de la Compagnie de Jésus: 1901-1980. III- Les Personnes-G- Q*. Roma. Institutum Historicum S. I., 1990, p. 400.

TITTON O. F. M., Gentil. "Pe. Serafim Leite, S. J.". *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, Rio de Janeiro, fasc. 117, vol. XXX, março 1970, pp. 126-128.

VIOTTI S. J., Hélio Abranches. "Padre Serafim Leite, S. J. (1890-1969)". *Revista Verbum/ Pontifícia Universidade Católica*, Rio de Janeiro, fasc. 1-2, tomo XXVII, março-junho 1970, pp. 103-135.

II. Bibliografia geral

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade de Capistrano de Abreu, 1928.

ALDEN, Dauril. “Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil”. In: KEITH & EDWARDS. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.), *Usos & abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

Atlas National Geographic: Brasil, vol. 2, São Paulo, Abril, 2008.

AZEVEDO S.J., Ferdinand. *A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste: 1911 – 1936*. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches- FASA, 1986.

AZEVEDO S. J., L. Gonzaga de. *Proscritos: Revolução de Portugal de 1910*. Valladolid: Florencio de Lara Editor, 1911, 2 vols.

BANGERT S. J., William V. *História da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BERTRAND, Dominique. *La politique de Saint Ignace de Loyola*. Paris: Editions du Cerf, 1985.

CABRAL S. J., Luiz Gonzaga. *Ao meu paiz: protesto justificativo da expulsão dos meus religiosos*. São Paulo: Duprat & Companhia, 1911.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/USP, 1980.

CARR, E. H. *Que é História?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII^o*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia". 1775-1800.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FOULQUIER S. J., Joseph H. *Jesuítas no Norte: segunda entrada da Companhia de Jesus, 1911 - 1940.* Baía: Oficinas da Livraria "Duas Américas", 1940.

FRANCA S. J., Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas. "O Ratio Studiorum".* Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas. Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX). Do Marquês de Pombal ao Século XX. Volume II.* Lisboa: Grandiva, 2007.

_____. *O mito dos jesuítas. Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX). Das Origens ao Marquês de Pombal. Volume I.* Lisboa: Grandiva, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa - Grande & Senzala.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1992, 2 t.

HUE, Sheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil [1551-1555].* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Instituto Nacional do Livro: 1937-1987: 50 anos de publicações. Brasília: INL, 1987.

LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas I: os conquistadores.* Porto Alegre: L & PM, 1994.

_____. *Os Jesuítas II: los continuadores.* Barcelona: Paidós, 1994.

LOYOLA, Santo Inácio de. *Obras Completas.* Madrid: BAC, 1963.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal, Vol. II: Do Renascimento às Revoluções Liberais.* Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira, volume VII (1933-1960),* São Paulo, T. A. Queiroz, 1996

MATTOSO, José (dir). *História de Portugal, Vol 7: O Estado Novo (1926 – 1974).* Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico, 1.* São Paulo: Senac, 2004.

_____. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico, 2.* São Paulo: Senac, 2002.

Nóbrega. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1970.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas.* São Leopoldo: UNISINOS; Bauru, EDUSC, 2004.

POLGÁR S.I., László. *Bibliographie sur l'histoire de la Compagnie de Jésus, 1901-1980*, 3 volumes, Roma, Institutum Historicum Societatis Jesu, 1981-1990.

PORTELA, Eduardo (org.). *Reflexões sobre os caminhos do livro.* São Paulo: UNESCO/Moderna, 2003.

REIS, José Carlos Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, Antonio Simões. (coord.). *História de Portugal em Datas.* Lisboa: Printer Portuguesa, 2000.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal.* Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1950, 7 vols.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil. 1ª parte: Historiografia Colonial.* 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. *História e historiografia.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

P372 Pedro, Livia.
História da Companhia de Jesus no Brasil: biografia de uma obra /
Livia Pedro. - Salvador, 2008.

115 f.

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Bellini.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1.*História da Companhia de Jesus no Brasil.* 2. Leite, Serafim. 3. História
do livro. 4. Jesuítas. I. Bellini, Livia. II. Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 981.012
